

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE FILOSOFIA

**PSICOLOGIA DO ORGIÁSTICO:
PERSPECTIVAS DA LIBERDADE NO CREPÚSCULO DOS ÍDOLOS**

Dissertação apresentada ao programa de
Pós-Graduação em Filosofia da UFU como
pré-requisito para o título de mestrado
acadêmico em Filosofia

Linha de pesquisa: História, Sociedade e Cultura

Autor: Cleiton Custódio Ferreira

Orientador: Dr. Humberto Guido

UBERLÂNDIA-MG

2025



Nietzsche, 2017. Gravura em metal por *Cleiton Custódio Ferreira*.

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

F383
2026

Ferreira, Cleiton Custodio, 1980-
Psicologia do orgiástico [recurso eletrônico] : perspectivas da
liberdade no Crepúsculo dos ídolos / Cleiton Custodio Ferreira. -
2026.

Orientador: Humberto Aparecido de Oliveira Guido.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Pós-graduação em Filosofia.
Modo de acesso: Internet.
DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2026.121>
Inclui bibliografia.

1. Filosofia. I. Guido, Humberto Aparecido de Oliveira, 1963-,
(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação
em Filosofia. III. Título.

CDU: 1

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Filosofia
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1U, Sala 1U117 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-
MG, CEP 38400-902
Telefone: 3239-4558 - www.posfil.ifilo.ufu.br - ppgfil@ifilo.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Filosofia				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 008/26, PPGFIL				
Data:	Vinte sete de fevereiro de dois mil e vinte seis	Hora de início:	10:00	Hora de encerramento:	12:00
Matrícula do Discente:	12412FIL005				
Nome do Discente:	Cleiton Custódio Ferreira				
Título do Trabalho:	Psicologia do orgiástico: a liberdade no Crepúsculo dos ídolos				
Área de concentração:	Filosofia				
Linha de pesquisa:	<i>História, Sociedade e Cultura</i>				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Cultura e barbárie ou o esgotamento da ratio moderna				

Reuniu-se na Sala Web conferência do PPGFIL, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Filosofia, assim composta: Professores Doutores: José Benedito de Almeida Júnior (UFU); Douglas Rodrigues Barros (UNIFAI); Humberto Aparecido de Oliveira Guido orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Humberto Aparecido de Oliveira Guido, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação

interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Humberto Aparecido de Oliveira Guido, Professor(a) do Magistério Superior**, em 02/03/2026, às 08:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Benedito de Almeida Junior, Professor(a) do Magistério Superior**, em 02/03/2026, às 09:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Douglas Rodrigues Barros, Usuário Externo**, em 04/03/2026, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7081246** e o código CRC **ECE228A8**.

Agradecimentos

Agradeço imensamente aos meus pais, Elza Custódio e Sebastião Aparecido Ferreira, pelo amor incondicional e pela luta constante. Agradeço ao meu querido irmão, Cleo Custódio Ferreira, por todo amor e apoio de sempre. Agradeço à mãe de meu filho, minha querida amiga Carolina Sousa Moreira de Oliveira. Agradeço ao meu filho Caetano que eu amo tanto e que tem me ensinado diariamente algo sobre a liberdade. Agradeço ao meu orientador, Humberto Guido, pela paciência, simpatia e liberdade no trato comigo. Agradeço ao professor José Benedito Almeida Junior pela leitura atenta e pelas observações pertinentes. Agradeço ao amigo filósofo, romancista e psicanalista, Douglas Barros, por aceitar avaliar minha dissertação. Agradeço à UFU pela oportunidade de desenvolver minha pesquisa sobre a liberdade. Agradeço aos amigos: José Henrique Pareja, Gabriel Pimentel de Melo e Daniel Neves. Agradeço especialmente ao amigo filósofo Lucca Barroso pela assistência essencial na elaboração do projeto de pesquisa e também pelo incentivo e apoio espiritual. Dedico este trabalho à memória de Dona Vitória e a todos aqueles que lutaram e lutam por liberdade!

Saravá!

Psicologia do orgiástico: perspectivas da liberdade no Crepúsculo dos ídolos

SUMÁRIO

Resumo	8
Abstract	9
Introdução	10
1. Primeira parte: uma perspectiva estética da liberdade	14
A- Genealogia da liberdade moral	17
B- Filologia da liberdade moral	26
C- Liberdade estética	34
2. Segunda parte: uma perspectiva política da liberdade	48
A. Aspectos da crítica nietzschiana segundo Alice Medrado	54
B - A superação da culpa, a extinção do castigo e a vontade de poder	59
C. A história do conceito de liberdade na obra de Nietzsche	65
D - Programa nietzschiano de intervenção cultural	71
E- Liberdade para quem?	78
F- Política dos instintos	80
3. Terceira parte: uma perspectiva psicológica da liberdade	83
A - Erro de interpretação	84
B - Quatro teses nietzschianas	89
C - Moral contra a natureza	89
D - O sentido da guerra contra os instintos	92
E- Explicação psicológica dos erros da razão	93
F - O erro do livre-arbítrio ou instrumento psicológico de poder	95
G - Psicologia do tornar responsável	99

H - Educação e liberdade	99
I- Nietzsche como psicólogo	105
J - Análise do conceito nietzschiano de liberdade	109
k - Psicologia do orgiástico	117

Algumas considerações

A- Genealogia	124
B - Filosofia da suspeita	125
C - Vontade de Potência e liberdade	126
D - Eterno retorno e liberdade	128
E - Natureza e liberdade	130
F- Corpo e liberdade	130
G - Solidão e liberdade	131
H - Imoralismo	133
I - Perspectivismo	134
J - O futuro da ciência	136

Referências bibliográficas	143
-----------------------------------	------------

Nota preliminar

Abreviamos os títulos das obras de Nietzsche do seguinte modo:

A - *Aurora*

ABM - *Para além do bem e do mal*

AC - *O anticristo*

AFZ - *Assim falou Zaratustra*

CI - *Crepúsculo dos ídolos*

EH - *Ecce Homo*

GC - *A gaia ciência*

GM - *Genealogia da moral*

HDH - *Humano, demasiado humano*

NT - *O nascimento da tragédia*

O testemunho de Dostoiévski é de importância para o problema que aqui se apresenta - Dostoiévski, o único psicólogo, diga-se de passagem, do qual tive algo a aprender (NIETZSCHE, 2023, p. 79) (...)

Vejam bem: a razão, no fim das contas, é uma coisa boa, isso nem se discute, mas a razão é só a razão e satisfaz apenas a capacidade de raciocinar; ao passo que a vontade é a manifestação de toda a vida, ou seja, a vida humana em seu todo, com a razão e também com todas as comichões que existem. E mesmo que nossa vida, nessa sua manifestação, acabe sendo, não raro, uma bela porcaria, ainda assim é a vida, e não a mera extração da raiz quadrada (DOSTOIÉVSKI, 2021, p. 55).

Goethe concebeu um homem forte, altamente cultivado, hábil em toda atividade física, que tem as rédeas de si mesmo e a reverência por si mesmo, que pode ousar se permitir todo âmbito e a riqueza do que é natural, que é forte o suficiente para tal liberdade; o homem da tolerância, não por fraqueza, mas por fortaleza, porque sabe usar em proveito próprio até aquilo de que pereceria a natureza média; o homem para o qual já não há coisa proibida senão a fraqueza; chame-se ela vício ou virtude... Um tal espírito, que assim se tornou livre, acha-se com alegre e confiante fatalismo no meio do universo, na fé de que apenas o que está isolado é censurável, de que tudo se redime e se afirma no todo - ele já não nega... Mas uma tal crença é a maior de todas as crenças possíveis: eu a batizei com o nome de Dionísio (NIETZSCHE, 2023, p. 83) .-

Resumo

Esta dissertação é resultado da pesquisa do conceito de liberdade na obra *Crepúsculo dos ídolos* (1888) de Friedrich Nietzsche. Sabe-se que a obra desse polêmico filósofo alemão tem despertado interesse nos meios acadêmicos e exercido notória influência sobre importantes pensadores contemporâneos. Aqui se considera o papel fundamental desempenhado pela liberdade no pensamento nietzschiano, pois, atravessa toda a sua criação filosófica, graças à articulação com outros conceitos, por isso, compreendemos a importância de interpretar como o filósofo ao mesmo tempo critica a noção tradicional de livre-arbítrio e elabora seu próprio conceito de liberdade. Para realizarmos essa tarefa, além da obra citada, outras leituras foram necessárias como base para a realização da pesquisa e a construção deste texto, dentre elas destacamos quatro livros fundamentais: *Nietzsche e a liberdade* de Miguel Angel de Barrenechea; *Nietzsche, liberdade e imoralismo* de Alice Medrado; *Nietzsche como psicólogo* de Oswaldo Giacoia Junior e *Nietzsche e a filosofia* de Gilles Deleuze. Nosso objetivo é dialogar com as diversas interpretações do pensamento de Nietzsche no que diz respeito ao tratamento que o filósofo dá em sua obra ao conceito de liberdade. Na primeira parte da dissertação analisaremos a abordagem estética da liberdade no pensamento nietzschiano. Na segunda parte, faremos uma leitura da perspectiva política da liberdade em Nietzsche. Por fim, defenderemos uma possível leitura do conceito de liberdade em Nietzsche de uma ótica psicológica. Esta pesquisa foi motivada pela percepção de que o pensamento de Nietzsche tem muito a contribuir para um debate aprofundado sobre a liberdade na contemporaneidade.

Palavras-chave: Nietzsche; liberdade; psicologia.

Abstract

This dissertation is the result of research into the concept of freedom in Friedrich Nietzsche's work *Twilight of the Idols* (1888). It is known that the work of this controversial German philosopher has aroused interest in academic circles and exerted a notable influence on important contemporary thinkers. Here, we consider the fundamental role played by freedom in Nietzschean thought, as it permeates all of his philosophical creation, thanks to its articulation with other concepts. Therefore, we understand the importance of interpreting how the philosopher simultaneously criticizes the traditional notion of free will and elaborates his own concept of freedom. To accomplish this task, in addition to the aforementioned work, other readings were necessary as a basis for the research and the construction of this text. Among these, we highlight four fundamental books: *Nietzsche and Freedom* by Miguel Angel de Barrenechea; *Nietzsche, Freedom and Immoralism* by Alice Medrado; *Nietzsche as Psychologist* by Oswaldo Giacoia Junior; and *Nietzsche and Philosophy* by Gilles Deleuze. Our goal is to engage in dialogue with the diverse interpretations of Nietzsche's thought regarding the philosopher's treatment of the concept of freedom in his work. In the first part of this dissertation, we will analyze the aesthetic approach to freedom in Nietzschean thought. In the second part, we will examine the political perspective of freedom in Nietzsche. Finally, we will defend a possible reading of the concept of freedom in Nietzsche from a psychological perspective. This research was motivated by the perception that Nietzsche's thought has much to contribute to a deeper debate on freedom in contemporary times.

Keywords: Nietzsche; freedom; psychology.

Introdução

A liberdade é o conceito central da filosofia de Nietzsche, por atravessar toda a sua obra e articular-se com outros conceitos importantes como *morte de Deus*, *eterno retorno*, *amor fati*, *espírito-livre*, *vontade de poder*. Nesta dissertação temos como objetivo realizar uma interpretação do conceito nietzschiano de liberdade na obra *Crepúsculo dos ídolos*; nela, o filósofo alemão aborda o tema da liberdade de diferentes perspectivas, aplicando seu método peculiar, que ele define como *fazer filosofia com o martelo*.

Interessa-nos saber como Nietzsche trata o conceito de liberdade ao longo de sua argumentação na obra *Crepúsculo dos ídolos*. Se por um lado, Nietzsche é um crítico contumaz do conceito moral de livre-arbítrio e dos valores que sustentam a tradição na qual ele se insere, por outro, ele recupera a noção de liberdade em um registro totalmente diverso, em que propõe a criação de novos valores.

No primeiro capítulo, cuidaremos de analisar, sob a perspectiva estética, a forma como Nietzsche tratou o conceito de liberdade ao longo de sua obra. Para isso, nos apoiaremos na tese de Miguel Angel Barrenechea, intitulada *Nietzsche e a Liberdade*. Barrenechea analisa a questão da liberdade e principalmente como o filósofo reelaborou o problema de uma perspectiva não-moral, tomando-a em uma abordagem artística. O autor foca a sua análise, sobretudo, na obra *Assim Falou Zaratustra*, em que Nietzsche não apenas indica a arte como alternativa à religião, como faz o uso de sua metodologia pessoal, que é fundamentalmente artística, por assim dizer. O *Zaratustra* rompe com a forma tradicional de se criar conceitos, integrando arte, vida e filosofia.

No segundo capítulo, iremos abordar o tema da liberdade ao longo da obra de Nietzsche, pelo crivo de uma leitura política do corpo. Tentando notar como a filosofia de Nietzsche se distingue da tradição anterior, da qual é um crítico ferrenho. Ao que tudo indica, sua crítica à metafísica, à moral e à religião é a base para que ele construa seus próprios conceitos, que compõem um ambicioso projeto filosófico de *tresvaloração de todos os valores*¹. Nesse sentido, pensamos que é possível ler a obra nietzschiana de uma perspectiva

¹ Na tradução de Paulo César de Souza, adotada nesta pesquisa, por ser indicada por Oswaldo Giacoia, um dos principais pesquisadores de Nietzsche no Brasil, Souza faz o uso do termo “tresvaloração” de todos os valores, enquanto em outras traduções adotam o termo “transvaloração”. A justificativa do tradutor para o uso de “tresvaloração” em vez do mais comum “transvaloração” baseia-se nos seguintes pontos: Primeiro, segundo ele, porque o prefixo alemão *um* - em *Umwertung* indica uma inversão, uma mudança completa ou uma reviravolta.

política. Para isso, nos apoiaremos na tese de Alice Medrado, *Nietzsche, liberdade e imoralismo*, em que a autora, através de uma análise minuciosa da obra nietzschiana, no que concerne à liberdade e as formas de tratamento que Nietzsche deu ao conceito ao longo de sua trajetória filosófica, a autora indica que a liberdade nietzschiana é uma disposição instintiva, que através de um compromisso com um valor de liberdade poderá, por meio de práticas de cultivo de si, criar novos valores, não somente para si, mas para a cultura em geral. Nietzsche pensa a perspectiva da singularidade como modelo da grande política. Na grande política, a grande razão é que está em jogo, e para Nietzsche a grande razão é o corpo. Medrado analisa a liberdade nietzschiana de uma perspectiva fisiológica e política, onde o corpo é um campo de batalha entre forças instintivas e pensar o corpo, portanto, é pensar uma política dos impulsos. Seguiremos nesse caminho para testar a tese de que a liberdade em Nietzsche pode ser lida pela ótica da política. Medrado foca sua análise principalmente nas obras *Genealogia da moral*, *Humano demasiado Humano*, *Aurora* e *Gaia Ciência*. Nessas obras Nietzsche trata de ordenar a questão da liberdade em termos políticos a partir do corpo como referencial.

No terceiro capítulo, trataremos de analisar diretamente a obra *Crepúsculo dos ídolos*, com o objetivo de tentar compreender no movimento textual a elaboração própria de Nietzsche ao conceber a liberdade, tal como é descrita no aforismo 38, intitulado “Meu conceito de liberdade”, o que é feito valendo-se de uma crítica radical ao conceito de livre arbítrio. Na obra *Crepúsculo dos ídolos*, Nietzsche, por um lado ataca os fundamentos da cultura filosófica racionalista do Ocidente, desde Sócrates e Platão, passando pelo cristianismo até à modernidade, criticando pensadores como Descartes, Rousseau, Kant e Schopenhauer, por outro, ele cria seus próprios conceitos de liberdade e de psicologia.

Nesta dissertação, defenderemos que em *Crepúsculo dos ídolos*, obra da fase terminal de Nietzsche, o filósofo se coloca como psicólogo da cultura e que sua filosofia nesse sentido assume um caráter singular, em que a liberdade se fundamenta em uma perspectiva

Enquanto "transvaloração" sugere uma passagem ou transição, "tresvaloração" reforça a ideia de uma ruptura radical e o caráter destruidor e criador do projeto nietzschiano. Segundo porque o termo parece capturar melhor a tarefa de "virar do avesso" os valores vigentes, especialmente os da moral cristã, para instaurar uma condição totalmente nova. Por fim, entre a tradição acadêmica brasileira influenciada por Souza, o termo passou a ser utilizado para distinguir a reavaliação radical de todos os valores (projeto final de Nietzsche) de meras mudanças superficiais de sentido. Na primeira nota do tradutor de *Crepúsculo dos ídolos*, Paulo César de Souza observa: (1) “*tresvaloração de todos os valores*”: no original, *Umwertung aller Werte*; cf. nota 5 do tradutor em *Ecce Homo* (São Paulo, Companhia das Letras, 1995, Companhia de bolso 2008), na qual se procurou justificar a solução adotada, Mas deve-se acrescentar que hoje ela nos parece um tanto rebuscada, não soa natural como a expressão original soa para um alemão. Talvez algo mais simples, como “*reviravolta dos valores*”, fosse mais adequado.

psicofisiológica da natureza como devir, como experiência de transformação constante, o sujeito é parte necessária desse vir-a-ser. Aceitar a natureza é aceitar-se a si mesmo e a vida como uma oportunidade de criar. Nietzsche enxerga a possibilidade da procriação como experiência cheia de sentidos e o sexo como força natural de criação. A psicologia do orgiástico seria então a psicologia do poeta trágico ou dionisíaco. Esse tipo encarnaria o ideal nietzschiano de liberdade. O poeta dionisíaco é aquele que ao gozar de plena saúde seria capaz de dizer *sim* à vida mesmo em seu aspecto trágico. Ele não é mais um negador, mas um afirmador. Logo, a crítica nietzschiana à moral seria uma afirmação da natureza sem idealização, pois de uma perspectiva psicológica, tomando psicologia num sentido próprio, Nietzsche entende que as motivações das crenças que fundamentam os ideais da razão, não são racionais, mas instintivas. No caso, a moral seria ela mesma produto de um desregramento instintivo, em que o instinto racional se tornou tirânico a ponto de reprimir todos os outros instintos, negando assim o corpo e o mundo, em nome da alma e do além. Ainda no terceiro capítulo, nos apoiaremos na leitura da obra *Nietzsche como psicólogo* de Oswaldo Giacoia, onde o autor trata de defender a noção de que Nietzsche colocou-se em momentos cruciais de sua obra, como uma espécie de psicólogo da cultura, compreendendo a psicologia como a ciência que trataria dos assuntos fundamentais do ser humano.

Por fim, faremos algumas considerações sobre nossa pesquisa, realizando breves avaliações sobre o processo e o resultado final. Pretendemos fazer uma leitura pessoal de um pequeno recorte da obra de Nietzsche, mas com algum embasamento nas obras que julgamos mais relevantes e acessíveis das que já trataram do mesmo tema. Tais obras têm em comum o fato de que buscaram responder a seguinte questão: O que é a liberdade na perspectiva nietzschiana? Percebemos que pela própria natureza da filosofia de Nietzsche, em seu duplo aspecto, crítico e criativo, essa pergunta não merece uma única resposta, muito menos que uma eventual resposta seja definitiva, pois é justamente na variedade de perspectivas e vozes singulares em constante transformação, que se constitui o objeto da filosofia nietzschiana. Nesta dissertação, tentaremos responder essa questão através do texto do próprio filósofo (*Crepúsculo dos ídolos*) e, sobretudo, buscaremos mostrar como a partir de um movimento de crítica ao livre-arbítrio, Nietzsche constrói o seu próprio conceito de liberdade, operação, que, a nosso ver, é o elemento chave para compreender o projeto filosófico nietzschiano de *tresvaloração de todos os valores*. De uma perspectiva psicológica, entendendo psicologia de um modo particular, Nietzsche vai na raiz da problemática que envolve a questão da liberdade e dissecar os mecanismos que estruturam a forma como ela foi concebida pela

tradição. Se por um lado, Nietzsche nega a liberdade moral, por outro lado, ele afirma uma liberdade em sentido próprio, não como uma escolha baseada em uma suposta vontade racional do sujeito, mas como um instinto, ou disposição pulsional que se constitui como forma de pensar e como práticas do autocultivo da personalidade. Para Nietzsche, a liberdade não é um ideal ou uma condição natural, mas um conjunto de práticas psicofísicas que se desenvolvem a partir da vontade forte de raros indivíduos, que são responsáveis pela criação de novos valores.

O propósito da dissertação foi, desde o começo, querer demonstrar o quanto importante é a liberdade moral para se chegar a uma filosofia radicalmente libertária. Essa é a grande razão deste pretensioso texto, que visa contribuir para um debate contemporâneo sobre o tema da liberdade.

1. Primeira parte: uma perspectiva estética da liberdade

Em sua tese *Nietzsche e a liberdade*, Miguel Angel de Barrenechea analisa o tratamento que Nietzsche deu ao conceito de liberdade ao longo de sua obra, afastando-se radicalmente da forma tradicional pela qual o conceito de liberdade foi introduzido e disseminado na cultura Ocidental. Barrenechea nota que Nietzsche adota o método genealógico e filológico para elaborar sua crítica ao conceito de liberdade criado pelos metafísicos, moralistas e religiosos, indicando que o livre-arbítrio serviu muito mais para responsabilizar e punir os indivíduos do que para liberá-los para a ação.

De acordo com Barrenechea, o conceito de liberdade é tratado por Nietzsche de maneira peculiar, afastando-se da tradição metafísica e religiosa. A noção de livre arbítrio sugere a ideia de que o sujeito racional seria capaz de agir de acordo com sua própria vontade, porém, essa crença tradicional é uma norma com o objetivo de responsabilizar e punir os indivíduos que descumprissem a vontade dos sacerdotes. Na perspectiva nietzschiana, a liberdade não se confunde com normas e castigos, mas tem a ver com aceitação da necessidade na adesão às forças da terra. Barrenechea compreende que Nietzsche concebe a liberdade como *amor fati* ou amor ao destino, no sentido de dizer *Sim* para a vida, mesmo com suas dificuldades, que ela fatalmente nos apresenta. O conceito de *eterno retorno*, que é uma imagem da repetição eterna dos fatos, alude à liberdade que se cria a partir da conciliação com a necessidade de aceitar as forças que agem na terra. O amor ao destino que se organiza como um grande *Sim* para a existência, mesmo com suas partes mais desagradáveis, produz como consequência, a criação contínua de novos valores, novas avaliações. Nietzsche afasta-se radicalmente da perspectiva moral e religiosa, aproximando-se da arte como processo de libertação pela aceitação das condições impostas pelo jogo de forças terrestres. Para Nietzsche o homem livre é aquele que acata o jogo das forças terrestres, obedecendo alegremente a eterna repetição dos fatos, ao criar novas avaliações. Barrenechea diz: “Na ótica nietzschiana, (...) a liberdade nada tem a ver com

normas e castigos, consistindo na aceitação da necessidade, na adequação às forças terrestres” (BARRENECHEA, 2008, p.11).

A liberdade para Nietzsche, conforme o autor citado, seria a obediência voluntária às forças que regem a vida no planeta terra. A partir do momento que o ser humano compreende suas limitações, isto é, suas necessidades e aceita de bom grado que essas são as condições reais da vida na terra, poderíamos então experimentar as infinitas possibilidades de criação de novas interpretações dos mesmos fatos. Segundo Barrenechea: “Há uma articulação essencial entre a liberdade, entendida como afeição incondicional à fatalidade e o processo de criação artística” (BARRENECHEA, 2008, p. 11). O autor entende que Nietzsche concebe a liberdade vinculada com a necessidade e a criação artística. Ele defende a ideia de que em Nietzsche, uma adesão radical ao vir-a-ser se relaciona com uma disponibilidade criadora, na qual o que importa é gerar novas perspectivas, novas formas de perceber e pensar a vida.

Barrenechea percebe que Nietzsche não dá um tratamento sistemático ao conceito de liberdade em sua obra. O que quer dizer que Nietzsche, para sustentar sua crítica à tradição, teve que desenvolver um método singular/próprio de filosofar. Lançando mão de estratégias pouco ortodoxas, Nietzsche incorporou o fazer artístico à filosofia, elegendo a poesia como forma adequada para perceber e pensar a condição humana na terra. Nietzsche aproxima-se da arte como forma de criar valores. Barrenechea recorre a comentadores da obra de Nietzsche, como Fink e Reboul (BARRENECHEA, 2008, pp. 15/16) para sustentar sua tese. Fink associa a liberdade nietzschiana com a atividade lúdica que cria valores e mundo de valores, entendendo que o jogo e a aceitação de suas regras é a natureza da liberdade positiva. Reboul entende que a liberdade em Nietzsche não se confunde com a capacidade de escolha, mas com o sentimento criador que pode situar-se para além de toda norma e impor seus próprios valores.

Barrenechea nota que o livre arbítrio, de fato, para Nietzsche, não significa a capacidade universal de escolha derivada da situação de sujeito moral, mas do privilégio de mestres aristocratas e criadores de fazer-se obedecer. Segundo a visão de Reboul, que é endossada por Barrenechea, a liberdade moral é negada por Nietzsche, ao passo que a liberdade no âmbito da criação artística é afirmada.

A tese de Barrenechea divide-se em três partes: análise genealógica da liberdade moral; análise filológica da liberdade, análise da liberdade artística. Nos dois primeiros capítulos, comparece a análise da crítica nietzschiana ao conceito de livre-arbítrio relacionado à metafísica, à moral e à religião. Segundo o autor, Nietzsche aplica seu método

genealógico-filológico em uma investigação da origem do conceito de livre-arbítrio e das noções criadas para sustentá-lo. A genealogia investiga a situação crítica em que surge o conceito de liberdade, enquanto a filologia estuda as expressões linguísticas que o fundamentam.

No primeiro capítulo de sua tese, Barrenechea analisa como o método genealógico busca identificar o momento em que surgiu o conceito de liberdade entre antigas comunidades. Nietzsche procura investigar os interesses concretos que levaram a criação da doutrina do livre-arbítrio. Ele quer revelar como o uso da noção de livre-arbítrio nos discursos morais e religiosos visou consolidar o poder sacerdotal e o controle sobre a consciência da maioria da população nas antigas civilizações. O filósofo alemão analisa como o ressentimento e o ódio contra a vida, decorrentes do sentimento de vingança e impotência da classe sacerdotal se manifestaram como uma concepção repressiva da conduta geral. Nietzsche quer saber qual impulso específico gerou o conceito normativo de liberdade. Qual instinto levou os sacerdotes a criarem a doutrina da liberdade, cujo sentido oculto seria julgar, condenar, castigar e punir?

Barrenechea oferece no segundo capítulo a análise do método filológico, em que Nietzsche busca desvendar “como falam” da liberdade, os grupos que criaram a doutrina moral do livre-arbítrio. Nietzsche examina os principais termos que fundamentam a doutrina moral da liberdade. O primeiro alvo da análise é justamente a noção de sujeito autônomo, capaz de causar fatos, Nietzsche contesta esse sujeito. Também contesta a noção de vontade como faculdade que esse sujeito teria, para produzir atos espontaneamente e autonomamente. O filósofo examina como essa noção de sujeito contamina todos os conceitos da linguagem, conceitos como substância e causalidade, por exemplo. Em suma, ele elabora um questionamento da noção de sujeito, que confronta a noção de responsabilidade individual. Para Nietzsche, o que opera no ser humano e na natureza é a causalidade da *vontade de potência*².

No terceiro capítulo de sua tese, Barrenechea apresenta a interpretação positiva da liberdade na ótica nietzschiana. Ele foca sua análise na obra *Assim falou Zaratustra*, onde é

² O termo *vontade de potência* é empregado no texto de Barrenechea. Porém, na tradução de Paulo César de Souza, ele adota o termo *vontade de poder*, assim como Medrado e Giacoia. Também na tradução de Ruth Joffily Dias e Edmundo Fernandes Dias do texto de Deleuze ocorre o termo *vontade de poder* e vontade de potência. Claramente não há um consenso a respeito, todavia, o mais usual hoje em dia é o uso do termo vontade de poder, mas como nos propusemos interpretar as pesquisas de autores distintos, para sermos fiéis ao texto de cada autor e respeitar suas escolhas na nossa interpretação, decidimos manter o termo *vontade de potência* quando o autor em análise fizer o uso do termo em seu texto.

apresentada uma modalidade estética de liberdade. O método nietzschiano quando trata da liberdade de criar se vale do mesmo ato criativo. Nietzsche adota uma linguagem poética afastando-se da linguagem conceitual tradicional. Em *Zaratustra*, ele realiza, através de seus personagens conceituais, a passagem de uma liberdade servil da moral para a liberdade positiva, que consiste justamente na criação de novos valores. Nietzsche, exalta a imagem da maternidade, como aspecto criador fundamental, vendo-a em sua fidelidade à terra, assim é concebida a liberdade que consiste na obediência às forças terrestres, na aceitação das transformações da *vontade de potência*. O filósofo alemão apresenta o problema da irreversibilidade do tempo em relação à vontade entendida como instrumento da totalidade orgânica. Nietzsche observa o limite da vontade diante da irreversibilidade do passado, já que a vontade nada pode contra o que passou. Diante dessa fatalidade, a liberdade de criação pode parecer ilusória. Entretanto, Nietzsche aponta que é justamente aceitando tudo o que é como é, dizendo sim para todos os eventos, que o ser humano pode experimentar uma suprema sensação de leveza e liberdade.

Nessa perspectiva, o conceito de *eterno retorno* é uma forma de pensar a necessidade sem suprimir a liberdade. A obediência às forças do mundo não restringe a liberdade. A liberdade nietzschiana se afasta da metafísica, da moral e da religião, que geralmente opõe de maneira irreconciliável o ser humano e o mundo, a liberdade e a necessidade. Para Nietzsche, o ser humano só pode ser completamente livre ao integrar-se voluntariamente aos impulsos típicos da Terra. A adesão ao jogo *dionisiaco* do mundo, significa viver uma existência criativa, gerando, sem cessar, novos valores.

A- Genealogia da liberdade moral

Barrenechea indica que a crítica ao conceito de livre-arbítrio atravessa toda a obra de Nietzsche e ganha sua forma final em *Crepúsculo dos Ídolos*: “Finalmente, *O Crepúsculo dos Ídolos* levará às últimas consequências a análise genealógica da doutrina do livre-arbítrio. ‘Os quatro grandes erros’ culminará esta indagação indicando qual o impulso que levou à criação desta teoria nas sociedades sacerdotais” (BARRENECHEA, 2008, p. 20). Na visão de Barrenechea, quando o filósofo alemão investiga o impulso que gerou a doutrina do livre-arbítrio, a atenção recai sobre os interesses concretos que levaram as sociedades antigas a adotarem a doutrina do livre-arbítrio. Nietzsche faz um levantamento das condições históricas em que surgiu essa teoria, buscando conhecer qual seria sua procedência. De acordo com

Barrenechea, Nietzsche se preocupa apenas em assinalar onde e como surgiu, em que condições foi criado o conceito de livre-arbítrio. Nietzsche critica o caráter ficcional da liberdade calcada em ‘promessas do além’. A esse respeito, Barrenechea diz: A liberdade não é um conceito isolado, já que integra um corpus de noções que sustenta o controle exercido pelos moralistas e pelos religiosos. Por isso, a crítica nietzschiana do arbítrio adota uma estratégia mais abrangente, no sentido de questionar todas as noções das doutrinas normativas” (BARRENECHEA, 2008, p. 21).

A investigação da falácia do livre arbítrio exige a adoção do expediente genealógico, que visa revelar quem fala e porque fala em liberdade. Nietzsche deseja saber qual o interesse concreto, qual o afeto específico que gerou o conceito de livre-arbítrio e seu poder coercitivo. Nietzsche denuncia que o livre-arbítrio se tornou um instrumento de poder sacerdotal. A essência do método genealógico nietzschiano é questionar as noções morais. No caso do livre-arbítrio, Nietzsche pretende saber qual é o papel dessa noção dentro do contexto normativo. Para Barrenechea, Nietzsche entende o livre-arbítrio como um conceito inserido nos discursos prescritivos:

Trata-se de uma qualidade atribuída ao homem, no sentido de enquadrá-lo num sistema normativo, fazendo com que possa ser julgado e submetido a prêmios e castigos. [...]. O sacerdote, o metafísico e o moralista usam este conceito para impô-lo ao “rebanho”, para exigir-lhe submissão às suas ordens para fortalecer seu direito de ser juiz e carrasco dos fiéis (BARRENECHEA, 2008, pp.19/20).

Nietzsche compreende que a crença no conceito de livre-arbítrio serviu apenas para responsabilizar, julgar e castigar os indivíduos que ousassem entregar-se ao *amor fati* em suas ações. Em contrapartida, Nietzsche apresenta a ideia de que um sujeito determinado por forças naturais não poderia ser culpado por suas ações. Na perspectiva tradicional, Nietzsche indica que o conceito de liberdade tem essencialmente um sentido coercitivo e é considerada apenas liberdade de obediência à autoridade moral (sacerdotal). Nietzsche reconhece que esse tipo de liberdade é na verdade uma forma de submissão disfarçada. A liberdade falsa do rebanho, que depende de imperativos alheios, esse tipo de liberdade é um dos ídolos combatidos por Nietzsche, em toda a sua obra.

Em *O Anticristo*, Nietzsche, assinala como os ressentidos, os impotentes e fracassados criaram um ideal ascético para mascarar sua fraqueza e controlar os fortes apelando para o sagrado e para o *além*. Nietzsche caracteriza esse ideal ascético de liberdade como uma noção vazia, que teve grande influência na tradição metafísica e religiosa. Ele não pretende refutar o conceito de livre-arbítrio, mas demonstrar onde e como surgiu, em que condições apareceu.

A princípio, Nietzsche critica a liberdade como um ideal enganoso, pela sua capacidade de iludir e seduzir pessoas com promessas do *além*. O filósofo faz questão de ressaltar o aspecto ilusório do livre-arbítrio. Ele se pergunta: Quem fala em liberdade? Por que fala em liberdade? Qual o interesse concreto e o afeto específico que gerou a noção de livre-arbítrio? Nietzsche, conforme Barrenechea, pretende mostrar que o livre-arbítrio não é um atributo espiritual, mas um instrumento de poder sacerdotal.

Em *Humano, demasiado Humano*, Nietzsche começa sua pesquisa genealógica dos valores e pré-conceitos morais. Em sua tese, Barrenechea cita um trecho do prólogo da *Genealogia da moral*, a saber: “Alguma educação histórica e filológica, juntamente com um inato sentido seletivo em questões psicológicas, em breve transformou meu problema em outro: Sob que condições o homem inventou para si os juízos de valor ‘Bom’ e ‘Mau’ e que valor eles têm?” (G.M. Prólogo, § 2). Nietzsche realiza uma pesquisa histórica-filológica e sobretudo psicológica dos valores morais. Ele quer pensar o valor dos valores morais, julgá-los pela sua capacidade de beneficiar a vida ou não. Nietzsche avalia o efeito da crença nos valores morais tendo como critério os estados vitais, a saúde e a doença, o forte e o fraco. Barrenechea (2008, p. 22) reitera a originalidade do método nietzschiano e destaca as condições concretas em que os valores morais foram estabelecidos, qual os interesses envolvidos e, por fim, qual o efeito da crença nos juízos de valor para o conhecimento e para a vida humana em geral. Nietzsche analisa a história dos conceitos morais, buscando saber sua origem e como são ensinados. A moral, para o filósofo alemão, é um discurso meramente sintomático. Para ele, tanto o juízo moral quanto o juízo religioso são ficcionais e imaginários e indicam um estágio pouco desenvolvido do conhecimento. Da perspectiva nietzschiana, não se deve levar os preceitos morais a sério, apenas tratá-los como sintomas, signos que se referem a certas condições vitais de grupos sociais, que os assimilam por hábito.

A filologia, para Nietzsche, é a arte de ler bem, de decifrar enigmas. Ser capaz de ler os fatos sem falsificá-los, essa arte exige cautela, paciência e delicadeza na compreensão. Barrenechea comenta essa definição da seguinte maneira: “É necessário decodificar os juízos morais e religiosos para detectar impulsos (negados e ocultos pelo discurso transcendente) que os originam” (BARRENECHEA, 2008, p. 23). O autor acrescenta que a tarefa filológica abre espaço para uma exceção no pensamento nietzschiano, ao que diz respeito à adoção de noções das quais em geral é um crítico radical. O emprego de noções como “verdade” e “falsidade”, “ficção” e “realidade”, feitas na análise filológica, contraria o sentido usual dado por Nietzsche a esses termos no fluxo de seu pensamento crítico. Nietzsche questiona o

conceito de verdade relacionado à ciência, ao passo que destaca o valor da arte e da ilusão. A exaltação da arte na filosofia nietzschiana não é meramente contemplativa, mas exerce funções argumentativas, metodológicas e experienciais. De acordo com o filósofo-poeta alemão, as ilusões estéticas teriam mais valor do que as verdades de conceitos e sistemas racionalistas. Nietzsche valoriza a mentira e a ilusão empregadas na criação artística em detrimento da pretensão metafísica de encontrar uma verdade absoluta. Ele distingue essencialmente a mentira sagrada da religião do ilusionismo artístico. A mentira sagrada, afirmadora do além, negadora da Terra e do corpo, nega os instintos produzindo uma tensão entre os impulsos que se voltam para o interior do indivíduo e se manifestam como patologia. Já a mentira estética é sintoma de força e saúde. A ficção artística celebra o jogo instintivo da vida, exprimindo a contradição e a tragicidade do mundo e do ser humano. Tanto a moral, quanto a religião negam esse mundo problemático real em prol de um mundo ideal. Nietzsche usa os termos *verdade* e *realidade* para aludir ao mundo das paixões, dos instintos, das forças da terra. Verdadeiro, em termos nietzschianos, significa aquilo que se refere ao instinto e fomenta a vida, e, falso aquilo que reduz a potência da vida. Nietzsche está ciente de que tanto a arte, quanto a religião produzem ilusões para interpretar o devir, essa afirmação categórica mereceu o seguinte comentário de Barrenechea (2008, p. 25): “A mentira artística será preferida pela sua capacidade de propiciar e intensificar a vida”. A mentira sagrada será questionada por prejudicar a saúde e arruinar a vida.

Nesse contexto, a noção de livre-arbítrio será considerada um pseudoconceito, uma imaginação ou mentira instrumentalizada pelos “melhoradores da humanidade”. Há que se considerar também o que Nietzsche apresentou sobre a liberdade em *Aurora*, naquele livro, diz Barrenechea (2008, p. 25): “é assinalado o aspecto ficcional da liberdade, cuja origem seria psicológica, produto do orgulho e do sentimento de poder do homem”.

A noção de que Nietzsche se coloca como uma espécie de psicólogo da cultura, parece antecipar posições psicanalíticas. Para Nietzsche, a doutrina do livre-arbítrio teria origem no sentimento irracional de orgulho e poder. “Em outras palavras, a concepção de livre-arbítrio surge do desejo de poder ser operativo, independente, autônomo, da fantasia orgulhosa de que somos diferentes da natureza, de que podemos impor nossas forças à cega mobilidade do devir” (BARRENECHEA, 2008, p. 25).

Na leitura de Barrenechea, o livro de 1886, *A Gaia Ciência*, enfatiza o aspecto ficcional da teoria do livre-arbítrio. Nietzsche admite que no reino da necessidade, esse aspecto ficcional fora útil para o desenvolvimento da espécie, em um estágio primitivo da

humanidade. Ele supõe que, em algum momento da história, a noção de livre-arbítrio teria servido como ferramenta conceitual de importância prática para a espécie humana. A liberdade, nesse sentido, possui um valor mitológico, um mundo de ficções, de símbolos inventados para interpretar a vida.

Em *O Anticristo*, Nietzsche alude à liberdade como um ideal que nega a realidade. Para ele, as *noções morais* surgem do ressentimento contra a *natureza*. A moral rejeita o mundo dos instintos, que é para Nietzsche, referencial de realidade. Nos seus últimos escritos, Nietzsche combate os ídolos da metafísica e a liberdade seria um dos principais, aquele que sustentaria a própria moral como um meta-valor. Nas obras de 1886 a 1888, a noção de livre-arbítrio exerceria uma função fundamental para a criação do mundo fictício da moral e da religião. No discurso do moralista, a mentira da liberdade é utilizada deliberadamente com vistas ao poder. Os conceitos de “graça”, “salvação”, “perdão”, etc, são mentiras sem nenhuma realidade psicológica. Para Nietzsche, os conceitos morais são baseados em mentiras, por isso é necessário descobrir através da análise filológica, o que impulsionou a crença nesses ideais, cabe assim diagnosticar os sintomas de saúde ou de doença na expressão desses ideais. Interessa a Nietzsche saber qual força impulsiona aqueles que falam em nome da liberdade. Qual seria o estado de saúde daqueles que falam? A tarefa genealógica é justamente descobrir quem fala em liberdade e identificar as motivações que produzem esses ideais. Quem fala em liberdade e como fala, são questões chave para a estratégia argumentativa nietzschiana. Os ideais morais da religião, a noção de “além” e “pecado”, por exemplo, referem-se a um mundo ilusório que oculta a efetividade da terra.

Nietzsche acusa, sem nenhuma compaixão, o cristianismo de ser o grande responsável pela propagação popular de um ideal de paraíso, de um mundo transcendente que nega a terra. Dessa perspectiva, o cristianismo seria a grande farsa filológica da humanidade. As noções como “Reino de Deus” e “juízo final” são distorções da realidade da natureza para defender a existência de um mundo sobrenatural. O cristianismo, segundo Nietzsche, seria responsável por falsificar o sentido natural, nas palavras de Barrenechea, essa doutrina fundamenta-se em causas imaginárias que distorcem a realidade (BARRENECHEA, 2008, p. 28).

Nietzsche entende que a condição fundamental para afirmar a liberdade enquanto estado racional, consiste na argumentação em defesa da existência de um “além”. Por atribuir aos humanos uma origem divina, o cristianismo nega-lhe sua verdadeira natureza, para imputar-lhe responsabilidade por seus atos. A liberdade nessa perspectiva seria a negação dos

instintos do corpo. Segundo a lógica da alma, seria livre aquela que se afastasse das precariedades da terra, voltando-se para um mundo ideal, movimento que provoca a desqualificação da efetividade do mundo instintivo. Nietzsche compreende o “além” como expressão da vontade de negação da realidade, como fundamento para a criação de valores antinaturais que se opõem aos instintos humanos. Nietzsche se pergunta: Que razões levaram à criação desses ideais antinaturais? Por que o ser humano opôs liberdade a instinto? Essas questões estão presentes no pensamento do filósofo alemão desde a publicação do livro de 1872, *O Nascimento da Tragédia*, primeiro trabalho de Nietzsche, no qual ele identifica o germe do ideal antinatural na Grécia clássica, como época de profunda crise, quando os instintos em desregramento ameaçavam se tornar tiranos, com Sócrates e sua racionalidade a qualquer custo.

Em *Crepúsculo dos Ídolos*, obra que é nosso objeto de estudo principal, e é um dos últimos trabalhos publicados em vida por Nietzsche, ele identifica Sócrates como representante da decadência moral que se expressa na idealização e na racionalização exacerbada do mundo. Nas palavras do próprio filósofo:

A luz diurna mais cintilante, a racionalidade a qualquer preço, a vida luminosa, fria, precavida, consciente, sem instinto, em contraposição aos instintos não se mostrou efetivamente senão como uma doença, uma outra doença - Ela não concretizou de forma nenhuma um retorno à “virtude”, à “saúde”, à “felicidade”... Os instintos *precisam* ser combatidos - esta é a fórmula da *décadence*. Enquanto a vida está *em ascensão*, a felicidade é igual aos instintos. (C.I. “O problema de Sócrates”, § 11).

Nietzsche, segundo Barrenechea, analisa a personalidade de Sócrates e identifica como um traço marcante a racionalidade exagerada, como uma amostra individual exemplar de uma cultura em plena decadência. Platão seria o primeiro a sistematizar o conceito de *além* com o nome de “mundo das ideias”. A afirmação do além e da alma imortal platônica se expressa como uma promessa de controle dos instintos pela razão. A alma seria livre no sentido de afastar-se do corpo. Há, em Platão, uma relação entre liberdade, alma e além. Para Nietzsche, o abandono radical do corpo e o desdém com este mundo expressam-se como sintomas de uma moral decadente. Na perspectiva platônica a alma atingiria a máxima liberdade ao se afastar do corpo. O corpo é considerado uma coisa má (Fédon). A libertação se daria pelo poder racional atribuído à alma. Platão anuncia a liberdade da alma no além como produto da racionalidade. Platão seria o precursor do filósofo sacerdotal, colocando a filosofia a serviço da moral, propagando uma visão teológica do mundo. Sócrates e Platão são responsáveis por instaurar uma cosmovisão transcendente de liberdade.

Nietzsche questiona justamente essa noção moral de liberdade, que segundo ele, tem no cristianismo sua expressão máxima, apresentando-se como corrupção fisiológica da humanidade. Geralmente, as religiões procedem do mesmo modo, enfraquecendo o animal homem em prol de ideias de outro mundo. A liberdade moral seria um ídolo que oprime o ser humano. Barrenechea cita Deleuze observando Nietzsche revelar que historicamente o filósofo sempre assumiu um tom sacerdotal, uma máscara para ser ouvido pelo rebanho. A filosofia para conviver com a religião adotou o ideal ascético. Quase todos os filósofos vestiram a farda dos moralistas, “melhoradores da humanidade”. Movidos por ideias do além, afirmando interesses teológicos: “Na religião e na moral, a noção de liberdade constituir-se-á no meio para responsabilizar e julgar os homens pelos seus atos” (BARRENECHEA, 2008, p. 32). Nietzsche indica que o verdadeiro papel da moral sempre foi reprimir os instintos naturais, arrefecer as forças vitais. Os ídolos da moral, são concepções ideais, imagens mentais enganadoras, que acabam por arruinar a saúde do corpo. Nietzsche sugere questões como: que sentido têm aqueles conceitos mentirosos, os conceitos auxiliares da moral, alma, espírito, livre-arbítrio, Deus, senão o de arruinar fisiologicamente a humanidade? Segundo Miguel, o filósofo alemão faz uma afirmação radical e polêmica, quando diz que todos os filósofos desde Sócrates agiram motivados pelo poder e não pelo saber. O ressentimento em relação à natureza, ao vir-a-ser, enfraqueceu e fez acovardar os filósofos diante das dificuldades impostas pelo jogo vital. Os ideais ascéticos foram criados como estratégias de fuga da realidade, como alternativa para escapar das complexidades do corpo e da terra.

A liberdade em sentido moral estará relacionada ao ressentimento. A promessa do paraíso depois da morte é uma rejeição da vida. A noção de livre-arbítrio seria o fio condutor da lógica moral. Nietzsche opõe a moral dos povos guerreiros, politeístas, à moral dos povos monoteístas (judaísmo e cristianismo), que, inspirados pela fraqueza, criaram valores de outro mundo. Num confronto entre a moral aristocrática e a moral sacerdotal, esta se expressa como inversão dos valores da primeira. O sacerdote nega tudo o que a aristocracia acha bom. Na visão de Nietzsche, a moral aristocrática expressa saúde e alegria, enquanto a moral sacerdotal exprime doença e ressentimento. A moral judaico-cristã cria um ideal de além, um outro mundo melhor, movida pelo rancor e pela vingança contra aquilo que é forte e sadio. Nietzsche quer saber quais os instintos doentes que se expressam como tendências nocivas, levaram os sacerdotes a negarem e distorcerem a vida e a natureza.

Em a *Genealogia da Moral* Nietzsche identifica os sentimentos de ódio e vingança por trás da noção de livre-arbítrio. A liberdade no sentido moral seria na verdade um

instrumento de poder usado para responsabilizar os indivíduos. Um instrumento usado pelos fracos para controlarem os fortes. Mas seria possível escolher entre ser forte ou ser fraco?

Parece que para Nietzsche, força é sinônimo de saúde. Não há um sujeito pré-existente causador consciente da ação, não há uma essência ou ser imutável. Barrenechea destaca uma tese importante de Nietzsche sobre a força, em que esta seria efetivação, surgimento, atividade plena, dinamismo da *vontade de potência*. Toda força tende ao seu máximo poder, não haveria nada por trás da força, força seria sempre expressão de força. Um suposto agente causador da força não é admitido por Nietzsche. Para o filósofo, a crença no sujeito racional capaz de escolher entre uma ação e outra seria uma ficção acrescentada por imaginação à toda ação. No fundo da crença na liberdade do sujeito racional estaria a vontade do fraco de culpar e castigar o forte. Ressentimento e inveja movem os fracos a desejar julgar e punir os fortes. O sentimento por trás da doutrina da liberdade moral é a covarde sede de vingança contra os fortes que esbanjam saúde e felicidade. A vingança é o consolo dos decadentes. A crença no sujeito é uma estratégia de sobrevivência dos fracos. Por esse ângulo, a fraqueza é interpretada como liberdade.

A relação entre a liberdade e o poder sacerdotal, pela ótica de Nietzsche, se revela como ponto central da crítica nietzschiana à doutrina do livre-arbítrio. Seria justamente o sentimento de ódio contra a realidade, a motivação desse representante dos impotentes: o vingativo e doente sacerdote. O mesmo que em sua fraqueza ainda juntou forças para organizar o ressentimento dos fracos, revelando um sintoma de força na fraqueza, numa tática desesperada de sobrevivência. Nietzsche diz ter encontrado mesmo no desejo do servo a vontade de ser senhor. O sacerdote, que em seu delírio contagiante de fraqueza, impulsionado pelo ódio à realidade, se vê no direito de julgar e condenar os fortes, se autoproclamando o mensageiro divino, cheio de ressentimento e inveja dos fortes, inverte os valores, na sua boca a saúde vira doença, o bem se torna o mal, tudo que é vital perde valor, tudo que é natural é considerado mal, tudo que se manifesta como saúde, em seus discursos, representa o pecado. A promessa do além arrebanha os pobres, que encontram conforto na ideia de que em outro mundo serão redimidos. Embora o sacerdote negue a vida, ele o faz por instinto de sobrevivência. O sacerdote nega a vida, num ato de desespero para afirmá-la. Pois ainda é melhor para o ser humano querer o nada do que nada querer. O vazio da morte é neutralizado pela promessa do *além* e da *alma imortal*. Segundo Nietzsche, a vida decadente procura manter-se por todos os meios. Os crentes sobrevivem na expectativa de encontrar consolo depois da morte. Vivem uma espécie de morte em vida em troca da promessa de uma suposta

vida eterna no paraíso. O ideal ascético contribui para a sustentação de uma vida decadente. “A manutenção da doença será o preço que os crentes devem pagar para ter uma sobrevida”(BARRENECHEA, 2008, p. 38). O sacerdote como intermediário do além está habilitado a conduzir a vida dos crentes. Os sentimentos de ódio e vingança serão canalizados pelo sacerdote para instaurar seu poder. Todo o ressentimento dos fracos se converge para o poder do sacerdote.

Para sustentar esse universo ficcional (o além), a *liberdade* e o *pecado* são noções fundamentais, verdadeiros instrumentos de tortura psicológica. Para Nietzsche, essas ficções opressoras servem para culpar e responsabilizar os indivíduos. Pecado e liberdade são elementos retóricos essenciais de coerção comportamental. O sujeito livre pode pecar, mas o sacerdote tem o direito de castigá-lo em nome de Deus (do Bem). A crença no pecado garante o poder do líder religioso. O sacerdote vive do pecado, é a crença no pecado que sustenta o seu poder e legitima sua autoridade, por isso o sacerdote necessita que se peque. Cabe acrescentar com Barrenechea: “As noções de liberdade e de pecado estão profundamente articuladas cumprindo um papel essencial na estratégia de dominação nas sociedades sacerdotais que usa essas noções como ‘instrumentos de tortura’, ‘sistemas de crueldades’ para garantir sua autoridade” (BARRENECHEA, 2008, p. 39).

O autor supracitado enfatiza em sua abordagem o fato de que Nietzsche em sua crítica da moral, relaciona o conceito de livre-arbítrio com o instinto do sacerdote de querer julgar e punir. A doença e o ressentimento dos fracos são canalizados pela esperança em uma suposta cura ascética que garantiria o poder sacerdotal. Esses ideais ascéticos surgem em sociedades decadentes na iminência da autodestruição, em que boa parte de seus membros vivem ressentidos com a vida. Nesse cenário caótico e apocalíptico surge a figura do sacerdote como mediador da cura, ele estabelece-se no poder através de promessas utópicas. A exigência principal do ideal ascético é que se creia no *além*. A fé em outro mundo é o que garante a necessidade de um sacerdote ungido pelo próprio *Deus*, para mediar a salvação do rebanho que se sente injustiçado pela *natureza* deste mundo. A afirmação fervorosa da fantasia se faz necessária para criar um ambiente propício para a fé. Nietzsche se questiona sobre quais seriam os instintos subliminarmente atuantes na criação do *pathos* da fé. Segundo sugere, a fé não seria transcendente nem espiritual, ela ocultaria um jogo de instintos entre o crente e o sacerdote.

Barrenechea cita o *Crepúsculo dos ídolos* como obra em que Nietzsche realiza uma importante análise da teoria da liberdade. Para Nietzsche, a teoria do livre-arbítrio não passa

de uma artimanha dos teólogos para dominar os fiéis. (BARRENECHEA, 2008, p.40) “Onde quer que as responsabilidades sejam procuradas, aí costuma estar em ação o instinto de querer *julgar e punir*” (C.I. Os quatro grandes erros, § 7) Os instintos de querer julgar e punir levaram os sacerdotes a inventarem os conceitos de liberdade, pecado, culpa e castigo. Os instintos na raiz da formação do conceito normativo de liberdade pelos sacerdotes, são os de exercer o poder de controlar os fiéis. A soma entre o rancor dos fracos e a astúcia ardilosa dos sacerdotes resultam em ideais de liberdade e pecado, que maculam a inocência do devir. Alguém deve pagar pela imperfeição do mundo, é a lógica desenhada pelos olhos doentes e invejosos dos sacerdotes, que procuram alguém para ser punido. O sacerdote não suportaria o caráter trágico da realidade, por isso seus instintos mais tiranos são os de procurar culpados e castigá-los, ato que se configura como uma espécie de vingança contra a natureza. O instinto de dominação motivou os moralistas a criarem ídolos racionais. O cristianismo seria na visão de Nietzsche uma “metafísica do carrasco”. O instinto de poder mobilizou as religiões a criarem a noção de liberdade moral. Nietzsche deixa claro seu posicionamento diante da noção moralista da liberdade:

Os homens foram considerados ‘livres’, para que pudessem ser julgados e punidos - para que pudessem ser *culpados*. Consequentemente, toda ação *precisaria* ser considerada como desejada, a origem de toda ação como estando situada na consciência (- com o que a mais *fundamental* fabricação de moedas falsas transformou-se, no interior do psicologismo, em princípio da própria psicologia... (C.I. § 7)

Nossa hipótese norteadora da pesquisa reside nisto: em *Crepúsculo dos ídolos*, Nietzsche trata da liberdade de uma perspectiva psicológica. Procurando diagnosticar, a partir da análise de certos sintomas, em que ponto a cultura foi corrompida pela moral e entrou em decadência patológica. Interessa ao Nietzsche psicólogo, identificar quais os impulsos que motivaram a criação de ideais que negam a realidade. E ele chega a conclusão que são instintos de dominação.

B- Filologia da liberdade moral

Nietzsche realizou uma importante crítica das noções da linguagem moral. Ele aplicou o método filológico, que se resume numa profunda análise linguística das principais noções que marcam a perspectiva normativa de liberdade moral.

Um ponto importante no pensamento de Nietzsche é a percepção da ignorância do ser humano sobre si mesmo e a consequente ilusão de saber cada causa das ações humanas. O ato

de dar nome às coisas despertou a crença no sujeito imutável e por conseguinte, a crença em Deus, o sujeito absoluto, e a crença na liberdade da vontade.

A perspectiva nietzschiana identifica na moral a força que deturpa a realidade e produz a ignorância do homem sobre si mesmo. Em última instância, a moral seria um entrave para o conhecimento. A interpretação moral da vida supõe que o ser humano, por ser racional, conhece a si mesmo a ponto de ser capaz de poder julgar e escolher entre uma ação e outra. A noção falsa de que o ser humano em alguma hipótese poderia agir sem nenhuma limitação, totalmente desimpedido e autônomo, dependendo apenas de sua vontade escolhida é o fundamento da ilusória liberdade moral. As normas da moral se afiguram como universal e atemporal. A crença na suposta unidade, na transparência interior do sujeito, entendido como entidade interna (psicológica), causadora de ações, para Nietzsche, é a causa da crença na liberdade da vontade.

Nesse sentido, o sujeito, por ser racional, seria senhor da própria vontade e portanto responsável por suas ações. Todavia, Nietzsche observa que na prática há uma grande diferença entre saber e fazer. Apenas a ciência do dever não causa a realização do mesmo. Sócrates e Platão não foram capazes de imaginar que o conhecimento poderia não estar associado à prática do dever. Na crença platônica, o conhecimento correto seria sempre acompanhado da ação correta, mas a experiência histórica mostra que isso nem sempre ocorre. Mesmo conhecendo as regras do jogo, os homens trapaceiam.

Nietzsche observa que há processos complexos que envolvem a conduta humana. Ele nota que a moral lê errado o mundo. A pobreza da linguagem diante do corpo é nítida. As palavras não traduzem com exatidão a complexidade da natureza. Para Nietzsche, a natureza é composta de exceções, o devir é sempre desconhecido. Nosso mundo interior não é transparente. Os processos corporais vivenciados por nós estão muito além de uma compreensão passível de ser expressa em palavras. O que se sabe não basta para realizar-se. Não se pode explicar a passagem da inconsciência para a consciência no momento da ação. As ações não são exatamente o que parecem. Os atos são sempre algo alheio a nós. Todos os atos são essencialmente desconhecidos. A análise linguística de Nietzsche é uma profunda análise psicológica dos impulsos orgânicos por trás dos conceitos morais. Nietzsche realiza a dupla tarefa, genealógica e filológica. Ele é mestre na arte de ler bem, ler devagar, com profundidade. Enquanto a genealogia estuda os impulsos fisiológicos, a filologia estuda os textos antigos.

Nietzsche denuncia que são os sacerdotes que falam em nome da liberdade, no intuito de dominar, reivindicando o direito de julgar e punir, baseado na crença na liberdade da vontade como condição para a responsabilização dos sujeitos. Na sequência interessa-lhe saber como esses sacerdotes falam em liberdade. Cabe ao Nietzsche filólogo, interpretar as armadilhas da linguagem que determinam uma interpretação moral da liberdade.

Na concepção moral, o sujeito seria livre quando agisse de acordo com sua própria vontade. A palavra vontade nesse sentido significa faculdade do sujeito para agir de maneira autônoma. A noção de sujeito é fundamental para forjar uma suposta identidade humana. O sujeito seria uma noção-síntese, que representa uma pretensa essência humana presente na linguagem. Nietzsche pretende saber quais razões levaram ao excesso gramatical em criar noções fundamentais com as quais se pensa o mundo: alma, espírito, sujeito, consciência, eu e razão. Todos esses conceitos metafísicos presentes na linguagem têm, para Nietzsche, um caráter ficcional. A noção, por exemplo, de que o ser humano teria uma suposta origem divina e que seu destino seria almejar o regresso a esse além, para Nietzsche, é uma ficção que serviu ao jogo do poder. O filósofo alemão entende que o ser humano não é sobrenatural e nem entidade incorpórea, pelo contrário, o corpo é uma evidência incontestável, o homem é um animal e está na mesma condição de tudo que é natural.

Barrenechea observa que, da perspectiva nietzschiana, não haveria nenhuma evidência da existência de uma essência humana. Ele admite que haja atividades psicológicas específicas ligadas à linguagem e à comunicação. Porém, nega a existência de um sujeito plenamente consciente dos processos que causam suas ações. Nietzsche nega que a consciência ou a razão sejam estruturas estáveis, como espécies de unidades internas, assinalando que há uma luta psicológica complexa e alheia a qualquer unificação. A crença no sujeito imutável é induzida pela própria estrutura da linguagem. Nietzsche relaciona a origem da consciência à gênese da palavra. Sobre essa questão, Barrenechea (2008, p. 54) diz:

Finalmente, queremos esclarecer mais duas características da noção de sujeito - a espontaneidade e a finalidade - na leitura nietzschiana. Segundo a nossa hipótese, Nietzsche privilegia esta noção - junto com a de 'eu', à qual identifica como a mais abrangente para referir-se à conduta humana. O 'ser' do sujeito (*humano*) mostra sua íntima relação com o 'ser' do sujeito (*gramatical*), isto é, podemos interpretar o ser humano como um mero ser gramatical: uma ficção linguística.

Nietzsche compreende que as forças orgânicas chegam à representação através de signos. Haveria uma profunda ligação entre a evolução da linguagem e o surgimento da consciência. Noções como sujeito, eu, razão, consciência são estratégias linguísticas. Nietzsche observa

que a experiência cotidiana proporciona uma diversidade de estados psicológicos caóticos e contraditórios de onde nasce o impulso da crença em uma ordem identitária pessoal imutável. A tentativa humana de organizar seu próprio devir interior fez com que acreditássemos em uma unidade essencial e subjetiva na multiplicidade dos processos vivenciados. A repetição e a frequência ensejaram a fé na ilusão de que haja uma unidade central que organiza e sustenta a diversidade de impulsos. O resultado de um processo de elaboração linguística seria a crença no *Eu*.

Esta “entificação” do “mundo interno” tem como decorrência a crença no sujeito ou na “substância-eu”. O homem “crê no ‘eu’, no Eu enquanto substância (...)” Para esta interpretação ficcional dos fenômenos psíquicos, a característica essencial do sujeito ou ‘eu’ consiste na sua *identidade*, isto é, sua continuidade após os diferentes eventos, a sua permanência no decorrer do tempo (BARRENECHEA, 2008, p. 55).

O sujeito criado pela fé na unidade da consciência ou do *eu* é tido como um suporte permanente e único de uma suposta personalidade permanente que duraria sem mudança. O agir desse sujeito seria sempre intencional e voluntário.

Nietzsche encontra uma relação direta entre vontade e liberdade. Todavia, ele se questiona se a vontade seria efetivamente uma faculdade ativa ou se trata apenas de outra ficção pela qual imaginamos ser os produtores dos acontecimentos. Nietzsche faz, portanto, uma crítica da vontade concebida como faculdade racional. A crença na causalidade da vontade tem uma aparência supersticiosa. Da perspectiva nietzschiana, a imaginação de que a vontade seja independente de outras forças inconscientes é falsa; prossegue o autor: “Segundo Nietzsche, o conceito de vontade nasce dos antigos fetichismos que a consideram um atributo que opera de modo mágico” (BARRENECHEA, 2008, p. 56). Nietzsche entende que há processos inconscientes que atuam na elaboração da vontade.

Em *Genealogia da Moral*, Nietzsche faz questão de destacar o caráter fantasioso da crença na vontade como causa consciente. A noção de que poderíamos produzir ações sem nenhum tipo de condicionamento é ficcional. Para Nietzsche, o que existe de fato é uma complexa guerra entre forças que precede o ato voluntário. “Na perspectiva nietzschiana, a suposta espontaneidade ou autonomia da vontade não é mais que uma ficção que ignora os processos orgânicos e inorgânicos que preparam o ato desejado” (BARRENECHEA, 2008, p. 57). A crença na liberdade da vontade leva à ignorância de importantes processos inconscientes que atuam na preparação de uma ação desejada. Nessa lógica, as ações seriam produtos de forças involuntárias.

O que realmente age no indivíduo acontece longe de representações, surge de um estado total de forças corporais da luta entre instintos divergentes. [...]. Cada ideia, cada sentimento, cada desejo, cada volição é um sintoma do efetivo acontecimento interligado que decorre do jogo de pulsões inconscientes (BARRENECHEA, 2008, p. 58).

Na visão de Nietzsche, a diversidade de forças instintivas se unifica como corpo que age. O ‘eu’ é apenas um sintoma de unidade fisiológica, não haveria, portanto, algo como uma consciência que toma decisões autonomamente. Cada ato é conduzido por uma infinidade de sentimentos, afetos e fenômenos físicos, que atuam na determinação da vontade. Esses processos não intencionais, que condicionam a vontade, ocorrem fora da consciência. Assim como a pele, a consciência revela algo, mas também oculta. A intenção seria tão somente a superfície que reveste a ação. Sobre o posicionamento de Nietzsche em relação à vontade, Barrenechea sentencia:

Nietzsche mostra que a noção de liberdade subjetiva repousa na crença na capacidade causal da vontade: a fé no livre arbítrio decorre de um “complexo estado de prazer” que sente o homem que quer e imagina impor seu desejo, vencendo obstáculos. Mas tal crença é ilusória, pois a vontade não move nada, é apenas um epifenômeno que nasce do jogo de forças orgânicas. Embora a capacidade causal do sujeito seja uma ficção, não deixa de ter uma grande força persuasiva, usufruída pela moral, no intuito de impor suas normas (BARRENECHEA, 2008, p. 59).

Nietzsche apresenta uma hipótese radical sobre a linguagem, afirmando que toda proposição seria metafísica independente de seu conteúdo. Em *Crepúsculo dos ídolos*, ele afirma que todo enunciado gramatical possuiria necessariamente uma crença transcendente implícita. A gramática, segundo Nietzsche, estaria ligada à teologia. A linguagem de algum modo sempre apontaria para Deus. A noção de sujeito sustentaria a tese de Deus. “Para Nietzsche, toda linguagem, na tradição ocidental, remete a um sujeito; sujeito que, por sua vez, remete a um sujeito absoluto. Em outras palavras, não nos desembaraçamos de Deus, porque “ainda acreditamos na gramática” (BARRENECHEA, 2008, p. 61).

O processo gramatical humaniza e, posteriormente, diviniza o sujeito considerado como causa. Antes mesmo da linguagem articulada o homem se projetou na natureza, interpretando-a antropologicamente. A mistificação gramatical cria a noção de que toda ação é produzida por um sujeito consciente.

Contrariando o cogito cartesiano, Nietzsche expressa que não é legítimo falar que haja um sujeito do pensamento, é isso que constata Barrenechea: “Nietzsche assinala que o processo de pensar ocorre de forma espontânea, sem depender do desejo ou da capacidade causadora de um sujeito para acontecer” (BARRENECHEA, 2008, p. 63) A causa da

mistificação gramatical é a extrapolação de um vínculo gramatical para o mundo real, portanto,

a estrutura gramatical opera atribuindo a autoria das ações a uma “entidade” autônoma de características humanas. Ou seja, o sujeito da gramática - convertido em um “ser” humanizado e substancial - leva a antropomorfizar qualquer conceituação do mundo. [...]. A linguagem é a atividade em que se materializa a vaidade do homem, que se julga medida e causa universal. [...]. Estamos presos à nossa própria imagem, que, previamente, espalhamos pelo mundo; só encontramos nos acontecimentos o que já tínhamos depositado neles (BARRENECHEA, 2008, p. 65).

A antropomorfização do discurso tem como consequência a teologização do discurso. O homem como um mini-Deus, seria o causador da própria vontade e, portanto, responsável por suas ações. Barrenechea cita um trecho importante da seção 3, intitulada os quatro grandes erros, de *Crepúsculo dos Ídolos*: “O erro do espírito como causa, confundido com a realidade! E convertido em medida da realidade! E denominado Deus” (BARRENECHEA, 2008, p.65)!

O conhecimento como produto da linguagem humanizada seria ao mesmo tempo um instrumento útil e nossa limitação. Forçosamente, Nietzsche admite que a linguagem determina limitações ao conhecimento. Através da linguagem projetamos nossa imagem no mundo. O ressentimento nasce, portanto, do fato de que nem sempre a natureza corresponde às expectativas humanas. Nosso principal instrumento de domínio da realidade é, paradoxalmente, uma prisão intransponível. Graças à linguagem só enxergamos ficções subjetivas. “Pois o homem almeja imprimir o modelo de estabilidade e unidade interna nos eventos externos. [...]. Na tentativa de ordenar o caos natural o ser humano cria racionalmente a ilusão da unidade e da estabilidade. Isso ocorre justamente porque: “A inteligência humana deseja achar relações fixas que permitam a compreensão simplificada das coisas” (BARRENECHEA, 2008, p. 67). Nietzsche indica que essa crença fundamental na permanência é em certa medida útil para a sobrevivência humana, porém, se for tomada como inquestionável, atravessa o avanço do conhecimento. Nessa perspectiva, parece que ainda não experimentamos um conhecimento sem uma teologia implícita. Sempre procuramos um responsável. A razão não dá conta de captar o movimento do devir. Projeta-se as noções de igualdade e permanência, por razão de sobrevivência, crenças que levam a negligenciar as diferenças.

Para Nietzsche, a realidade da natureza é o puro devir, dinamismo incessante, caótico, inocente, impessoal e imprevisível. Sendo assim, de certo modo, todo conhecimento humano é uma espécie de falsificação da realidade heterogênea e inumerável. Para nos orientarmos no

mundo, criamos ficções do conhecimento para termos a sensação de controle. No entanto, a natureza é irracional. “Na natureza só há devir e confronto de forças, mas nós criamos as igualdades e as coisas para dominar uma quantidade colossal de fatos” (BARRENECHEA, 2008, p. 68). Todavia, da perspectiva nietzschiana, no mundo não existe nenhuma entidade fixa, permanente, acabada, imutável, estável. Tudo o que existe está em constante transformação, tudo é puro movimento, um eterno vir-a-ser sem qualquer finalidade, ou objetivo predeterminado. Sentimos prazer na previsibilidade, ao passo que sentimos medo do desconhecido. Aquilo que é pouco usual traz insegurança, mas o que é familiar dá a agradável sensação de que o desejo e a realidade coincidem. Sem uma explicação que traga uma sensação de poder, o ser humano sente medo. Para Nietzsche, a origem de todo o conhecimento racional seria justamente o medo do desconhecido. O instinto do medo da incerteza nos impulsiona a querer conhecer. Aquele que julga conhecer goza da sensação agradável de uma segurança conquistada. O medo é o pai da lógica. O impulso causal age na presença do estranho. Tal impulso busca uma explicação. O novo causa pavor. Essa neofobia primitiva marcaria nossa forma de interpretar os fenômenos, sendo que uma série de impulsos ilógicos agiriam constantemente determinando como se estrutura nosso aparato interpretativo dos fatos desconhecidos. Os conceitos da lógica nascem do ilógico. Imagina-se que em situações extremas os homens do passado tiveram a necessidade de ignorar certas diferenças para sobreviver. O conceito de igualdade, nesse sentido, foi criado porque foi uma abstração útil e necessária para a sobrevivência humana. Na realidade, nada é realmente igual. Como instrumentos de sobrevivência, as categorias lógicas não seriam universais, mas, particulares, criadas em respostas a situações específicas, a posição de Nietzsche mereceu o seguinte comentário de Barrenechea (2008, pp. 69/70):

O homem experimenta um sentimento de poder quando logra subsumir eventos estranhos nas categorias já conhecidas; tranquiliza-se, pois consegue o domínio daquilo que aparentava fugir da sua esfera de compreensão. [...]. No devir, nada é idêntico. Na natureza não há nada fixo, tudo flui, tudo se transforma seguindo a dinâmica de impulsos múltiplos e instáveis.

A função da análise filológica seria a de desvendar a mitologia produzida pela cosmovisão antropológica, os fatos interiores (do homem) projetados nos fatos exteriores (do mundo) que, supostamente, teriam sua origem no inconsciente.

A análise da linguagem revela o aspecto ficcional da interpretação causal. Nietzsche afirma que não há causas ou efeitos, pois não há entes operantes na natureza. Não haveria entidades subjetivas nem objetivas, não haveria causalidade, porque não haveria

permanências de nenhum tipo na realidade. Essa conclusão será importante para pensar a agência humana e a liberdade fora do contexto moral.

Se não há sujeitos, não há também materialidade como síntese do mundo. O aprofundamento da análise filológica revela o caráter ficcional da linguagem. Para satisfazer certas necessidades vitais simplificamos a realidade, tudo é pensado à nossa imagem e semelhança. Todo o universo ficcional da linguagem se sustenta sobre a noção de sujeito. Assim como a noção de sujeito é uma síntese da interioridade, a noção de materialidade seria uma síntese do mundo externo. Uma vez que se aboliu a noção de sujeito, pela mesma lógica, nos libertaríamos também da materialidade: “Conclusão: não existem entes operantes - não há vontade, fim, leis, nem regularidades na *realidade*” (BARRENECHEA, 2008, p. 72).

Na leitura de Barrenechea, o filósofo alemão considera que a não existência dessas entidades metafísicas representaria uma libertação. Nietzsche entende que a conduta humana foi gravemente alterada pelas noções morais. A imputação moral nasceu da crença no sujeito racional, que seria livre para escolher como agir e, portanto, passível de ser responsabilizado e culpado por seus atos. Logo, contestando as noções básicas de sujeito e de materialidade, Nietzsche pretende anular também a noção de culpa. A crítica filológica possibilitaria a libertação do sentimento de culpa. A constatação de que a moral, a metafísica e a religião atuam atribuindo falsas causas a fatos desconhecidos, liberta o ser humano das pressões normativas. Na ausência de sujeito extingue-se a culpa, elimina-se o castigo: “A liberdade da moral, da religião e da metafísica era apenas um instrumento de opressão” (BARRENECHEA, 2008, p. 72). A razão restabelecida, segundo Nietzsche, concebe tudo como necessidade do acaso, assim, não há liberdade moral, não há culpado, não há dívidas a quitar. Ao fim da análise filológica surge uma nova perspectiva. Se por um lado, a crítica nietzschiana nega a liberdade moral, por outro, ela tem como consequência um aspecto afirmativo. Nietzsche associa a liberdade afirmativa à *vontade de potência*. Dessa ótica, a natureza seria um jogo dionisíaco da vontade de potência, é esse o entendimento de Barrenechea (2008, p. 73):

Na ótica nietzschiana, a “realidade” é impulsionada apenas pelo dinamismo da vontade de potência. A vontade de potência é um mar de forças, em constante contradição, em permanente confronto, perfilando indistintamente todas as configurações de forças do mundo, seja o macaco, a pedra, o vegetal ou o homem. (...) Cada momento apresenta um novo encontro de impulsos, cada instante traz o diferente: uma nova constelação de forças se faz e logo se desfaz. A vontade de potência exprime uma unidade-plural de forças que configuram o *jogo* do mundo (...) pois tudo segue a mesma dinâmica do devir, e *plural* porque as forças são inúmeras e em contínua mudança.

A crítica de Nietzsche suspende a ficção da identidade para restituir o devir. Para que se enxergue o devir. A realidade, na ótica nietzschiana, é um caleidoscópio de forças em luta para prevalecer no mundo. Cada instante representa um novo choque entre forças. O mundo é vontade de potência (uma espécie de unidade da pluralidade?) um fluxo de forças em confronto contínuo. Nietzsche sugere que a causalidade da vontade de potência seria a condição da vontade de potência atuar apenas sobre outra vontade. Só há vontade atuando sobre vontade no mundo. A causalidade da vontade de potência surge da guerra fugaz entre vontades-forças que, a cada instante, ganham mais ou menos potência. Nessa dinâmica, há sempre um grupo de instintos dominantes e outro de instintos dominados. Nenhuma força renuncia e todas insistem em prevalecer sempre agindo nesse sentido. Todas as forças são operantes, todas compõem um fato. Forças que ganham agora, perdem em outro momento, numa dinâmica constante de guerra. Nenhuma força é apenas consequência da ação de outra. Tudo se transforma o tempo todo no incessante jogo vital.

A afirmação da causalidade da vontade de potência tem consequências importantes para elucidação sobre a questão da liberdade no pensamento de Nietzsche. Na visão dele, a moral centra-se na figura ficcional do sujeito, considerado livre para poder ser julgado, culpado e castigado. “O homem que atua é um corpo impulsionado por uma multiplicidade de forças orgânicas” (BARRENECHEA, 2008, p. 75). Logo, Nietzsche pretende pensar a liberdade fora do contexto moral, a partir de outros parâmetros; na perspectiva nietzschiana: “O homem livre não é um sujeito autônomo, mas um corpo que avalia, em consonância com o movimento das pulsões vitais” (BARRENECHEA, 2008, p. 75). Nietzsche indicaria assim a possibilidade de se pensar a liberdade em termos extra-morais.

Feita a crítica da liberdade moral, Nietzsche afirma a liberdade segundo a vontade de potência. O *espírito* e o *além* silenciam-se e falam as vozes do corpo e da terra. Se por um lado, Nietzsche nega a liberdade normativa, por outro, afirma a liberdade criadora. Barrenechea defende a tese de que a negação da liberdade moral tem como consequência a afirmação da liberdade estética.

C- Liberdade estética

No terceiro e último capítulo de sua tese, Barrenechea analisa a postura afirmativa de Nietzsche a respeito da liberdade. Segundo a hipótese defendida pelo autor, a compreensão de

Nietzsche da liberdade tem uma perspectiva crítica e negativa da liberdade moral e outra visão afirmativa fundada na autonomia do ser humano criador. Nessa ótica, a concepção de liberdade em Nietzsche seria a capacidade de criar e de sustentar novos valores. A liberdade nietzschiana assume assim um fundamento artístico. Seria na atividade artística, que o ser humano exprimiria suas forças mais profundas, desenvolvendo aquilo que lhe é próprio: a criatividade. A liberdade poderia ser experimentada como processo lúdico de criação de novos valores e novas interpretações. A possibilidade de experimentar a vida, como uma brincadeira, um jogo, em que a criatividade em ato seria a prova viva da liberdade, se apresenta no pensamento afirmativo nietzschiano. O criador seria livre, justamente, por não respeitar as regras estabelecidas pela tradição, se desligando do passado, dando a si mesmo as próprias leis, ciente de que todas as regras são apenas produtos de um jogo criativo.

A aproximação da filosofia nietzschiana a um sentido artístico é marcante, todavia, Nietzsche compreende o conceito de atividade artística em um sentido amplo, como arte de viver, como capacidade de imprimir um estilo próprio a cada ato. Nietzsche aposta no gesto inovador e na atitude singular como demonstração de liberdade. Nessa perspectiva, a vida seria um permanente jogo de criação e destruição de formas, um contínuo exercício estilístico. A atitude e a intenção de dar um estilo ao próprio caráter, se configuram como uma possibilidade viável de liberdade. Nietzsche valoriza tanto a arte em sentido estético, quanto como beleza singular de uma vida criadora. A arte de viver é compreendida como o poder de gerar constantemente novas interpretações. Barrenechea afirma que o conceito nietzschiano de liberdade celebra a capacidade dos indivíduos de criar novos valores.

Em *Assim Falou Zaratustra*, a liberdade do criador é uma questão central. Nesse texto, Nietzsche aplica sua singular estratégia metodológica, em que encontra unidade entre forma e conteúdo. Pode-se dizer que Nietzsche faz uma filosofia artística, na qual, segundo Barrenechea (2008, p. 84): “A arte será a forma mais apropriada para aludir ao devir vital, para celebrar a alegria de criar, para exaltar a atividade libertadora, que instaura novos valores”. A arte seria uma forma mais saudável de lidar com as contradições e nuances de um mundo em constante transformação. Nietzsche entende que os filósofos quando falam da vida, na verdade falam de abstrações, que mumificam o fluxo vital. Já o artista, em seu imenso potencial expressivo, não pretende impor regras, porém, provocar a sensibilidade do seu público a captar uma multiplicidade de imagens e interpretações possíveis, nos aproximando da diversidade do devir. O processo criativo seria uma mimese da guerra perpétua entre as forças naturais, em que a criação nunca atinge uma forma definitiva.

Criação, para Nietzsche, é sinônimo de destruição e construção. A palavra poética procura restaurar o movimento vital, festejando tudo o que é fugaz. As imagens criadas artisticamente tornam-se uma espécie de justificativa para tudo que é efêmero e transitório. Barrenechea (2008, p. 84) insiste na ideia de que, para Nietzsche, a liberdade de avaliar acha sua forma mais adequada na arte, como um processo lúdico de criação de valores. Nessa perspectiva, liberdade e criação assumem a mesma feição, inserem-se no mesmo movimento, onde a liberdade se manifesta na criação de novas avaliações: “Querer liberta, porque querer é criar; tal é a minha doutrina.” (BARRENECHEA, 2008, p. 84)

Em *O Nascimento da Tragédia*, obra que ensaia um flerte com a arte, Nietzsche ainda encontra a barreira da forma textual tradicional. O filósofo admite ter cometido o erro de tentar argumentar e demonstrar a necessidade de um pensamento sem argumentos e demonstrações. Erro que Nietzsche em atitude autocrítica trata de corrigir ao longo de sua obra, introduzindo elementos poéticos e desenvolvendo recursos estilísticos bastante pessoais, se apropriando de formas textuais artísticas e não convencionais.

Em *Assim Falou Zaratustra*, Nietzsche filosofa através da arte, ao passo que produz uma arte filosófica. Nietzsche faz as palavras cantarem. Por necessidade de permanecer em movimento criativo constante, a estratégia essencial de Nietzsche é manter a embriaguez de uma linguagem que proporcione a possibilidade de expressão da contradição do jogo de forças no fluxo vital. Barrenechea (2008, p. 86) identifica que “um objetivo do canto nietzschiano é restaurar a embriaguez dionisiaca de uma fala atenta ao devir, excluindo a imobilidade dos conceitos e a rigidez dos sistemas”.

A criação de imagens conceituais na obra de Nietzsche, como a *morte de Deus*, *super-homem*, *vontade de potência* e *eterno retorno*, estariam relacionadas à noção de liberdade nietzschiana, uma liberdade criadora, como uma tentativa radical de mudança de todos os valores.

Assim falou Zaratustra é conduzido pela noção nietzschiana de liberdade. A morte de Deus, convocaria o ser humano a ser independente. O *super-homem* representaria a autosuperação, a libertação de antigos padrões. A *vontade de potência*, entendida como dinâmica de autosuperação da vida, como guerra entre forças, exige uma atitude de decisão entre acompanhar voluntariamente o movimento criador ou se manter na passividade. De acordo com a tese de Barrenechea, a liberdade, para Nietzsche, seria escolher obedecer o movimento criador vital e negar a passividade da crença no imobilismo. Finalmente, o *eterno retorno* se constitui como uma prova para a liberdade. Aquele que for capaz de reunir

coragem para enfrentar a solidão, a dor e mesmo a morte e dizer *sim* para a vida, mesmo em seus momentos mais terríveis, esse atingirá o grau mais profundo de liberdade possível: a harmonia com a Terra - eis a fórmula máxima da filosofia nietzschiana: O amor ao destino (*amor fati*) é o que nos impulsiona a aceitar livremente a necessidade.

No último capítulo de sua tese, Barrenechea mostra como Nietzsche se movimenta da crítica à liberdade negativa para a criação de uma liberdade positiva. No primeiro capítulo de *Assim falou Zaratustra*, há uma série de imagens que exaltam a liberdade. Essas imagens se referem ao peso da tradição, que aprisiona o pensamento em contraste com a leveza da liberdade criadora. O declínio da fé na transcendência esvazia a perspectiva da liberdade moral, que no fundo nunca passou de um instrumento de opressão sacerdotal. A liberdade moral é considerada por Nietzsche como a liberdade do servo. As doutrinas normativas conceberam os homens como livres apenas para justificar sua culpa e punição. O esgotamento dessa tradição idealista se expressaria, sumariamente, na imagem da “morte de Deus”. Seria justamente a crise dos valores morais uma oportunidade para que o ser humano se emancipasse dessa tradição idealista. Da perspectiva nietzschiana, tudo serve para a criação, a crise instiga o ser humano a criar. Após a *morte de Deus*, o homem se liberta do peso do ideal inatingível e pode então criar sem fantasias e crenças metafísicas, inventando sem obedecer a pressupostos transcendentais. Após a *morte de Deus*, anuncia-se o advento do *Além-do-homem* que se manteria fiel ao corpo e à Terra. Para Nietzsche, a condição do homem moderno é justamente essa crise de valores.

Diante dessa crise fundamental do homem moderno, em sua obra prima, *Assim falou Zaratustra*, Nietzsche apresenta as três metamorfoses ocorridas na vida daquele que luta para libertar-se das crenças tradicionais. A primeira fase é a do camelo, estágio de sujeição total à metafísica, à religião e à moral. Nesse primeiro estágio, o homem é submisso aos ideais tradicionais. O camelo é forte, aguenta atravessar o deserto em condições extremas de privação, mas não é capaz de questionar as leis, apenas obedece sem se rebelar. A segunda fase é a do leão. O Leão representa um estágio intermediário, ele é capaz de se rebelar, de questionar a lei e de lutar pela própria vontade, no entanto, ele ainda não é capaz de criar seus próprios valores, pois está preso à negação. Por fim, o último estágio da libertação seria representado pela figura da criança. A criança é símbolo da criação lúdica, ela cria valores a partir da própria imaginação, sem interferência da tradição idealista, ela cria, espontaneamente, novos valores. A criança representa a liberdade criativa.

Assim falou Zaratustra, apresenta uma série de imagens que remetem à liberdade e à criação. Aquela liberdade puramente servil, a liberdade para obedecer a ditados morais se contrapõe à liberdade artística do criador. Para Nietzsche, foi um corpo doente que buscou fugir da terra para o paraíso, um lugar onde supostamente não haveria dor nem morte. (BARRENECHEA, 2008, p. 89) Foi um corpo fatigado que negou a terra em nome de um paraíso celeste. Os ídolos seriam apenas invenções de corpos doentes. Um cansaço que quer não querer, que cria ídolos para sustentar a promessa de uma suposta libertação no além da Terra. Para Nietzsche, é a razão que inspira a desistência da liberdade possível, delegando a um Deus ou a outro mundo a responsabilidade sobre a vida neste planeta. A fé idealista exige submissão, o que significa o abandono das forças criativas, ou seja, a auto-anulação, representada em *Assim falou Zaratustra* pela figura do camelo.

A liberdade do camelo é apenas ilusória, pois esse se anula voluntariamente, demonstrando seu caráter servil. O camelo adere à tradição desistindo de criar seus próprios valores. O camelo só cumpre ordens, por isso sua liberdade é servil. O camelo não cria, somente carrega os fardos pesados dos ideais tradicionais. Todavia, a *morte de Deus* desperta uma metamorfose no homem-camelo. Órfão da divindade, o homem então se libertaria das fantasias extraterrestres. A eliminação do paraíso, restitui a fidelidade à Terra. A celebração da Terra tem como efeito a exaltação do corpo. O homem liberto das crenças metafísicas recupera a condição natural, terrestre, corpórea. Aqui cabe o comentário feito por Barrenechea (2008, p. 91): “A terra é o lugar natural do homem que, curado dos delírios metafísicos, já não sonha em ser um espírito ou uma alma desencarnada, alheia ao mundo. Ao contrário, a celebração da terra tem como imediata consequência a exaltação do corpo”.

Na filosofia de Nietzsche, a perspectiva do corpo se instaura como paradigma para se pensar a realidade humana e terrestre. Nietzsche adota os mesmos termos do idealismo, por exemplo, “liberdade”, mas tomando o corpo como referência, corpo entendido como fisiologia ou fisiopsicologia. Nessa perspectiva, seria possível falar em um *eu* apenas na medida em que esse *eu* fosse entendido como um honesto ser que fala do corpo sem pretensão de conferir ao ser humano uma essencialidade. O homem é um ser corpóreo. Nessa corporeidade humana há uma multiplicidade de forças fisiológicas em constante interação. A grande razão humana seria para Nietzsche a totalidade das forças que agem no corpo. Não haveria nada além de impulsos e qualquer ação intelectual se constituiria apenas no sentido de atender demandas e fins terrestres. Terra e corpo são paradigmas nietzschianos para interpretar o ser humano.

O leão surge no momento, quando o ser humano entra em uma fase de negação da tradição, uma fase destrutiva, por assim dizer. O Leão representa a destruição dos ideais. Ele prepara o terreno para a criação. Após dizer não aos ideais tradicionais, o leão abre caminho para a criação de novos valores.

Nesse instante, surge a figura da criança, que representa a liberdade para criar. A criança não carrega o peso da tradição, como o camelo, nem nega essa tradição como o leão, mas ela apenas brinca inocentemente, estabelecendo novas formas de avaliar. Nietzsche exalta o lado lúdico e criativo do ser humano na figura da criança. A imagem da criança representa a liberdade positiva, a criação. Enquanto o camelo está ligado à conservação e o leão à destruição, a criança ilustra a criação. Independentemente do tempo, a criança habita plenamente o presente, onde brinca de criar interpretações singulares. A criança é expressão de alegria e liberdade criativa. Após destruir os ídolos, os humanos ultrapassam a negação, tornando-se possível a criação. O criador está alheio ao dever e à culpa. Ele se conecta ao presente numa atitude de inocência e esquecimento. Leve, a criança não carrega nenhum ressentimento e nenhuma vingança a motiva, ela vive plenamente no aqui e agora. A criança encara a criação como uma brincadeira, um jogo do mundo e para jogar esse jogo é preciso afirmá-lo. Uma forma de liberdade possível em Nietzsche seria justamente a experiência da liberdade criativa da criança-artista que habita sempre o presente, acompanhando o devir. A criança, representada como ser criador, decreta novos valores, conquistando o seu próprio mundo (BARRENECHEA, 2008, p. 93).

A fidelidade à terra e a maternidade do criador são condições sintetizadas na figura da criança, que simboliza a entrega voluntária e inocente ao jogo da criação. A criança que ao brincar cria novos valores, simboliza o estágio mais elevado da liberdade humana. Ela se submete ao jogo da vida voluntariamente, de modo inocente, sem carregar o peso do passado nem nutrir qualquer expectativa de futuro. A criança vivencia o sentimento de liberdade consequente da aceitação das forças terrestres: necessidade e liberdade estão reconciliadas.

A criação é simbolizada pela imagem da maternidade e da paternidade. O ato sexual, que tem como resultado a procriação, seria para Nietzsche, o exemplo natural do aspecto dúplice da criação. O novo surgiria justamente do cruzamento entre dois elementos distintos e complementares. Nietzsche destaca a imagem sexuada do elemento criativo fecundante. O criador nunca produz, a partir do nada. A criação acontece na escuta atenta dos instintos viscerais (impulsos fisiológicos). Criar seria dar à luz a uma nova vida, para garantir a fidelidade humana à terra. Criar exige a presença de dois elementos fundamentais: o humano

e a terra. A duplicidade genética do processo artístico, ilustra a criação, concebida como um trabalho de parto, como um processo lento e doloroso. Para criar seria preciso ser fecundado pelas forças terrestres, ser engravidado pelo mundo. Ao criar, o artista morre e renasce com sua obra: a criação do novo, é a renovação do artista. O criador se contamina com sua própria criação. A junção entre particular e universal se daria no processo de criação artística. A liberdade do criador surgiria da síntese entre o nosso corpo e o mundo.

A noção de mundo para Nietzsche está ligada à noção de instinto e vontade de potência. A vontade de potência se estende como vontade vital inesgotável e criadora-destruidora, força que busca sempre superar a si mesma. Vontade de potência seria o impulso terrestre que se movimenta na direção de sua própria intensificação no mundo. O mundo é um jogo de forças vitais imanentes. O conceito de mundo nietzschiano se opõe ao conceito de Paraíso cristão.

A morte de Deus exigiria a fidelidade à terra, pois liberto das crenças metafísicas, o homem poderia criar novos valores, tomando a terra como único limite para suas avaliações. A metafísica e a religião representam uma traição à terra. Essa ruptura com a terra provocada pela religião e pela metafísica fez o homem andar por trilhas enganosas. Os traidores da terra tornam-se por castigo incapazes de criar, isto é, de exercer a liberdade possível.

O criador é fiel ao corpo, onde atuam as forças terrestres. O ato criativo é o que funde o humano e a terra. Desse casamento entre o humano e a terra nasceriam novos valores. De uma transa entre o íntimo e o exterior nasceria a novidade. Onde há vontade de procriação há inocência. A vontade pura do criador se manifesta no desejo inconsciente de ir além de si mesmo, de superar-se. Essa vontade exprime um jogo de forças vitais.

Nietzsche retoma termos da metafísica, mas usando como referência a terra. Assim a vontade se refere a um grupo de impulsos orgânicos que a cada momento buscam realizar-se em uma certa direção sem finalidade. A vontade seria um instrumento terrestre que o homem tem para realizar seus instintos vitais, principalmente a fome e o desejo de procriar. A vontade como modalidade do corpo se impõe ao ser humano como um instinto. O jogo corporal seria conduzido pela vontade de criar. A atividade criadora só pode ocorrer na terra. É do casamento entre o humano e a terra que nascem novos valores. Nietzsche entende a liberdade criativa de valores como produto da adesão voluntária às forças terrestres. A vontade é um meio pelo qual nós realizamos nossos instintos vitais.

A liberdade em Nietzsche não se opõe à necessidade de aderir às forças do mundo. Não há separação entre o humano e o mundo, quando aquele se entrega às necessidades

impostas pelo jogo colocado por este. A liberdade possível é exercida pelo humano na terra. Liberdade e avaliação seriam constituintes do mesmo movimento em que o ser humano libera seus instintos a ponto de se sentir como uma força criadora. O criador seria livre na proporção em que se dá amorosamente ao mundo, abrindo-se plenamente para a vontade criadora. Ao permanecer fiel à terra, o ser humano se liberta para criar novas formas de interpretar o mundo. A vida exigiria do ser humano a criação de valores, sendo uma necessidade para nós nos constituirmos enquanto tal, criar.

Em Nietzsche, a vontade é problemática na medida em que é concebida paradoxalmente como libertação e prisão. Ao mesmo tempo que a vontade impulsiona o ser humano a criar livremente, ela também determina seu limite, que é a impossibilidade de querer para trás. A dimensão da temporalidade condiciona a vontade humana. A vontade é impotente em relação ao passado. Barrenechea destaca um trecho de *Assim falou Zaratustra* em que Nietzsche coloca a problemática da vontade de forma sucinta, eis o texto original de Nietzsche:

Vontade - é este o nome do libertador e trazedor de alegria: assim vos ensinei, meus amigos! Mas, agora, aprendi também isto: a própria vontade ainda se acha no cativeiro. O querer liberta: mas como se chama aquilo que mantém em cadeias também o libertador?

“Foi assim”: é este o nome do ranger de dentes e da mais solitária angústia da vontade. Impotente contra o que está feito - é ela um mau espectador de todo passado (AFZ , II, “Da redenção”).

O passado apresenta-se como prisão que reprime a vontade, e esta, impotente diante do que já foi, não suporta, sem experimentar um sentimento negativo, pensar naquilo que está fora de seu alcance. Não poder querer para trás seria a mais constrangedora impossibilidade imposta à vontade. Nesse momento, a liberdade está novamente sob suspeita. Quando a percepção de que o que já se foi não poderá jamais ser alterado, quando a vontade nota que não pode agir sobre o que já sucedeu, apresenta-se o problema da temporalidade - a grande limitação da criação. Como a vontade age diante dessa incontornável condição temporal? Parece que a vontade sempre visa o futuro. Em relação ao passado, podemos apenas sentir alegria ou tristeza, nada além disso. O passado representa um limite contra o qual podemos apenas aceitar ou rejeitar. Nesse sentido o tempo é vivenciado como um calabouço, nas palavras de Barrenechea (2008, p. 104): “A impotência da vontade para agir no passado é fonte de todo ressentimento”. A vontade procura vingar-se do tempo num ato desesperado cheio de rancor e aversão contra a temporalidade. Nietzsche identifica que a origem de toda negação da terra é o sentimento de impotência da vontade diante do devir temporal. A

metafísica e a religião tentaram resolver o problema do tempo criando o *além*. No mundo ideal, pintado na imaginação covarde do crente, como o paraíso, a eternidade permitiria vivenciar um delírio de onipotência da vontade.

Nietzsche deseja libertar o ser humano de qualquer ressentimento ou sentimento de vingança. Para isso seria necessário perdoar o tempo, suprimir o ressentimento contra o passado, pois aqueles que não se tornam capazes de aceitar amorosamente o devir do tempo, desejam necessariamente achar culpados e exercer seu direito de castigar. Nietzsche analisa com perspicácia as motivações que sustentaram o instinto de punir. A frustração da vontade pela impossibilidade de desejar para trás impulsionou a negação da vida, que passou a ser vista como um castigo. A religião e a metafísica seriam expressões dessa vingança contra o tempo, considerando a vida uma colônia penal. Já que sofremos, deve ser por mérito e devemos viver neste planeta para pagar a pena de crimes cometidos em outras existências - assim o pecado contamina a existência em sua totalidade.

Da perspectiva do platonismo e do cristianismo, não haveria redenção possível neste planeta, ambos valorizam a espera em detrimento do agora. Nietzsche nota que a esperança era para os antigos gregos o pior dos males. A partir do idealismo platônico a tradição religiosa desvalorizou o presente. Nessa perspectiva, nenhum ato tem valor em si mesmo, ou é o pagamento de uma dívida ou a expressão de uma esperança no futuro.

Outra possibilidade seria a negação da própria vontade. O sofrimento provocado pela insatisfação da vontade em relação ao passado, faz ela desejar não querer. Em Schopenhauer, Nietzsche observa a noção de que a suspensão da vontade poderia ser uma forma de evitar o sofrimento. O niilismo de Schopenhauer é para Nietzsche uma forma de negação da liberdade criadora. Mas pode-se perguntar: “Se o que já aconteceu não é modificável, se o que já foi não pode ser mudado, existirá algum meio para exercer a liberdade?” (BARRENECHEA, 2008, p. 107).

Barrenechea entende que em *Assim falou Zaratustra*, Nietzsche fez uma nova interpretação da noção de temporalidade. A problemática relação do ser humano com o tempo parece insolúvel do ponto de vista idealista. Mas a proposta de Nietzsche é olhar para o tempo de outra perspectiva. A aceitação da condição temporal seria uma necessidade para poder agir livremente no presente. Mas podemos nos perguntar: como seria possível desejar coisas desagradáveis?

Zaratustra está consciente da dificuldade de libertar a vontade do peso do passado. Para Barrenechea, esse é o ponto máximo da jornada de Zaratustra e da filosofia nietzschiana.

Numa virada dramática, Zaratustra seria dominado pelo pavor, que o condenou ao silêncio e à solidão. Todavia, a necessária reconciliação entre o ser humano e o tempo seria algo que exigiria de nós um esforço que estaria para além de nossas capacidades atuais. A dificuldade de encarar com coragem o conhecimento do tempo seria para nós quase insuportável. O saber do tempo seria praticamente impossível de ser verbalizado, diante de sua incomensurabilidade, todas as certezas são corroídas pelas dúvidas. A liberdade humana dependeria então, sobretudo, de nossa relação com o tempo: “O saber do tempo é o cume do percurso zaratustriano, a anunciação do *eterno retorno* é o acabamento de sua caminhada, a instância em que a liberdade atinge a sua expressão suprema” (BARRENECHEA, 2008, p. 109). O pensamento mais profundo de Zaratustra é o *eterno retorno*.

Para Nietzsche, o tempo não é linear, mas circular. Esse pensamento exige recolhimento e solidão, pois nem mesmo Zaratustra ainda está pronto para ele. A revelação do *eterno retorno* colocaria Zaratustra para *além do humano*, por isso, esse seria o ápice, o momento tenso em que o supremo silêncio prepara Zaratustra, através da dor e da solidão, para encarar o mais profundo sentimento de impotência da vontade em relação ao devir do tempo. Nietzsche articula de forma bastante original, necessidade e liberdade, em sua teoria da criação. Nesse sentido, compreender o que seria o *eterno retorno* seria imprescindível para elucidar a questão da liberdade criadora.

A afirmação do *eterno retorno* seria o equivalente à aceitação livre da necessidade. A doutrina do *eterno retorno* é o momento mais sublime e enigmático do pensamento nietzschiano no entendimento de Barrenechea. Como momento crucial da jornada de Zaratustra, o saber do tempo ultrapassa todas as noções conhecidas, anunciando um novo momento na história da humanidade. Depois da *morte de Deus*, o *eterno retorno* torna-se possível, como ponto de superação do humano pelo próprio humano, afirmando sua *vontade de potência*.

Nietzsche é perspicaz em empregar a linguagem do enigma para um conhecimento de tão difícil comunicação. Ele usa recursos retóricos hiperbólicos, quase esotéricos para anunciar o problema do *eterno retorno*. Zaratustra revela essa doutrina tão sublime aos marinheiros, por sua bravura em enfrentar mares desconhecidos. A figura do anão representa a tradição metafísica, moral e religiosa, com sua terrível rigidez de valores do passado, valores impregnados de punições e castigos. A personagem do Anão, com sua visão reativa de tempo, encarna a ameaça do niilismo contra a vida.

Nietzsche apresenta uma nova versão de cosmologia na imagem do *eterno retorno*, em que o momento presente seria uma encruzilhada onde dois caminhos infinitos se tocam. O instante presente é um encontro entre passado e futuro. Se o passado assim como o futuro é infinito, tudo já deve ter se sucedido no passado, da mesma forma que esses fatos seriam repetidos no futuro. Toda possibilidade de acontecimento futuro já deve ter ocorrido no passado.

De acordo com a tese de Barrenechea, na *cosmologia* nietzschiana, tudo está absolutamente interligado. Cada momento condiciona a sua repetição inexorável. Condenados a reiterar a mesma ação, uma série infinita de vezes. Essa repetição do mesmo é apresentada formalmente como hipótese em a *Gaia Ciência*, no parágrafo 341. A repetição do idêntico seria uma prova para a vontade. Esse pensamento ou causaria repulsa, como forma de frustração ou alegria, como desejo de que tudo aquilo que se sucedeu se repita indefinidamente. No momento presente podemos observar em perspectiva o que já foi e imaginar o que virá depois. Nesse sentido, parece que o pensamento do *eterno retorno* elimina a novidade (BARRENECHEA, 2008, p. 111).

A revelação do *eterno retorno* ameaça a liberdade criadora. É um pensamento assustador, que pode impedir o ser humano de agir e fazer a vida parecer um castigo. Por outro lado, Nietzsche sugere que uma vida reconciliada com o devir poderá ser afirmada mesmo em sua tragicidade temporal. A figura da serpente representa o eterno retorno. Nietzsche compreende que diante da eterna repetição dos fatos podemos tomar atitudes bastantes distintas. Matar a serpente significa transmutar o peso em leveza e a tristeza em alegria, transformar necessidade em liberdade. O *eterno retorno* exige uma difícil decisão: deixar-se ser engolido pela serpente ou morder sua cabeça e cuspi-la. Segundo Nietzsche, aquele que aceitar, voluntariamente, o *eterno retorno* estaria apto para experimentar uma liberdade suprema, uma disposição em aderir ao mundo para suportar com leveza a vida e a morte. “A aceitação de tudo o que foi permitiria superar a coerção do passado e o medo do que virá” (BARRENECHEA, 2008, p. 113).

Todavia, Nietzsche admite que a aceitação de tudo seria uma possibilidade que estaria para *além do ser humano*. Pois cada um de nós deve poder imaginar como nos seria impossível dizer sim até mesmo para aquilo que mais odiamos ou tememos “Celebrar tudo o que foi não está além de nossas possibilidades?” (BARRENECHEA, 2008, p. 114).

A isso responde Nietzsche com maestria, indicando que não somente seria possível a superação do ser humano por si mesmo, como ela seria necessária e portanto inevitável, na

medida em que o ser humano adote uma postura afirmativa diante da vida, alterando radicalmente sua percepção da vida em relação à psicologia tradicional dos conceitos e valores. Barrenechea (2008, pp. 117/118) diz:

O eterno retorno, entendido como doutrina ética, terá fundamental importância para o esclarecimento da questão da liberdade. [...]. Não é possível mudar o que já aconteceu, mas é *factível agir sobre a própria vontade*. Se os atos, no seu desenrolar externo, no seu conteúdo ‘factual’, não são modificáveis, ainda podemos *modificar a nossa própria perspectiva* perante esses atos. (...) Se estamos absolutamente íntegros na ação, sem remorso, sem culpas, poderemos viver um momento singular, um instante eterno.

Entretanto, estamos quase sempre fugindo do presente. Logo, a virtude nietzschiana a ser praticada seria a capacidade de habitar o agora. Aqui estão de acordo Barrenechea e Fink, é perceptível a conciliação entre necessidade e liberdade no pensamento afirmativo de Nietzsche. “Liberdade e necessidade perdem o seu caráter aporético no interior da doutrina do eterno retorno” (BARRENECHEA, 2008, p. 119). A última e suprema vontade quer somente o necessário. No trecho que segue, o autor arremata:

A articulação da necessidade com a liberdade é dita por Nietzsche de outro modo, com a fórmula do *amor fati*. Amando tudo o que foi, é e será, todos os eventos - amargos ou felizes -, seremos plenamente livres, não importa o resultado da ação. Pois nossa atividade mais profunda, nossa grande libertação não será aceitar - *suportar* - resignadamente o necessário, mas *celebrá-lo*. Ao amar a existência em sua totalidade, o que parece externo, impróprio, torna-se íntimo e libertador [...] (BARRENECHEA, 2008, pp.119/120).

Em *Ecce Homo*, Nietzsche apresenta a sua fórmula de amor ao destino: Minha fórmula para a grandeza do homem é *amor fati*: nada querer diferente, seja para trás, seja para frente, seja em toda a eternidade. Não apenas suportar o necessário, menos ainda ocultá-lo - todo idealismo é mendacidade ante o necessário - mas amá-lo (E.H. Por que sou tão inteligente, §10.).

Nietzsche mostra a fragilidade do argumento da liberdade moral e revela a potente possibilidade de uma liberdade criadora. A esse respeito, Barrenechea aponta:

Parece-nos fundamental frisar que o eterno retorno permite atingir o patamar mais elevado da liberdade. No seio do eterno retorno - contra-doutrina, prova ou ficção - o criador encontra a sua máxima expressão: a suprema liberdade. A liberdade não é um atributo do sujeito autônomo que, independente do mundo, agiria, apenas, conforme sua vontade. (...) O amor ao necessário é o patamar supremo do criador que afirma a vida em todas as suas nuances, além de bem e mal, sem restrições. O super-homem é o afirmador trágico, pois acolhe todas as dores, sem rejeitar nada, sem tentar mudar nenhuma experiência vivida, diz um “sim” reverencial, um “sim” dionisíaco ao universo, a ele se entregando sem limites (BARRENECHEA, 2008, p. 120).

Barrenechea conclui que a liberdade positiva em Nietzsche é concebida como aceitação voluntária da necessidade, uma consciente afirmação da vida, que sempre permitiria ao ser humano criar novos valores. A liberdade em Nietzsche concretiza-se na atividade criativa, na arte de criar novas interpretações do mundo. Nietzsche se afasta radicalmente da moral e aproxima-se da arte. Ele indica que o caminho para a liberdade está na aceitação livre da necessidade. Todavia, a capacidade de dizer *sim* incondicionalmente para a vida em sua totalidade estaria para além do que é considerado humanamente possível. Para amar a vida até mesmo na dor, seria necessário reunir qualidades excepcionais. Nessa perspectiva, o homem moderno não estaria apto para experimentar tal liberdade pois carregaria com ele resíduos do idealismo decadente. Nietzsche não só criticou a liberdade idealista, considerada por ele como ilusória, como indicou um caminho possível para uma liberdade criativa. A aceitação da necessidade tornaria a vida humana um propício ensejo para a criação. Novamente Barrenechea elucida o sentido da construção conceitual nietzscheana:

Em Assim falou Zaratustra, Nietzsche mostra como a liberdade se concretiza na atividade artística, na capacidade de gerar novos valores. O homem se liberta dos fardos do idealismo ao afirmar o eterno retorno, alcançando um estado de suprema leveza, vivendo em completa harmonia com o universo. A liberdade se obtém na sintonia com mudanças da terra, com permanentes transformações da vontade de potência. A imagem da criança ilustra como o arbítrio se concretiza no *jogo*, na capacidade lúdica de brincar alegremente, gerando novas tábuas de valores. Nietzsche elimina qualquer resíduo normativo da noção de liberdade, aproximando-a da estética. O indivíduo autônomo é aquele que não julga nem condena nenhum aspecto do mundo, mas celebra a totalidade, produzindo valores inéditos (BARRENECHEA, 2008, p. 132).

A noção de que a vida é uma espécie de jogo onde a liberdade criativa é possível através de uma adesão voluntária às necessidades é destacada por Barrenechea (2008, p. 132):

O jogo é a forma de adequar-se à necessidade, que se faz e se desfaz continuamente. Afirmer o eterno retorno consiste na capacidade *trágica* de suprimir qualquer ressentimento, qualquer resistência aos avatares da vida. Nietzsche mostra que o caminho da liberdade consiste na afirmação do eterno retorno, na aceitação da necessidade. Essa afirmação se constitui na ‘prova vital’ ou ‘experimento crucial’ que permite ultrapassar todas as interdições da tradição metafísica.

Zaratustra proclama que, para viver criativamente, para ter uma existência livre, é preciso afirmar a necessidade. Porém, Nietzsche não diz como se concretiza essa proposta, como se leva a cabo esse objetivo. Ele oferece apenas em *Ecce Homo* o seu próprio exemplo

biográfico como modelo de existência livre e criativa. Em sua autobiografia, Nietzsche revela como ele foi um afirmador em sua própria vida, mesmo nas dificuldades mais extremas, na dor, na doença e na solidão. De acordo com o raciocínio de Nietzsche para se chegar a ser o que se é, devemos cultivar o que é próprio do ser humano, a saber, a criatividade. A vida estando em constante transformação, em constante devir, o próprio ser humano está sempre em vias de ser. Esse movimento de tornar-se si mesmo, seria um movimento de exercício da liberdade criativa, empregada em cultivar um *eu* singular. Barrenechea (2008, p. 135) interpreta a posição do filósofo alemão da seguinte maneira:

Para desvendar a nossa natureza íntima é preciso auscultar as nossas genuínas tendências, nossos instintos mais profundos. Caso contrário, seguimos impulsos ilusórios, tornamo-nos “idealistas”, “desinteressados”. Quando não acatamos as forças vitais realizamos tarefas alheias, inautênticas e desnecessárias - portanto, nos escravizamos.

Nietzsche pretende se distinguir dos “melhoradores da humanidade”, dos moralistas, religiosos e metafísicos. Em sua filosofia, Nietzsche rejeita a moralidade e pensa a vida a partir da vontade de potência, isto é, a partir dos instintos que atuam no corpo; segue o comentário de Barrenechea: “A libertação do homem não provém em modificar a sua ‘natureza’, mas de acatar respeitosamente a necessidade” (BARRENECHEA, 2008, p. 136). A liberdade se conquista na realização dos instintos vitais. É muito mais importante, para Nietzsche, as questões que envolvem a alimentação do que as questões teológicas, pois, “Em ‘Por que sou tão sábio’, há numerosas indicações para que o homem se torne livre, justamente respeitando a necessidade. Destaca-se a dimensão ‘fisiológica’, ‘higiênica’ e ‘dietética’ desse processo de libertação” (BARRENECHEA, 2008, p. 136), e prossegue o intérprete afirmando que seria uma característica singular da filosofia de Nietzsche se afastar das normas universais, das noções de dever e convenções morais: “Para agir conforme a própria natureza, não temos que nos preocupar com o dever, com Deus ou com o pecado, e sim com nossa fisiologia” (BARRENECHEA, 2008, p. 136).

Por fim, Barrenechea observa que para Nietzsche o ser humano está inserido na mesma lógica natural que os outros animais, plantas e pedras: o devir. Para ser livre na perspectiva do devir é necessário amar a vida em sua totalidade, seguindo suas tendências, seus instintos, sua vontade de potência:

A compreensão nietzschiana de liberdade como realização da necessidade, concretizada em indicações higiênicas, dietéticas ou fisiológicas, não tem um caráter coercitivo, nem universal, mas condicional e singular. Assim, na sua ótica, aquele que procura libertação deve responder aos impulsos da sua natureza (BARRENECHEA, 2008, p.137).

Nietzsche não define uma natureza universal, por isso não há uma fórmula genérica que sirva para qualquer um, mas ele indica que cada natureza, cada corpo tem suas necessidades particulares, e observar essas necessidades seria uma forma de tornar-se apto para a conquista da libertação da moral. Em Nietzsche não há um manual de como ser livre, mas descrições de sintomas que podem indicar o que está ou não de acordo com a natureza de um corpo.

Da concepção da liberdade nietzschiana podemos extrair parâmetros de conduta condicionais e singulares: cada corpo deve procurar 'ouvir' as suas forças para atingir a saúde, deve responder a sua necessidade se deseja ser autônomo. Cada organismo deve desvendar os seus próprios passos para concretizar suas tendências fundamentais. Não há normas surgidas de um *ideal* do homem, de um elevado padrão de vida a ser seguido, mas indicações para que cada 'unidade fisiológica' esteja em sintonia com seus impulsos. A liberdade para Nietzsche é um caminho único e singular a ser desvendado por cada corpo (BARRENECHEA, 2008, p.138).

Na leitura de Barrenechea o ser humano livre, como Nietzsche o concebeu, seria capaz de entregar-se, sem ressalvas, ao devir. A liberdade nietzschiana seria um enfático dizer *sim* para a totalidade da vida, na aceitação amorosa de seus fatos - *amor fati*-, como aderência à temporalidade - *eterno retorno* - a partir da constatação da indeterminação - *morte de deus* -, na confirmação da tragicidade - *psicologia do orgiástico* - tomando o corpo como referência, através da postura criativa de novos valores, encarnada na imagem do poeta *dionisíaco*.

2. Segunda parte: uma perspectiva política da liberdade

Alice Medrado pensa a liberdade em Nietzsche como uma noção central em sua obra. Para ela, o conceito nietzschiano de liberdade é parte estrutural de sua filosofia. A autora observa que apesar da crítica à noção tradicional de liberdade, Nietzsche se ocupa em criar

seu próprio conceito de liberdade, como uma disposição pulsional que pode ser exercitada através de certas práticas. Medrado compreende que a liberdade em Nietzsche está relacionada ao cultivo de si, num registro em que o corpo é campo onde atuam os instintos, dentre eles, o instinto de liberdade, que pode ser entendido como exercício prático de caráter pessoal de construção de um “eu”. Nietzsche entende que cultivar a liberdade é cultivar a si mesmo, num exercício para tornar-se o que se é. Nietzsche questiona o conceito de unidade, destitui a razão do posto de comando e relaciona o cultivo de si com a atividade criativa artística. Paradoxalmente, o filósofo compreende que para tornar-se o que se é, não se pode ter a menor ideia de quem se é. O “eu” em Nietzsche não é uma entidade metafísica dada, mas um processo de criação em que o sujeito se forma no enfrentamento do conflito entre os próprios instintos e os valores vigentes.

Nietzsche toma para si a tarefa de criar novos valores, indicando que a liberdade possível implica em desejar a responsabilidade pela própria vontade. O cultivo de si se inicia na admiração pelo outro, que nos serve de inspiração para criarmos nosso próprio gosto, nosso próprio juízo e modo de vida. Na sua relação educacional com Schopenhauer, Nietzsche convoca o aprendiz a superar o mestre, dando um exemplo de singularidade e agonismo. A filosofia se apresenta como projeção da própria personalidade do filósofo, um engajamento erótico que dá o testemunho de si.

Medrado observa que Nietzsche faz um movimento de crítica ao sujeito racional e consciente criado pela metafísica. Para ele, a vida se desenrola no contexto do devir, no qual a alteridade é um desdobramento natural. Nietzsche não concebe o sujeito como uma forma fixa imutável, mas como a forma corpórea de um arranjo que emerge de um trânsito pulsional. Nesse sentido, o conceito de unidade é questionável, pois, constantemente o que se denomina *eu*, quando observado de um ponto de vista da especulação psicológica, é outro até para si mesmo. Nietzsche questiona os conceitos de eu, alma e espírito enquanto unidades imutáveis e verdades absolutas. Ele resgata o corpo, negado pela tradição metafísica, moral e religiosa, como fonte de conhecimento, destacando a relação deste com a terra, que proporciona a experiência radical de alteridade.

O texto de Nietzsche apresenta dificuldades que geram uma crise de identidade no próprio leitor, que para tentar compreender seu pensamento necessita indagar-se sobre as crenças fundamentais que sustentam sua noção de identidade. Segundo Medrado, da perspectiva nietzschiana, a vida é tomada a título de experiência, ensaio, uma espécie de encenação de si mesmo, na forma do teatro trágico. Nessa visão, tornar-se outro é

imprescindível para tornar-se si mesmo, isto é, o processo de cultivo de si não está submetido a um ideal fixo. Em Nietzsche, tudo acontece no vir-a-ser. Nesse registro do devir, a atividade criativa tem um efeito tônico sobre os impulsos que exercem um papel predominante sobre nós no cultivo da própria personalidade. Esse cultivo de si, não seria o trabalho de autoconhecimento no sentido de revelar o eu definitivamente, mas um processo de transformação guiado pelos instintos que atuam na constituição de um corpo.

Medrado aborda o tema da liberdade na obra de Nietzsche, pelo aspecto fisiológico. Ela reconhece que para tentar compreender o tratamento que Nietzsche dá em sua obra ao conceito de liberdade, devemos partir de um ponto paradoxal: Se por um lado, Nietzsche é um crítico radical do ideal de liberdade da tradição, por outro lado, ele é conhecido por se apresentar como um grande ícone libertário. Neste ponto, é preciso considerar que Nietzsche, diferente da tradição, não considera a liberdade como uma condição, mas como uma disposição. Medrado adentra neste raciocínio que visa responder como é possível pensar o conceito de liberdade como um instinto e, por conseguinte, qual seriam as consequências de se pensar a liberdade como instinto.

De modo geral, a concepção tradicional de liberdade é pensada como condição de desobstrução, na qual o sujeito poderia escolher entre dois cursos alternativos de acordo com a própria razão. Sendo assim, o sujeito racional se constituiria como causa de suas próprias ações. Nietzsche é contrário à aposta que se fixa na razão como medida de todas as coisas, em verdade, essa mentalidade serviu para cumprir a agenda moral da tradição religiosa, que visou muito mais punir o indivíduo do que libertá-lo para agir sem impedimentos. Neste ponto, o texto de Nietzsche parece ser bem evidente no que diz respeito às funções práticas do conceito de livre-arbítrio: culpar e castigar o indivíduo.

As teses de Barrenechea e Medrado concordam nesse ponto. A crítica nietzschiana ao conceito de livre-arbítrio, não tem por objetivo principal refutar logicamente o argumento, tantas vezes refutado na história, mas visa revelar a intenção por detrás do conceito, que, segundo Nietzsche, foi a de satisfazer o instinto de poder dos sacerdotes. Medrado observa que Nietzsche deixa bastante claro em sua crítica que a tradição popular, que concebe o livre-arbítrio como condição, tem o objetivo moral de controlar o indivíduo e as várias escolas filosóficas, por sua vez, se engajaram desde então em criar estratégias para sustentar racionalmente esse preconceito da tradição. Diante dessa constatação, Nietzsche produziu uma das obras filosóficas mais emblemáticas sobre a humanidade, com o objetivo de superar a ideia de livre-arbítrio e as práticas culturais que ela sustenta como fator de cooptação moral.

No contexto moderno, e podemos estender ao contexto contemporâneo, seria justamente por acreditarmos no conceito de livre-arbítrio, que estamos sujeitos ao julgamento moral, que serve para sustentar o direito de uma classe de julgar e o dever de outra ser julgada e castigada.

No pensamento nietzschiano sobre a liberdade, aparecem especulações sobre o devir, como condição natural, sobre as possibilidades do conhecimento nesses termos, sobre a pluralidade de vozes que se seguem e as perdas nos processos de transformar em palavras as subjetividades. Medrado admite que Nietzsche concebe um *eu* como *devir*, mas um eu problemático, desconhecido, inacabado, que num processo de florescimento busca na cultura referências para a constituição de si. Segundo a autora, o filósofo alemão critica, sobretudo, a noção de imutabilidade do caráter. A liberdade não é um valor universal ideal, mas o produto de certas ações que visam a criação de si mesmo. Logo, não haveria regras para o cultivo da liberdade de se tornar quem se é. A forma como cultivamos nossos impulsos e afetos é subjetiva no sentido de proporcionar o júbilo com a própria singularidade independente de melhoramento moral.

Medrado entende que Nietzsche ao pensar a liberdade não como condição, mas como disposição, faz uma filosofia de si, que por sua própria natureza, dispensa definições estritas de conceitos. Nietzsche, por ser um crítico do método sistemático, cria um método poético de filosofar, que exige uma abertura constante para o radicalmente novo, isto é, para a singularidade.

A obra de Nietzsche apresenta um senso de desenvolvimento que determina o ritmo imprevisível e o caráter paradoxal da forma como trata os temas tradicionais, problematizando os conceitos básicos que sustentam os valores morais da cultura greco-romana. Nietzsche escreve em aforismos, de forma poética, fazendo uso de metáforas, paródias e anedotas para elucidar como a sua crítica à noção de livre-arbítrio, noção essa que nega o instinto em nome de um ideal de razão, tem como consequência a criação de um conceito de liberdade enquanto afirmação da vida, isto é, do instinto de liberdade enquanto expressão imediata de *força* ou *vontade de poder*.

A obra de Nietzsche traz dificuldades que a tornam interessante e inspiradora. Medrado entende que ele não estaria mais interessado em reconstruir a história do ideal de liberdade, mas em enfrentar o intenso impacto causado na cultura por esse ideal e deslocar a forma como o assunto foi tradicionalmente tratado. O tema da liberdade pode ser tomado como fio condutor para percorrer os temas centrais da filosofia nietzschiana, os principais

pontos da sua filosofia tornam-se mais claros e evidentes à luz da questão da liberdade. Pensar a liberdade com Nietzsche nos revela o senso de desenvolvimento e conexão entre os conceitos em sua obra assistemática.

A tese de Medrado estrutura-se em 5 capítulos. O primeiro capítulo visa apresentar o enfrentamento da tradição anterior, que tem David Hume, com seu utilitarismo, e Immanuel Kant, com sua ética do dever, como principais representantes. Nietzsche entende que tanto Hume quanto Kant nada mais fizeram do que darem apoio conceitual aos preconceitos populares, ao invés de colocarem em xeque noções fundamentais nos discursos que criaram sobre a liberdade e as práticas morais a ela associadas. Medrado reconhece que Nietzsche trabalha com conceitos de psicologia moral, assim ele pensa o conceito de instinto ou impulso, a relação entre consciência e inconsciência, e sobre a contaminação geral da linguagem pela moral.

O segundo capítulo da referida tese trata da noção de *abolicionismo*³ penal e da noção de livre-arbítrio, que financiou os ideais de uma cultura inflacionada e hiperpunitivista.

No terceiro capítulo, Medrado trata da noção de liberdade da perspectiva nietzschiana. Para ela, a liberdade no sentido nietzschiano não deve ser pensada como estado de desimpedimento do sujeito, nem como controle racional sobre a própria vontade e ações, mas como um instinto que financia um compromisso valorativo capaz de fazer frente às concepções morais. Segundo Medrado, a originalidade de Nietzsche na forma de conceber a liberdade está justamente em recusar a ideia de liberdade como estado ou capacidade racional, substituindo por uma noção processual, em que o instinto fornece um lastro para o valor que sustenta uma prática.

No quarto capítulo é apresentada a crítica nietzschiana do conceito de livre-arbítrio, a distinção entre instinto de liberdade e instinto de rebanho. A autora defende a ideia de que a liberdade em termos nietzschianos funcionaria tanto como porta de entrada quanto de saída para a moral.

Por fim, no quinto capítulo, Medrado defende a tese de que a liberdade nietzschiana coincide com o cultivo de si e indica que o texto de Nietzsche oferece importantes intuições sobre o funcionamento do poder na prática, para compreender impulsos fisiológicos e processos psicofísicos que sustentam as relações.

³ O termo *abolicionismo* foi usado por Medrado em sua tese, para se referir à crítica nietzschiana à cultura jurídica da penalização, instituída pela crença no livre arbítrio. De nossa parte, sabendo do peso histórico que essa palavra carrega no Brasil devido à escravização dos povos africanos e indígenas, preferimos não usá-la, mas decidimos mantê-la quando a autora a aplica, sobretudo, para ser fiel ao seu texto em nossa hermenêutica.

Pensando a liberdade como instinto, o filósofo alemão propõe um abandono do terreno moral a favor da entrada no território político, compreendendo que tudo que é pensado em termos morais pode ser melhor compreendido em termos políticos, isto é, em termos de relações de poder. Nietzsche tem um projeto político de fomentar práticas culturais mais saudáveis, denunciando a decadência cultural da modernidade, fazendo uma distinção entre moral e política, apontando caminhos possíveis para a transformação das relações sociais, o pensamento de Nietzsche tem muito a contribuir para o debate contemporâneo sobre a liberdade. Sem dúvida, sua filosofia é imbuída de uma aura libertária.

Medrado compreende que o valor da liberdade desempenha um papel estrutural no pensamento de Nietzsche, podendo funcionar como um guia para a interpretação de seus grandes temas, que respondem pela visão mobilista do mundo. Nesse sentido se opõe radicalmente à tradição Ocidental metafísica e traz antecipações de posicionamentos contemporâneos sobre o tema da liberdade.

Na tradição europeia, o mundo natural sempre foi visto como determinista e o mundo moral como livre. Em contrapartida, Nietzsche propõe outra noção de natureza e logicamente, outra noção de liberdade. Nisto reside o fundamento da crítica da moral, cuja noção de liberdade se insere em uma investigação do que seria a natureza, se afastando da moralidade. Nessa perspectiva, Nietzsche faz uma investigação naturalista para desconstruir a mitologia da liberdade. Nesse movimento ele associa liberdade à *vontade de poder*.

Em seu texto, Medrado tenta evidenciar como Nietzsche se move de uma visão intelectualista e psicológica de liberdade em direção a um conceito próprio, que remete ao *corpo* e se articula com *vontade de poder*. Nesse sentido, Medrado e Barrenechea estão de acordo novamente, ambos notam a relação entre vontade de poder e liberdade. Medrado entende que, aos poucos, o poder se torna o conceito principal da filosofia de Nietzsche, enquanto Barrenechea enfatiza o poder como capacidade de criar no sentido artístico, Medrado sugere que o poder em sentido nietzschiano pode ser melhor interpretado em sua dimensão política. É ponto pacífico entre os autores, que Nietzsche faz uma crítica à cultura da punição e projeta a *tresvaloração de todos os valores* a partir de uma noção metodológica de que é preciso destruir para criar. Primeiro, declarar guerra aos ídolos da razão e depois afirmar a vida como ela se apresenta ao corpo, concebendo esse corpo como devir.

Medrado compreende que Nietzsche discute os temas tradicionais não mais em termos ideais, mas a partir da noção de intensidade das forças que agem no mundo. A vontade sendo uma dessas forças que agem no mundo, não pode exatamente ser definida

como algo em si, mas pode ser comparada a partir da intensidade com que atua e dos resultados que produz, nesses termos a vontade pode ser forte ou fraca.

Como foi dito na apresentação da tese de Medrado, a autora insiste na possibilidade de se encontrar na obra de Nietzsche um *abolicionismo penal*, como superação psicológica do sentimento de vingança e de culpa, o que seria capaz de restituir a inocência do devir. Segundo Medrado, Nietzsche criou personagens conceituais para representar a liberdade em suas diversas perspectivas e estágios. O *espírito-livre*, o *Além do Homem*, *amor fati*, *vontade de poder*, *eterno retorno*, *indivíduo soberano*, são exemplos citados pela autora. Em seu livro, Medrado tenta elucidar qual seria a liberdade possível para Nietzsche. Ela realiza uma análise histórica das interpretações do conceito de liberdade na obra nietzschiana, conceito que geralmente foi compreendido como uma espécie de reconciliação psicológica do sujeito com o próprio destino, reconciliação essa que se daria através de um exercício de incorporação da investigação genealógica. Barrenechea por seu turno, parece ir nesse sentido quando afirma que Nietzsche se afasta da religião e se aproxima da arte, pois, para ele, esse movimento se daria justamente a partir da investigação genealógica, que revelaria ao indivíduo sua condição moral limitante, abrindo assim o caminho para o questionamento e a superação do ponto de vista moral, em nome de uma transformação na forma de pensar, que o levaria a tomar a si mesmo como uma obra de arte, assumindo assim uma postura de artista da própria vida, excluindo Deus da jogada. Assim, a religião perderia o sentido e a arte ganharia o prestígio de servir como um momento de relaxamento para o conhecimento científico, um momento em que o ser humano assumiria a responsabilidade por si mesmo e passaria a criar seus próprios valores a partir de uma vontade forte, que afirmasse a vida em seu aspecto trágico.

Já o propósito de Medrado é demonstrar como Nietzsche constrói o conceito de liberdade ao longo de sua obra a partir da oposição entre instinto de liberdade e instinto de rebanho. O ideal de liberdade representa a entrada do ser humano na dimensão moral e que o conceito de liberdade nietzschiano seria uma porta de saída do mundo moral (extra-moral).

Por fim, Medrado trata das questões que envolvem o cultivo da liberdade enquanto cultivo de si, ponderando sobre as dificuldades referentes à natureza do “eu” e analisando a crítica de Nietzsche à ética da felicidade, a hierarquia de impulsos e valores, a educação afetiva e a convivência política.

A. Aspectos da crítica nietzschiana segundo Alice Medrado

Nietzsche traz para o debate sobre a liberdade um ponto de vista crítico à perspectiva tradicional de livre arbítrio. Ele é pioneiro no reconhecimento da primazia dos impulsos na organização psicofísica do ser humano, antecipando o debate em psicologia sobre a relação entre consciência e inconsciência. Medrado destaca pontos importantes da crítica nietzschiana, por exemplo, o fato de considerar a racionalidade como distorção da realidade e a linguagem como limitação, que se restringe à descrição, contaminada pela moral.

Nietzsche observa que na tradição, a noção de sujeito se baseia na capacidade racional natural, que ele, supostamente, teria de controlar os próprios impulsos e vontades e, que, portanto, poderia ser julgado e perfeitamente responsabilizado e punido por suas ações. Logo, seria a noção de controle racional sobre a própria vontade o que fundamentaria a responsabilização do indivíduo. De acordo com Medrado (2023, p. 14): “Nossas práticas de responsabilização moral se apoiam, em alguma medida, na suposição de que o agente é capaz de deliberar racionalmente sobre a própria vontade e, em última instância, agir de acordo com a própria deliberação”.

Na perspectiva racionalista de sujeito, fundou-se a moral como oposição à natureza, como se as ações humanas fossem apartadas dos acontecimentos naturais. Surge o problema da oposição entre determinismo e autonomia. O pessimismo cristão seria fruto de um ressentimento contra a natureza, vista como um obstáculo para a ação humana. O determinismo não deixa escolha para o indivíduo, logo, nessa esfera não há espaço para a liberdade individual. A solução kantiana para o problema foi conceber um sujeito capaz de determinar a própria vontade, procurando adequá-la intencionalmente à moral. O sujeito kantiano admite um determinismo natural, mas acha uma vaga para a liberdade no compromisso racional com a lei. Na filosofia kantiana, parece que a razão prática seria capaz de se sobrepor às tendências biológicas e psicológicas subjetivas. Para Kant, a vontade em si é livre quando se adequar aos padrões da razão, a despeito das forças da natureza. Aos ouvidos sensíveis de Nietzsche, que costumam auscultar a realidade como um ouvinte de música, tudo isso soa muito desafinado. Nietzsche não concebe a vontade como causa de si, uma vez que o indivíduo inserido no devir é ele mesmo devir, as mesmas forças que agem na natureza agem em nós. Uma parcela do mecanismo que cria a vontade é inconsciente e, portanto, irracional.

Nietzsche critica também a perspectiva utilitarista da liberdade, que vincula a liberdade com a escolha racional, sob o prisma da razão como uma máquina de calcular afetos. Medrado afirma que Nietzsche se afasta dos utilitaristas na medida em que coloca a

problemática da relação entre consciência e inconsciência na composição da vontade. Nietzsche nega que a razão seja capaz de propiciar o ensejo de escolha individual, pois ela não daria conta do devir, se opondo assim tanto a Kant quanto aos utilitaristas, já que tanto Kant, quanto Hume, admitem a vontade como área da liberdade, ao passo que a razão teria o poder de controlar a vontade. Nesse sentido, Nietzsche nega a liberdade como escolha racional. A respeito do posicionamento crítico de Nietzsche em relação a Kant e aos utilitaristas, Medrado afirma que: “Ao apontar a precariedade da razão frente à complexidade do querer e das condições mais amplas de agência, Nietzsche tem ambas as tradições em mira” (MEDRADO, 2023, p. 17).

Nietzsche se opõe aos racionalistas pensando a partir da noção de devir. A partir da noção de vir-a-ser, o filósofo alemão cria seus próprios conceitos, dentre eles o mais importante, segundo Medrado, seria a *vontade de poder*:

À medida que Nietzsche ganha mais clareza sobre as consequências do ponto de vista do devir, sua filosofia torna-se proporcionalmente mais povoada de conceitos próprios que o afastam do quadro utilitarista, o mais importante deles, vontade de poder (MEDRADO, 2023, p.18).

A estratégia de Nietzsche é se valer dos utilitaristas para criticar os metafísicos, mas posteriormente ele se afasta também dos utilitaristas, pois, no fim, reconhece que ambos exageram o valor da razão. A imersão no devir radical não nos daria acesso a nenhuma totalidade, menos ainda nos permitiria controlar racionalmente a vontade. Nietzsche reconhece que toda escolha é influenciada por diversos fatores desconhecidos (fator de irracionalidade).

Nietzsche é um fino estrategista, ele lança mão de procedimentos retóricos heterodoxos. Nesse caso, ele usa pressupostos de uma tradição filosófica para refutar outra tradição sem partilhar das mesmas crenças. O segundo passo desse procedimento seria identificar um ponto de convergência entre os adversários. Logo, identifica a ideia da vontade como causa da moral, atribuída a um sujeito racional, que seria a base da mitologia da liberdade. Nietzsche critica nas tradições moralistas o privilégio atribuído à razão em antagonismo ao instinto. Para Nietzsche, a razão, por sua própria natureza, tende a criar um falso sentido de estabilidade, servindo de fundamento para a noção de livre-arbítrio. Portanto, a razão em seu próprio modo de operar falsificaria a realidade do devir. A própria linguagem causaria distorções morais no juízo.

Nietzsche percebe que o complexo processo cognitivo se constituiu historicamente com tendências morais. A crítica da razão, da perspectiva nietzschiana, é estratégica e tem o

sentido de indicar a inconsistência do argumento do livre-arbítrio. Todo discurso em defesa do poder da escolha racional, isto é, do livre-arbítrio, leva à noção de que ser livre é ser moral. Para Nietzsche, Sócrates e Platão são pioneiros em associar a razão à moral, idealizando o domínio racional da existência humana. A moralização implícita na linguagem com que se fala em defesa da razão, revela-se no fato de que se considera a razão como um bem em si. Nietzsche nota que a razão entendida como lugar de orientação moral se dá no antigo mundo grego através do idealismo socrático-platônico, conforme o entendimento de Medrado: “no *Crepúsculo dos Ídolos*, Sócrates e Platão são apontados como precursores dessa tendência, ou seja, são localizados como um marco da ascensão do ideal de controle racional da vida” (MEDRADO, 2023, p. 21).

Em outro momento, Nietzsche trata de distinguir-se também dos estoicos. Em geral, o estoicismo coloca o problema da liberdade relacionado à excelência ética, tomando a plena confiança na razão como fiadora da possibilidade de liberdade. Os estoicos ao perseguirem um modo de vida excelente, com base na crença irracional na razão, preparam o terreno para a moralização racional que julga e condena. Santo Agostinho é um herdeiro dessa tradição, que acaba por fundamentar a fé cristã, baseada na elaboração de um princípio metafísico de responsabilização e culpabilização, em decorrência da possibilidade de escolha racional do indivíduo. Nessa perspectiva, Medrado observa que Nietzsche critica a noção de um sujeito que é considerado livre para ser punido por suas ações. Nesse sentido, ele seria livre de fato para agir de acordo com a vontade de Deus, ou melhor, do sacerdote que se autoproclama mensageiro Dele.

O objetivo da crítica nietzschiana à moral é a superação da mesma, pois, os humanos estando inseridos na lógica do devir e identificados com os conceitos da razão, as categorias de unidade e causalidade perdem o sentido. A esse respeito, é oportuna a consideração de Medrado sobre a filosofia de Nietzsche:

Em resumo, pode-se dizer que a narrativa nietzschiana apresenta os humanos inseridos numa realidade em devir frente à qual os conceitos tradicionais de identidade e causalidade se dissolveram. (...) Nietzsche opera um processo de des-identificação entre o eu e a racionalidade, que passa pela restituição do corpo. (...) Contrariamente à mitologia da liberdade, a filosofia nietzschiana não admite que haja processos causais simples, em que um ato reflexivo possa isoladamente causar um efeito sobre a vontade; ademais, a atividade consciente, aqui, é vista como processo minoritário frente à multidão de processos orgânicos e psíquicos em que o Eu está enredado [...] (MEDRADO, 2023, p. 23).

Nietzsche inaugura o ponto de vista dos impulsos rejeitados pela tradição. Para ela, o conceito de *vontade de poder* é central para compreender as ações humanas e pensar uma possível política dos impulsos. Nietzsche atribui um papel mais modesto para a razão na nossa organização psicofísica (MEDRADO, 2023, p.23).

Nietzsche toma o corpo como referência para pensar questões psíquicas. Ele sabe que a primazia dos impulsos que atuam no corpo influencia decisivamente os processos psíquicos. Ele depura a noção de que a partir da observação dos impulsos é possível explicar fenômenos psicológicos. A relação entre os impulsos determina a constituição de um *eu*.

No sentido biológico, evolucionista, os impulsos seriam valores adaptativos. Porém, Nietzsche não atribui à natureza finalidade alguma, ela é puro devir e os impulsos da mesma forma não possuem um fim determinado. Nietzsche usa uma linguagem figurada para falar dos impulsos. Seu texto realiza um esforço no sentido de reduzir a atividade normativa à naturalidade da vida dos impulsos. Estes seriam irracionais, selecionados pelo meio historicamente ao acaso. Os impulsos que servem para a adaptação do indivíduo ao meio são valorizados, mas não pelos próprios impulsos. O impulso em algum sentido está presente na avaliação cognitiva, mas não é exatamente ele quem avalia sozinho.

Nietzsche reconhece que os impulsos podem influenciar a atividade consciente. A contradição entre nossos impulsos e os valores da cultura geram uma crise psicológica que pode se apresentar como patologia. Na visão de Medrado, a proposta nietzschiana indica que se pense o agente como totalidade dinâmica de uma complexa e mutável organização psicofísica. Tarefa que entendemos fazer de Nietzsche uma espécie de psicólogo.

O texto nietzschiano apresenta ambiguidades com as quais temos que lidar com muita cautela, aceitando que esse elemento é problemático, mas não necessariamente um entrave para interpretação do pensamento em questão. Medrado menciona o problema de uma leitura que tende a atribuir algum nível de consciência aos impulsos. Nietzsche reconhece que de certo modo os impulsos também estão envolvidos no processo de filosofar. Isto não quer necessariamente dizer que eles são conscientes, mas pelo contrário, o filosofar mesmo é que seria um impulso inconsciente; de acordo com a autora: “É importante notar que a questão da passagem do impulso ao valor está relacionada à passagem do inconsciente para o consciente, o que dá ensejo a uma série de questões sobre a dinâmica psicofisiológica e seus modos de causação” (MEDRADO, 2023, p. 32). É perceptível a presença de uma política de afetos que vem a ser esse trânsito de impulsos inconscientes tornando-se consciência através de um processo complexo que envolve a agência humana. Os impulsos aliam-se ou combatem-se,

como numa guerra em que o corpo se apresenta como campo de batalha. O trânsito entre os impulsos do inconsciente para a consciência e vice-versa, sugere que a vida psicofísica seria em boa parte inconsciente. O que nos levaria a perguntar: Qual o impacto da atividade consciente sobre a organização psicofisiológica?

Nietzsche sugere que a parcela consciente da nossa vida psíquica é mínima. Para ele, tanto os impulsos influenciam a consciência, quanto esta exerce interferências na vida pulsional. Parece que um dos papéis da consciência é criar um discurso sobre os impulsos e esse discurso pode ser mais ou menos moral.

O discurso sobre o livre-arbítrio é tradicionalmente um discurso moral, baseado na noção de vontade racional como causa das ações isoladas. Para Nietzsche, a má compreensão dos fenômenos morais seria resultado de perceber o devir como atos isolados. A razão falsificaria o devir por simplificação no intuito de paralisar o movimento constante. Impondo sempre a monotonia do mesmo, como se só existissem fatos iguais; o filósofo alemão refuta a postura de rebanho com a radicalidade do devir. O efeito falsificador da linguagem nos faz pensar as coisas isoladamente, mas na realidade o devir é onde tudo se relaciona com tudo e não existe nada fora do todo. Para Nietzsche, seríamos reféns da moral na linguagem. O modo pelo qual pensamos é contaminado pelo moralismo. Somos escravos da ideia de liberdade da vontade. Nosso instrumento de interpretação do mundo, a linguagem, por abrigar em sua própria estrutura juízos morais, distorce a realidade. A moral e a linguagem estão misturadas na gênese do desenvolvimento da percepção humana. Inevitavelmente, o processo de criar conceito seria a redução de um impulso por simplificação a uma imagem fixa, distorcida e equivocada. Haveria, segundo Nietzsche, um abismo entre a natureza fisiológica dos impulsos e a estruturação linguística da consciência. Para o filósofo alemão, criar conceitos é sempre falsificar a natureza, pois a linguagem sempre pressupõe identidade entre coisas desiguais. A linguagem, por nos proporcionar vivências estereotipadas, é uma ferramenta útil para fortalecer o instinto gregário. Mesmo as experiências subjetivas são descritas através de arquétipos morais. A linguagem transporta juízos morais. Logo, ela é valorizada em si mesma como algo que se identifica com a consciência. A noção de *eu* ou de sujeito, historicamente, foi associada à consciência e esta, por sua vez, foi associada à razão, todas tidas como se fossem algo em si mesmas, algo bom em si.

Todavia, para Nietzsche, o sujeito é um conjunto de processos pulsionais, produto mutável de uma guerra entre impulsos diversos que ocorrem no corpo e que influencia a nossa forma de pensar e de agir. Grande parte desses processos, que ocorrem na constituição

do eu, é inconsciente. Em última instância, o sujeito então seria algo desconhecido para si mesmo. De acordo com Medrado:

Antes de ensaiar uma compreensão própria da agência em termos de vontade de poder, as incursões psicológicas de Nietzsche parecem ter como objetivo importante manter uma saudável atitude de ceticismo frente ao suposto saber nesse campo, através de alertas reiterados de que o mundo do “sujeito” é, afinal, desconhecido (MEDRADO, 2023, p. 45).

A crítica de Nietzsche à moral é uma crítica, sobretudo, ao conceito de livre-arbítrio, que financiaria uma cultura da culpa e do castigo. É contra a cultura da punição que Nietzsche lança uma campanha de superação do pecado, da culpa e do castigo.

B - A superação da culpa, a extinção do castigo e a vontade de poder

Nietzsche pensa o mundo como devir, como um fluxo temporal impermanente (MEDRADO, 2023, p. 47). Na síntese da história da filosofia podem ser vislumbrados dois grupos: os filósofos negadores e os afirmadores do devir. De um lado estão os que defendem a identidade, a conservação, a rigidez e o essencialismo, de outro estão os partidários da flexibilidade, do movimento e da mudança. Cada qual pensa a liberdade em termos distintos.

Segundo Medrado, a partir de *Humano, Demasiado Humano*, o tema da liberdade se destaca na obra de Nietzsche. Daí por diante, pode-se dizer, que o filósofo cria uma filosofia própria de liberdade. Na fase intermediária da obra de Nietzsche há uma tensão entre a crítica ao conceito de livre-arbítrio e a construção do seu próprio conceito de liberdade, o que na fase terminal se resolveria pela perspectiva das relações de poder.

Nietzsche sugere que o princípio de prazer guia o ser humano pelo mundo, servindo de motivação básica para toda ação. A busca inconsciente pelo prazer orientaria a princípio toda ação humana. Assim sendo, os impulsos orgânicos agem inconscientemente, avaliando os meios disponíveis para satisfazer a busca por prazer, sem nenhuma finalidade além disso, o que se pode chamar de autoconservação. Segundo Nietzsche: “Todos os juízos sobre o valor da vida se desenvolveram illogicamente e portanto são injustos.”(H.D.H. § .32) A impossibilidade de um julgamento perfeito faz com que qualquer julgamento seja tendencioso e parcial. Mas admitindo que o livre-arbítrio seja uma falsa noção, uma distorção da realidade, uma idealização da razão, baseada em uma limitação moral da própria linguagem, que seria um importante meio para o ser humano se autoconservar, como Nietzsche resolveria então o problema da liberdade? Como depois de refutar a possibilidade de livre-arbítrio, nos termos tradicionais, ele cria um conceito próprio de liberdade? Para

tentar responder essas questões seria necessário compreender minimamente a função da crítica nietzschiana na elaboração de seu próprio conceito de liberdade.

A intenção moralista é um denominador comum das mais variadas filosofias do livre-arbítrio. O maior problema da mitologia da liberdade não é a série de mal entendidos que ela promoveu sobre o tema, mas o fato de que ela continua a financiar uma moral profundamente calcada na ideia de castigo, e por isso culturalmente e socialmente desastrosa. É contra a cultura da punição que Nietzsche deflagrará uma campanha abolicionista. (MEDRADO, 2023, p. 46)

Nietzsche não está empenhado em tão somente refutar o conceito de livre-arbítrio, pois ele demonstra que não há consenso sobre o tema, nem mesmo entre aqueles que defendem a ideia. Contudo, o objetivo da crítica nietzschiana seria, principalmente, mostrar como a noção de livre-arbítrio, pensada em termos puramente racionais, creditando à razão um poder ideal de controlar a vontade como causa das ações, serviria apenas para sustentar uma cultura da culpa e do castigo; contra essa mentalidade, a filosofia nietzschiana passa a ser uma *campanha abolicionista*, que visa libertar o ser humano do jugo da razão, que se impõem contra a realidade, negando o devir, o corpo e seus impulsos, em última instância, negando a própria vida.

Nietzsche indica que o ocidente criou uma cultura do ódio em nome do amor. A idealização da natureza, do ser humano e de sua vontade, apartou-nos de nós mesmos e de nossa autêntica vontade de poder, isto é, da própria força vital que nos sustentaria sem que fosse necessário recorrer a ilusões metafísicas. O filósofo alemão propõe que façamos uma análise mais apurada dos fatores biológicos, psicológicos e histórico-culturais que condicionam a ação humana. Para Nietzsche, o ser humano, como qualquer animal, age orientado pelo instinto de conservação da vida, tendo o prazer como recompensa pela ação que contribuiu para a realização de suas necessidades vitais básicas. Nesse sentido, o homem agiria sempre visando o próprio prazer, de acordo com o que lhe parece útil para conservar-se, segundo o grau de seu intelecto. Nietzsche então apresentaria a ideia radical de que o homem não seria responsável individualmente por nenhuma de suas ações. Logo, a humanidade seria absolvida imediatamente por legítima defesa. O ser humano sempre age em defesa daquilo que acredita ser melhor para si mesmo, tendo o prazer como guia para qualificar e distinguir o que é bom do que é ruim. Todos seriam inocentes, porque somos orientados por impulsos inconscientes sempre motivados pelo prazer e pela dor a agir em prol da preservação da própria vida. A conservação de si mesmo seria considerada um legítimo direito natural. A precariedade do conhecimento dos fatores que condicionam a agência

humana sustenta o argumento nietzschiano de que parte preponderante das nossas vontades e ações são condicionadas por impulsos desconhecidos por nós mesmos. Nessa equação a busca pelo prazer seria uma constante natural, enquanto a lei moral seria contingente, variando de acordo com muitos fatores distintos. A precariedade do conhecimento das causas das nossas ações influencia decisivamente na formulação dos nossos juízos e decisões. Medrado defende, assim como Barrenechea, que a filosofia de Nietzsche se estrutura a partir de uma certa visão naturalista, pensando a natureza como devir: O texto nietzschiano registra o esforço de pensar soluções não-morais (MEDRADO, 2023 p. 57). O problema de não haver um bem em si, dificulta a questão da justiça. Nietzsche tenta resolver o problema na esfera política, tentando definir o que seria prazeroso e útil ao mesmo tempo. Medrado admite que Nietzsche elabora sofisticadas hipóteses sobre a influência psicológica sobre diversos tipos de ações (MEDRADO, 2023 p. 57).

O livre-arbítrio, segundo Nietzsche, instaura um padrão de agência baseado no castigo e na culpa, envolvendo afetos associados à vingança e ao ressentimento. Esses seriam efeitos psicológicos provocados pela crença nesse conceito. Nietzsche vai pela via naturalista. Para ele não haveria vida sem prazer. A luta pelo prazer seria a luta pela vida. Os instintos são anteriores ao intelecto, que para Nietzsche não passa de um feliz acaso, uma exceção. A maioria da nossa vida psicofisiológica é guiada pelo instinto, logo, ninguém saberia exatamente o que faz, porque todo mundo, em tese, estaria lutando pelo prazer, isto é, buscando a conservação da própria vida, o que equivale a dizer que, no limite, toda ação seria, por parte do indivíduo, uma legítima defesa de sua própria vida.

Primeiro, Nietzsche estabelece as condições naturais das ações: o devir. Em seguida, denuncia as filosofias baseadas na noção de livre-arbítrio, como antinaturais e idealistas. Por fim, ele leva o argumento da legítima defesa no seu limite, anulando ou contradizendo todo o sistema baseado na culpa racional. A estratégia nietzschiana é desacreditar as práticas de condenação moral em geral, o filósofo alemão inaugura uma espécie de *proto-abolicionismo penal*. Segundo a filósofa, Nietzsche quer indicar que seria possível evitar uma adesão imediata à inclinação de julgar moralmente e com isso sustentar uma postura de distanciamento, ao invés de emitir um juízo precipitado. O afastamento da moral seria uma atitude estratégica visando uma correção epistemológica. Neste ponto, a crítica nietzschiana tem por alvo o homem do conhecimento. Nietzsche demonstra a inconsistência dos pressupostos que sustentam as práticas de punição.

O filósofo alemão cutuca uma profunda ferida narcísica no ego do homem europeu. Diante de seus escritos, eles são forçados a reconhecer que no fundo o homem não sabe o que faz, no fim, é preciso ser honesto pelo menos consigo mesmo e admitir tacitamente com um gosto amargo na boca, ruminando o fato de que agimos forçados por impulsos inconscientes. Todavia, Nietzsche aponta para o conhecimento como saída da prisão moral. O conhecimento seria capaz de superar a moral e analisar os impulsos de forma fria. Assim se pode chegar a conclusão de que todo crime e todo castigo têm sua gênese na ignorância. Definitivamente, tanto Medrado quanto Barrenechea compreendem que a liberdade está fora da perspectiva moral. De acordo com Medrado, o filósofo alemão aposta na evolução do conhecimento. Aposta sobretudo no novo conhecimento, que nos diz que vivemos no reino da necessidade e da inocência e o conhecimento seria a via para compreender melhor essas condições. Esse novo conhecimento seria extra-moral, consciente da inocência e da necessidade do devir.

Para Nietzsche, tudo é necessário, mesmo o erro e a ilusão ajudam a compor o jogo, sendo parte de um momento específico da evolução que indica a auto-superação. O devir e as ações humanas não possuem naturalmente um significado moral, decorrem das necessidades. Podemos nos questionar aqui se Nietzsche reconhece que não haveria uma liberdade absoluta, sem que nos subtraíssemos do império da necessidade, e que a irresponsabilidade da vontade seria uma consequência da não-liberdade absoluta ou quem sabe se a irresponsabilidade não seria a transgressão que vislumbra a busca da liberdade, sempre em devir?

Pela via da naturalização da ação humana, que se resume às necessidades de autoconservação, sem qualquer conotação moral, Nietzsche avalia a moral da perspectiva da utilidade e nos chama atenção para o fato de que a moral serviu para a autoconservação da espécie. No entanto, Nietzsche se afasta dos utilitaristas na medida em que pensa a utilidade não como adequação a um fim específico, mas como adaptação a uma finalidade que pode variar e de fato varia durante a história. Nietzsche possui uma sensibilidade histórica que percebe na evolução do tempo que nem sempre os pensamentos mais úteis se tornam tradição. Na verdade, ele observa que geralmente a tradição moral tende querer conservar a comunidade, mas por interferência do acaso, mal entendidos e preconceitos não se atinge uma solução útil para a comunidade.

Neste ponto, Medrado observa que Nietzsche se afasta do utilitarismo radicalmente, substituindo o critério da utilidade pela lógica das relações de poder. É inegável que o sentimento do próprio poder também seria fonte de prazer. Em *Aurora*, Nietzsche faz uma

minuciosa investigação psicológica do poder, seu alvo nesse momento é o jogo de forças psíquicas, pulsionais, mas também materiais, sociais, internas ou externas (MEDRADO, 2023, p. 72). Nesse complexo jogo de forças que Nietzsche enxerga como uma guerra, o sentimento de poder às vezes prefere suportar a dor do que sentir prazer. Nietzsche alude ao mártir, que inspirado pela noção de sacrifício, entrega-se à dor em nome de um sentimento de poder superior. O filósofo busca localizar o princípio psicológico do poder, em que reconhece um retorno ao prazer pela via da dor acompanhada de um estado de transbordamento de força. Nietzsche, como um psicólogo, visa revelar o funcionamento do princípio de poder em sua relação com outros fenômenos psicofisiológicos. Medrado afirma que a lógica do poder ocupa o lugar do princípio de prazer como finalidade vulgar dos impulsos na narrativa nietzschiana. Tendo o poder como meta, as possibilidades de satisfação dos impulsos aumentam por não se restringir ao mero prazer. A filosofia de Nietzsche valoriza a exceção. Ela nos convoca a um experimento reflexivo que vai além da justificativa da lei moral. A mudança de referência da utilidade e do prazer para o sentimento de poder enseja a conciliação entre necessidade e indeterminação das forças. O universo na visão nietzschiana é caótico não pela ausência de necessidade, mas pela ausência de finalidade. Nietzsche não reconhece leis na natureza, apenas necessidades sem propósitos. Segundo Medrado, a manobra nietzschiana visaria, ao mesmo tempo, des-antropomorfizar a natureza e naturalizar o ser humano. Nietzsche sugere um experimento extra-moral, a partir da seguinte questão: como seria o ser humano num contexto pós-moral?

A *vontade de poder* seria um conceito fundamental para pensarmos em possíveis respostas para essa questão. Nietzsche explora a noção de vontade de poder como recurso explicativo de fenômenos psicológicos que intermediam as relações humanas. Nesse sentido, a vontade de poder funcionaria como uma hipótese interpretativa da totalidade das forças em ação. A vontade de poder, segundo Medrado, seria um esforço de Nietzsche no sentido de criar uma interpretação naturalista do ser humano. Nietzsche se alia à ciência na medida em que esta se fundamenta nos sentidos. A *vontade de poder* seria um aspecto comum a todos os impulsos. Por isso, Nietzsche entende que o poder é um fator mais abrangente para explicar a ação humana em geral. A *vontade de poder* seria uma forma de pensar a história dos impulsos fora da esfera moral, mas a partir de um ponto de vista naturalista do corpo.

A problemática da vontade está no centro da crença na causalidade. Segundo Medrado, a *vontade de poder* se distingue da vontade como causa racional, na medida em que ela é tomada como um modelo explicativo do realismo político, que permitiria pensar a vida

dos impulsos em termos de relações de poder. Como recurso explicativo, a *vontade de poder* forneceria a base para pensarmos as relações necessárias entre forças indeterminadas. O limite do conhecimento humano é a apreensão da totalidade intangível dos acontecimentos que é sempre imprevisível. Medrado diz: “O mais importante é a sinalização nietzschiana, muito clara e muito instigante, de transição de um modelo mecânico para um modelo político de explicação do mundo natural, e no seu interior, a vida humana e todos os fenômenos da cultura” (MEDRADO 2023, p. 81). A *vontade de poder* não seria causada pelas forças, mas expressão das mesmas, sempre aparecendo como resultado da guerra e da negociação entre impulsos internos e impedimentos externos. Nietzsche cria uma abertura para uma nova perspectiva sobre a totalidade dos acontecimentos. A *vontade de poder* daria um sentido de agência natural, não-moral, pois dessa perspectiva os acontecimentos expressam forças particulares e espontâneas. A imprevisibilidade das forças exige uma flexibilidade no trato. Nietzsche sopra em nossos ouvidos no meio da noite solitária que a música do acaso às vezes faz a gente dançar sem saber. A única atitude possível diante desse destino trágico seria a aceitação amorosa da vida como ela é, isto é, muitas vezes, imprevisível e terrivelmente inexplicável. Mesmo assim, Nietzsche nos indica que a única atitude saudável diante do destino humano é o *amor fati*. Aos poucos Nietzsche abandona o ponto de vista mecanicista e utilitarista, mas prossegue até *Crepúsculo dos Ídolos* com sua campanha contra o castigo e a culpa (MEDRADO, 2023 p. 84). A expressão *metafísica de carrasco* para se referir ao cristianismo e a menção sobre a inocência do devir, são fatos textuais que depõem a favor da leitura de Medrado. Nietzsche pressupõe que as práticas de castigos estão ligadas às relações econômicas. O cristianismo daria a sua contribuição decisiva para a cultura da punição, alimentada pelo ressentimento e pela má consciência. Nietzsche nota que o poderoso está para além da justiça. A superação do ponto de vista moral, isto é, a libertação dos preconceitos (ídolos) da razão nos levaria a uma reorganização das forças, que envolveria uma *tresvaloração de todos os valores*, ou seja, uma reordenação radical dos afetos e das práticas sociais.

A *vontade de poder* funciona como expressão de um jogo de forças, onde essas forças são avaliadas em termos de intensidade. Uma vontade pode ser forte ou fraca em relação a outra, mas nunca em relação a si mesma. Na vontade forte, isto é, naquela que prevalece, estaria a possibilidade de liberdade nietzschiana. A *vontade de poder* por sua própria definição como força resultante da guerra entre as diversas forças naturais, estaria diretamente ligada à noção de liberdade nietzschiana. A *vontade de poder* traduzida como

valor de liberdade resultaria na *tresvaloração de todos os valores*. A liberdade nietzschiana pode ser lida como uma prática política dos impulsos, que tem, em um compromisso com um valor de liberdade, resultado de uma vontade forte, um terreno fértil para criar novos valores e se possível ainda superá-los. De uma perspectiva política, não seria um equívoco dizer que a liberdade nietzschiana é *vontade de poder*.

C. A história do conceito de liberdade na obra de Nietzsche

A filosofia de Nietzsche é a filosofia da liberdade, de acordo com Medrado, é possível encontrar diferentes abordagens do tema da liberdade ao longo da obra nietzschiana. Diante desta constatação, pode-se perguntar: o que é a liberdade em sentido nietzschiano? Para Medrado, Nietzsche enxerga a liberdade como compromisso valorativo que é constituído tendo como referência uma disposição afetiva.

Medrado analisa um personagem conceitual muito importante na obra nietzschiana: o *espírito livre*. Este teria uma vida psíquica estranha em relação ao senso comum de sua época, estando extemporâneo às condições sociais e históricas. O espírito livre seria uma exceção à regra moral (MEDRADO, 2023 p. 91); a figura do espírito livre representa a liberdade de pensamento. O espírito livre teria uma disposição para a liberdade intelectual. Ele se libertou do jugo das opiniões tradicionais. Ele enfrenta com coragem o medo da solidão e do desconhecido. Em oposição ao espírito livre, há os espíritos cativos, aqueles que vivem sob a égide moral. Enquanto o espírito livre exige razões, os cativos exigem fé. O espírito prisioneiro acatou voluntariamente o jeito de pensar tradicional, sem questionar, ele apenas crê, por medo, ressentimento e ambição. O espírito livre se movimenta por conta própria e coloca metas para si mesmo, relacionadas ao conhecimento baseado na própria experiência, enquanto os espíritos cativos aderem às convenções sociais como meros artigos de fé. O espírito cativo caminha em linha reta. O espírito livre dança. Os espíritos cativos temem os espíritos livres. A estupidez moral cega o espírito cativo, que é incapaz de reagir à própria educação. A redução do desconhecido a algum tipo de padrão é um procedimento da razão moral. O espírito livre é visto como mau por desobedecer aos padrões morais.

Oposto ao espírito livre é o instinto de rebanho, instinto este que exige do indivíduo que se sacrifique em nome da moral. Enquanto a indeterminação dos impulsos seria uma abertura natural para a liberdade no sentido de poder ordenar os impulsos em alguma direção

desejada. Em cada um agiria uma infinidade de instintos e haveria infinitas possibilidades de arranjar e satisfazer esses instintos. “Pode-se entender, então, que a liberdade do espírito livre se caracteriza por não se submeter passivamente à influência de fatores externos” (MEDRADO, 2023 p.94). O compromisso com o conhecimento seria o combustível da libertação do espírito. Os espíritos livres vivem para o conhecimento. O espírito livre busca a disciplina científica e com heroísmo refinado é capaz de criar um modo de vida original. Ele conquista para si, pagando o preço da solidão, um domo de liberdade, uma mínima parcela de ócio, que o diferencia do escravizado. O espírito livre está como qualquer um sujeito às forças externas, porém, ele não se entrega a elas. Ele dá um jeito de se bastar com o que tem, não ambiciona os aplausos da multidão, pois não lhe convém a adoração das massas, mas apenas trilhar o próprio caminho de sabedoria. A moderação nos afetos e a responsabilidade pelas próprias opiniões são características distintivas do espírito livre. Ele aceita com hombridade a fatalidade do mundo, mantém a prudência em relação às riquezas e não se envaidece com o poder. Medrado entende que a liberdade do espírito livre é política no sentido de se traduzir na arte de autogovernar-se. Não guiado pela razão, pois a razão falsifica a natureza. A razão deve tornar-se consciente de suas limitações. O espírito livre coloca até a razão sob suspeita. A relação entre os impulsos e os valores é tensa e o espírito livre vive intensamente essa tensão. O espírito livre sabe que no fundo não deveríamos julgar, pois todo juízo é falso, mas não há como viver sem julgar. Devemos lidar com essa desarmonia: somos seres ilógicos e injustos.

Diante dessa fatalidade, o impulso para o conhecimento sustenta uma vida experimental. O espírito livre primeiro nega a tradição e depois cria um modo de viver a título de experiência, impulsionado pelo instinto do conhecimento. O espírito livre representa um aspecto importante da liberdade nietzschiana: a liberdade de pensamento. Todavia, o espírito livre é solitário, por ser moderado nos afetos ele tem um modesto projeto cultural. Ele não planeja liderar revoluções, pois sabe que a exceção não deve querer ser a regra. Seu tipo de liberdade não é para as massas. O espírito livre é um lobo solitário. A liberdade do espírito livre tem a forma de uma reconciliação psicológica consigo e com seu próprio destino. O espírito livre está empenhado em não se envergonhar de si mesmo por não cumprir uma regra social do que em alterá-la. Em *A Gaia Ciência*, Nietzsche descreve de forma sucinta o caráter psicológico da liberdade do espírito livre: “Não mais envergonhar-se de si mesmo” (G.C., aforismo 275 do Livro III) Segundo Medrado (2023, p. 101), tornar-se a si mesmo como força individual seria a expressão própria da liberdade em sentido nietzschiano,

ou, nas palavras de Nietzsche: “Estar só, sentir particularmente, não obedecer nem mandar, ter significado como indivíduo” (G.C. § 112)

Medrado compreende que o estilo como recurso estético da constituição de si mesmo, deveria ser entendido na obra nietzschiana como traço pessoal único, que o espírito livre empenhado na tarefa de atribuir uma personalidade ao próprio caráter desenvolve. A comparação da vida com a obra de arte se traduz em um exercício de sensibilidade do gosto. O cultivo de si mesmo como uma obra de arte evoca a noção de um gosto próprio, singular, que operaria como organizador autônomo dos próprios impulsos de acordo com a própria lei. O processo de libertação da vergonha de seus próprios atos é financiado pela estilização da própria personalidade. Essa liberdade converge para a necessidade de estar satisfeito consigo. Uma espécie de trégua psicológica. Todavia, Medrado entende a liberdade nietzschiana além disso, como um instinto fisiológico que não está apenas limitado ao campo simbólico, mas localizado no corpo. A liberdade sob a ótica fisiológica, tem no corpo o lugar de disputa entre impulsos, pensada a partir de um modelo político. A grande política, em sentido nietzschiano, refere-se a princípio, ao embate dos impulsos entre si e entre os impulsos em relação às negociações sociais (modelo da política dos afetos).

Medrado entende que Nietzsche elaborou uma narrativa positiva de liberdade ao longo de sua obra caminhando gradativamente de um ponto de vista moral para uma análise psicológica até chegar ao campo político dos afetos. Nisto consiste a perspectiva do ambicioso programa nietzschiano de *tresvaloração de todos os valores*, onde seria possível falar em uma liberdade propriamente dita em sentido nietzschiano. É a vontade de reorganizar a dinâmica dos valores que se manifesta como liberdade em sentido político.

Medrado nota que a noção de vontade de poder serve para pensar questões psicológicas em torno da moral. O corpo como embate entre os impulsos naturais e os impedimentos morais seria uma célula política. Do embate entre os corpos resultaria a sociedade. Do ponto de vista psicológico do poder, é chamado de livre aquele que manda e escravo o que obedece. De acordo com Medrado, na fase madura, Nietzsche associa a liberdade com vontade de poder, com o sucesso da realização de um impulso que dá a sensação de força, seja em um corpo ou em uma sociedade inteira. A esse respeito Medrado considera possível dizer, no contexto da filosofia final de Nietzsche:

[...] a primeira figuração da liberdade, ou ainda, em outros termos, o próprio sentimento de poder desencadeado pelo sucesso de um impulso e sentido como um afeto dominante, seja ele qual for, e onde quer que se manifeste: seja no interior do corpo pessoal ou de uma população. [...]. Para além do indivíduo, também no plano social o sentimento de liberdade aparece

associado ao orgulho e às atividades de comando. (MEDRADO, 2023, pp.106/107).

O sentimento de orgulho em relação às atividades de liderança pode ser problemático quando leva à elaboração de um discurso absurdo, ignorando o complexo mecanismo que envolve uma simples ação.

Nietzsche faz um diagnóstico psicológico da cultura europeia onde conclui que se trata de uma “raça vaidosa” que produz uma autoimagem distorcida de si mesmo, desejando sempre atribuir o próprio peso aos outros. Nietzsche aponta para o *indivíduo soberano* como aquele que teria a vontade de responsabilidade por si mesmo. Liberto do costume e da lei moral, o *indivíduo soberano* seria aquele que age motivado por uma vontade pessoal forte de ser responsável e capaz de assumir compromissos e arcar com eles. O *indivíduo soberano* se destaca do rebanho por ser senhor de si e do próprio destino, assumindo os riscos de um comportamento corajoso. Assim como o *espírito livre*, o indivíduo soberano libertou-se da moral. Neste ponto, A filosofia de Nietzsche encarna o caráter positivo de criação de valores. A vontade do indivíduo soberano cria seus próprios valores, a partir dos quais, ele guia sua conduta. Com consciência do próprio privilégio e do caráter excepcional de sua liberdade, que é a vontade de responsabilizar-se por si mesmo, o indivíduo soberano conquista para si o direito de estabelecer suas próprias medidas de valor. A partir do indivíduo soberano a filosofia de Nietzsche, que se fundamenta em uma crítica do conceito de livre-arbítrio e seu impacto na cultura ocidental, apresenta um novo ponto de vista sobre a liberdade. Em Nietzsche, o ser humano pode ser livre desde que seja forte o suficiente para querer para si a responsabilidade pelas suas ações: “Pois o que é a liberdade? Ter a vontade de responsabilidade por si próprio.” (C.I., IX, § 38)

Nietzsche começa a trabalhar na ideia de que para criar-se a si mesmo como a uma obra de arte, isto é, para impor à própria personalidade um estilo, seria necessário organizar os impulsos a partir de um instinto dominante. A reelaboração da noção de sujeito é fundamental para o resgate do conceito de liberdade. O *eu* em Nietzsche é uma comunidade de muitas almas. O sujeito nietzschiano é ele mesmo um *vir-a-ser* motivado por um instinto dominante, que se torna consciente. Medrado se questiona: como seria possível que um instinto se torne consciente? Para responder essa questão Nietzsche aplica o método genealógico de pesquisa.

Nietzsche compreende a agência humana a partir da lógica dos instintos. O corpo onde se manifestam os instintos é a grande razão nietzschiana. Ele pensa a liberdade como um instinto dominante, ao realizar uma pesquisa aprofundada dos sentimentos e opiniões

morais. Nessa pesquisa, ele identifica dois tipos de moral: a do senhor, expressão positiva de poder e a do escravo, expressão negativa de poder. Nietzsche percebe que na história dos sentimentos e opiniões morais os valores seriam frutos das condições de poder que orientam cada perspectiva. Ele constatou que os produtos culturais refletem a realização de impulsos naturais de forma indireta. (MEDRADO, 2023, p. 113). Nietzsche considera as diversas situações civilizacionais como filtros dos impulsos espontâneos condicionando-os gradativamente ao longo da história. A moral é uma forma de interpretar o mundo, mas não a única e muito menos a mais adequada ao conhecimento. Nietzsche aposta na superação da moral, pois a moral nega os instintos. Então, o filósofo procura demonstrar dois tipos de morais distintas, polarizadas, uma cria agentes e outra gera reagentes, os primeiros mandam, os últimos obedecem.

Nessa perspectiva, o escravo realiza seus impulsos espontâneos de forma indireta. O escravo seria o homem do ressentimento: “Enquanto o indivíduo soberano se caracteriza pela confiança na própria capacidade de ação, firmada na força da sua vontade, o homem do ressentimento é marcado tanto pela incapacidade de agir quanto de não reagir” (MEDRADO, 2023, p. 113). O ressentimento aparece como fruto da frustração consigo mesmo pela própria incapacidade de agir e de não reagir. De acordo com o filósofo alemão, o ressentimento aparece no escravo como satisfação indireta de impulsos espontâneos reprimidos historicamente. O impulso de reação, a maquinação de uma vingança imaginária se revela como a rebeldia do escravo, que se volta contra si mesmo. Mesmo o ressentimento cria valores. A moral do ressentimento é a moral do escravo. Aqueles que são impedidos de agir e se conformam reprimindo a vontade, satisfazem indiretamente esse impulso planejando uma vingança mental. O homem ressentido é incapaz de realizar o seu plano de vingança. O indivíduo soberano age e o homem do ressentimento reage. Medrado reconhece que Nietzsche, em suas últimas obras, reelabora os conceitos de vontade e liberdade, pensando esses conceitos em um cenário onde se estruturam os dispositivos de poder:

Se, por um lado, Nietzsche já pensava a liberdade como unidade e autonomia desde obras do período intermediário, a obra madura traz um novo ponto de vista ao aperfeiçoar a ideia de autolegislação no campo dos valores. (...) Enquanto atividade crítica e valorativa, a genealogia abre caminho para uma transvaloração, enquanto reassimilação e encaminhamento dos valores herdados (MEDRADO, 2023, p. 115).

O único lastro para a criação de valores é a vontade. Essa vontade não é racional, mas emerge de um complexo conflito entre forças desconhecidas. A atividade legislativa do indivíduo soberano é baseada na vontade. A partir de uma vontade forte o indivíduo soberano

cria valores para si mesmo e os propõem para a cultura. As obras terminais revelam com mais clareza a forma operativa política dos instintos. Nietzsche pensa um programa de superação da moral abrindo a possibilidade de recepção da espontaneidade dos impulsos. Ele aposta na possibilidade de experimentar e incorporar diversos modos de vida. O indivíduo soberano sabe variar as perspectivas e não reagir imediatamente a um impulso, se libertando da moralidade e dos costumes, ele cria valores a partir da própria vontade. Nietzsche apresenta como exemplo de indivíduo soberano, Goethe, que segundo ele, teria sido capaz de desenvolver a disciplina para criar a si mesmo e experimentar uma nova espontaneidade. (MEDRADO, 2023, p. 116)

Medrado reconhece na obra terminal de Nietzsche a noção de que ser livre seria reconquistar a espontaneidade da vontade a partir de uma política dos impulsos, política que cria valores compatíveis com um impulso dominante, que confere unidade espontânea e criativa ao indivíduo. Nietzsche associa à liberdade, a capacidade de não reagir imediatamente a um estímulo e de variar as perspectivas (perspectivismo). Para Nietzsche, o instinto de liberdade seria a própria vontade de poder. Mas o que é exatamente esse instinto?

Nietzsche faz uma observação psicológica bastante perspicaz. Ele fala sobre um processo de interiorização ou de subjetivação que é marcado pela repressão de impulsos agressivos que se voltam para dentro gerando a culpa e a má consciência (G.M.,II, § 16). Sobre esse sutil mecanismo Medrado conclui que:

[...] todos os instintos violentos atuantes no início do processo civilizatório podem estar ligados, afinal, a um instinto específico, um instinto de dominação. [...] Avançando na interpretação, seria possível entender que o instinto de liberdade enquanto vontade de poder é um impulso de dominação (MEDRADO, 2023, p 120)

Esses instintos podem se voltar para fora ou para dentro. Quando um instinto agressivo se volta contra si mesmo ele gera o ressentimento. O trabalho de construção de um eu passa pelo instinto de liberdade, que é vontade de poder, ou seja, instinto de dominação que se realiza de uma forma ou de outra, podendo se apresentar como expressão de coragem ou de ressentimento.

O indivíduo soberano toma consciência através do procedimento genealógico, da história biológica e cultural de seus próprios impulsos. Ele cria a si mesmo a partir de uma vontade de dominação que confere um estilo à personalidade. O trabalho de criar a si mesmo depende do instinto de liberdade. Segundo Medrado: “É necessário que haja uma configuração afetiva que predisponha a um compromisso valorativo com a liberdade, pois esse compromisso é, no final das contas, um compromisso com a própria possibilidade de

formação de um Eu, no sentido pleno” (MEDRADO, 2023, p.122). A atividade genealógica liberta, ao passo que é ativada por uma disposição para a liberdade. Medrado arremata a interpretação lançando sua tese central:

Nesse ponto é possível apreciar o profundo relacionamento operado por Nietzsche nos discursos sobre a liberdade, ao contrariar toda a filosofia moderna e pensar a liberdade não como uma *condição*, mas como uma *disposição* e uma prática. [...]. Dito mais uma vez: no sentido nietzschiano, a liberdade pode ser pensada como disposição pessoal a recuperar a espontaneidade dos impulsos através da criação de um espaço coordenado a que se pode chamar propriamente de um *Eu* (MEDRADO, 2023, pp. 122/123).

A liberdade vista como uma disposição pessoal para o autodomínio em resgatar a espontaneidade dos impulsos é descrita por Nietzsche como uma *ascese* à natureza. Nietzsche propõe uma vida conduzida pelo instinto dominante de liberdade, não uma liberdade incondicional e absoluta, mas uma liberdade que se constitui a partir de uma vontade forte, que ele apresenta como um equivalente da vontade de potência, o instinto dominante de toda vida em geral, que patrocina uma atitude de afirmação do todo.

O conceito de liberdade como um instinto aparece nas obras do período final da produção filosófica nietzschiana. Nietzsche localiza a liberdade na esfera da vontade, todavia, a vontade, em termos nietzschianos, não é uma condição racional, mas espontânea e apenas avaliada em caráter de intensidade. A distinção entre vontade forte e vontade fraca é dada no momento do próprio embate entre essas forças. O que distingue o mero comportamento de uma ação autêntica é a intensidade da vontade que quer ser livre. Medrado reconhece que: “O dionisismo das últimas obras sugeriria uma concepção de liberdade em termos psicofisiológicos, como intensificação de atividade vital” (MEDRADO, 2023, p.123).

Algo como um instinto de liberdade seria necessário para criar uma vontade forte, expressão de um *eu* que necessita se fazer como uma sociedade de afetos. Medrado indica que a liberdade vista como disposição psicofisiológica possibilita o contrato com um valor de liberdade. Assim, Nietzsche concebe a liberdade como um processo em que ocorrem diferentes etapas. As práticas do cultivo de si seriam o que possibilitaria um compromisso com o valor de liberdade, como um valor que confere valor aos outros valores, um meta-valor. O antípoda do instinto de liberdade seria o instinto de rebanho. A partir dessa noção de liberdade como instinto dominante, Nietzsche então encampa uma filosofia que se apresenta como uma campanha contra a moral, confiante na capacidade da possibilidade de reorganizar a vida dos instintos.

D - Programa nietzschiano de intervenção cultural

A completa superação da moral seria a grande tarefa do projeto nietzschiano de tresvaloração de todos os valores, através de um compromisso com o valor de liberdade. Em Nietzsche, o tipo moral é o oposto ao tipo livre. Medrado insiste na pauta imoralista nietzschiana, diz a autora que o objetivo é combater a cultura da culpa e do castigo. Medrado fala de um *proto-abolicionismo* penal no pensamento nietzschiano. A filosofia de Nietzsche, definitivamente, contradiz a tradição moral e aprofunda o debate sobre valores. Nietzsche aponta a pauta normativa comum às aceções tradicionais de liberdade como um fator decisivo de cooptação moral. A crença na noção de livre-arbítrio justificaria o impulso de julgar o próximo. Nietzsche se coloca como um psicólogo da moral observando os afetos que estão envolvidos na crença.

A crítica de Nietzsche à moral abre caminho para uma perspectiva extra-moral. Essa crítica visa demonstrar o caráter autocontraditório de certas concepções psicológicas idealistas, distantes da realidade e improváveis. Nietzsche observa que o conceito de livre-arbítrio é o alicerce da moral cristã. Ele identifica pressupostos metafísicos e psicológicos que denunciam a fragilidade epistêmica dos juízos morais. Nietzsche reduz ao absurdo as normas morais, apontando o dissenso entre os próprios moralistas desesperados com a dificuldade de estabelecer uma moral universal. Nietzsche demonstra que os pressupostos morais, além de serem insustentáveis, são obstáculos para o conhecimento, pois o esforço dos filósofos para justificar os pressupostos morais, toma lugar do senso crítico. Nietzsche nota que a moral promove um tipo de interpretação distorcida da natureza, se colocando na direção oposta da liberdade intelectual, criando uma atmosfera nociva à pesquisa realista do mundo. A crítica de Nietzsche se empenha em desacreditar a moral, procurando mostrar a impossibilidade de justificação racional das crenças morais. A honestidade intelectual se aproxima do compromisso com a liberdade. Medrado destaca que a cosmovisão nietzschiana concebe a vida como uma experiência de conhecimento. (G.C., s324) Conhecimento que é um mundo de perigos e conquistas. Somente quem vive para conhecer pode sorrir alegremente. A honestidade intelectual é um compromisso pessoal que fará a moral voltar-se contra si mesma (MEDRADO, 2023, p. 129).

Para Nietzsche, o compromisso com a honestidade intelectual é o que distingue homens superiores de homens inferiores. Autonomia e honestidade intelectual, não como renúncia ou sacrifício, mas como liberdade, tal qual exercício de força que mede alguém pela

capacidade de resistir. A inverdade também cumpre o seu papel na busca pelo conhecimento, proporcionando ao ser humano um descanso, que equilibra a nossa experiência epistemológica. Nietzsche estabelece uma interessante relação entre ciência e arte, como um pêndulo entre verdade e inverdade, em que a arte cumpre o papel de aliviar a carga da verdade. (G.C. §107) Medrado relaciona a honestidade intelectual diretamente ao compromisso com o valor de liberdade: “No que diz respeito à hierarquia de valores, segundo nossa interpretação, o compromisso com o valor de liberdade seria, em última instância, o motor capaz de sustentar o compromisso com a honestidade intelectual” (MEDRADO, 2023, p. 131).

É preciso cautela na interpretação do sentido da honestidade intelectual em Nietzsche. Não é como uma virtude, uma vaidade, uma estupidez. Do ponto de vista *imoralista* a honestidade intelectual cumpre um papel limitado, não sendo um valor incondicional. A honestidade intelectual se volta contra a moral e questiona o seu próprio valor. Nessa perspectiva de crise moral, a crítica atua como um efeito terapêutico. Uma vida psicologicamente saudável se desenha no horizonte de possibilidades de um contexto que se constitui como *imoralista*. O compromisso com o valor de liberdade se concretiza a partir de certas práticas e exercícios de força.

No livro já mencionado, *A Gaia Ciência*, ocorre pela primeira vez no texto de Nietzsche a expressão *instinto de rebanho*, que se opõe ao instinto de liberdade. O instinto de rebanho representa, justamente, o oposto da honestidade intelectual. Ele é motivado pelo medo do isolamento e da reprovação grupal. O instinto de rebanho estimula a suplantação da própria consciência intelectual, para evitar qualquer confronto. Toda sua agressividade se volta contra si mesmo e isso gera o ressentimento e o desejo de vingança que nunca se realiza, pela incapacidade de agir.

Para Nietzsche, há um tipo de egoísmo que consiste, justamente, em tornar-se forte o bastante para renunciar ao sentimento de vingança. A consciência de si faz com que o indivíduo banque o conflito com a pressão social. O instinto de rebanho exige o sacrifício do orgulho de si mesmo, para evitar o risco da má reputação. O compromisso com a liberdade e a honestidade intelectual exige coragem e magnanimidade. “Ser si próprio, estimar-se conforme uma medida e um peso próprios - era algo que ofendia o gosto. Um pendor para isso era tido por loucura: pois à solidão estavam associados toda miséria e todo medo.” (G.C. §117)

Nietzsche anuncia que a decadência da moral abre caminho para o instinto oposto ao de rebanho. Os sistemas morais reprimiram ao longo da história o instinto de liberdade, a vontade de poder dos indivíduos. No politeísmo grego, Nietzsche ainda enxerga a possibilidade de liberdade, já que os deuses faziam guerras entre si disputando, através de demonstrações de força, o título de mais poderoso. Por outro lado, reconhece que o monoteísmo reduziu o espaço da liberdade, propiciando um estreitamento dos modos de vida individuais, provocando um efeito regressivo na humanidade. O monoteísmo abasteceu o instinto de rebanho.

Nietzsche pensa o ser humano como animal não acabado, ainda não determinado, indefinidamente aberto para transformações. Haveria, portanto, uma infinidade de modos de vidas, regimes pulsionais e esquemas valorativos possíveis. A flexibilidade humana foi vista como um perigo pelos moralistas. O instinto de rebanho atua sempre no sentido de inibir tentativas de ações livres, procurando estabilizar o comportamento geral. A variedade de pensamento é a liberdade humana. Para o ser humano não há perspectivas eternas.

No entanto, a moral se arvora na intensificação do instinto de rebanho e do ponto de vista do rebanho nada parece mais ameaçador do que um indivíduo que pensa diferente. O homem do rebanho procura permanecer sempre o mesmo, abominando a mudança. O homem do conhecimento busca sempre superar-se, está em constante transformação. Enquanto o instinto de rebanho opera uma padronização no indivíduo fazendo com que ele não enxergue a possibilidade de autotransformação, o instinto de liberdade se compromete com a honestidade intelectual e com a vontade de potência. Medrado (2023, p. 140) diz que:

Até aqui, parece bastante clara a ideia de que o instinto de rebanho funciona como um opositor da liberdade de pensamento; sua principal função é evitar que o indivíduo perceba a si mesmo como indivíduo, e portanto como alguém capaz de desenvolver um ponto de vista próprio sobre si mesmo, seus impulsos, seus valores e hábitos, sua vontade e seus atos.

Na contramão de qualquer atividade autônoma e pessoal, o instinto de rebanho opera a fixação e padronização do ser humano (MEDRADO, 2023, p. 141).

Na tradição europeia, o sentido de *eu* já está implícito na estrutura da linguagem, como vimos anteriormente. Hábitos semânticos definem o contorno da autoimagem. O sujeito exerce uma função abstrata de sustentar as ações como causador. A moral na linguagem atua como mecanismo de constituição das subjetividades. Ela interfere diretamente nos mecanismos de satisfação dos impulsos. O instinto de rebanho se estabeleceu como o mais forte através da influência da moral. O comportamento padronizado guia os

impulsos e estabelece valores promovendo uma unidade grupal: “O instinto de rebanho teria, portanto, um efeito remodelador das conformações pulsionais dos sujeitos morais” (MEDRADO 2023, p. 141).

O sujeito da moral deve se tornar semelhante aos outros. Isso significa o contrário da criação de um *eu* e a negação da possibilidade de uma vontade pessoal. O sujeito moral desconhece a si mesmo. O egoísmo do homem moral é fantasmagórico, já que de fato não existe um *eu*, mas apenas uma névoa de opiniões morais. O instinto de rebanho impulsiona o sujeito moral e o força ao sacrifício da própria vontade, operando a máxima despersonalização no indivíduo. Nietzsche observa que esse instinto teve alguma utilidade em determinados períodos da história em que a cooperação e a solidariedade foram necessárias para a sobrevivência. Todavia, houve um momento da história em que o instinto de rebanho passou a representar uma ameaça para a evolução do conhecimento e para a própria saúde do ser humano. A exigência de uma filosofia da compaixão aos poucos destruiria a saúde dos indivíduos e conseqüentemente da cultura em geral. Nietzsche observa que quem sofre pelo outro, sofre duas vezes. A moral da compaixão enfraquece o indivíduo por ser uma regra inatingível, irrealizável. A moral da compaixão é filha do delírio com a hipocrisia. A moral que se propõe como remédio seria um agravante da própria doença. Doença que aliena o ser humano e enfraquece nele a vontade de potência, seu instinto vital.

Todavia, Nietzsche reconhece que mesmo a moral da compaixão, apesar de delirante, pode servir para conservar a vida. Pois para nós seria melhor desejar a ilusão do que não desejar coisa alguma. A obstrução da experiência pessoal se torna um empecilho para o aparecimento de tipos excepcionais. A extirpação de força como condição de sociabilidade produz uma sociedade decadente. O instinto de rebanho que é o instinto de obedecer é o instinto dominante nessa sociedade em crise. Apenas raros indivíduos contrariam essa regra. A princípio, pagam um preço caro, mas por fim, gozam de uma liberdade pessoal invejável, pois eles já não têm mais a má consciência em relação às atividades de mando.

Nietzsche indica que a moral europeia é a moral de animal de rebanho. Essa moral é alvo do martelo nietzschiano. Essa moral que tem a pretensão de universalidade e exclusividade (característica de toda moral) (MEDRADO, 2023, p. 149). O filósofo alemão aponta para o fato de que toda moral no fundo combate o que se tem de mais singular. Os indivíduos excepcionais seriam a exceção à regra moral; e prossegue a autora:

É possível dizer que a filosofia nietzschiana trava uma guerra específica contra a moral cristã, os outros sistemas morais, também eles instrumentos de obediência, arrebanhamento e arrefecimento, permanecem sob suspeita. [...].

A conquista de um ponto de vista supramoral inaugura uma nova relação com os valores, e seria atestada por uma redução da inclinação punitiva (MEDRADO, 2023, pp. 150/151).

Adiante, Medrado propõe que se analise nas obras da fase terminal da filosofia nietzschiana, a relação entre o valor de liberdade e a vontade de poder como forma de compreender como a liberdade promove mais poder e tentar seguir as pistas daquilo que poderiam ser as práticas de liberdade. Cada tipo de moral produz um homem específico a partir da valorização de um instinto dominante. Porém, Nietzsche observa que todos os tipos de moral revelam uma promoção do instinto de obediência. O instinto de liberdade tende a produzir um sujeito que se posiciona fora da lei.

O filósofo seria aquele que faria o papel de má consciência de seu tempo, acusando as contradições da moral, indicando o que deve ser ultrapassado. O instinto de liberdade seria o único capaz de fazer com que o indivíduo resista ao instinto de rebanho. Nietzsche se apresenta como o porta voz de uma nova fase da história humana, uma fase extra-moral, em que haveria a possibilidade da experiência de um novo tipo de liberdade, que traria um grande ganho para a saúde da cultura. Nos trechos que seguem, Medrado chega a conclusões importantes sobre o pensamento de Nietzsche em torno da liberdade:

O cultivo do instinto de liberdade está associado à realização da excelência daqueles indivíduos que conseguem atingir uma maior *integração* entre impulsos e valores, ao mesmo tempo em que cada impulso e valor tornam-se individualmente mais fortes. A maestria do tipo livre estaria em conseguir dar forma a essa profusão de potências pulsionais e valorativas, mantidas em pleno agonismo. (...) A unidade complexa que emerge seria tanto mais potente quanto apta a gerir-se sem recorrer à norma moral. Onde houver o instinto de liberdade, a possibilidade de engajar-se em uma prática libertária é a oportunidade de florescimento (MEDRADO, 2023, p. 152).

Nessa perspectiva, o instinto de liberdade financiaria um compromisso com um valor de liberdade que se concretiza através de práticas *imoralistas*. Essas práticas se desenvolvem a partir da vontade pessoal que dá forma a um *eu*, capaz de exercer cada vez mais sua vontade de poder. O indivíduo capaz de enfrentar as regras de seu tempo e de criar e impor seus próprios valores é o indivíduo livre nietzschiano.

Dentre os tipos de exceção, o tipo *mais livre* é de especial interesse na filosofia nietzschiana, e conta como destinatário de primeira ordem dos seus escritos. É aos potenciais realizadores desse tipo que Nietzsche endereça o seu próprio ideal de liberdade como um programa específico de cultivo de si, a ser realizado por engajamento pessoal no cultivo de impulsos e valores, mediante o qual se pode forjar uma vontade forte (MEDRADO, 2023, p. 152).

O cultivo de si parece ser um exercício de força e poder sobre os próprios instintos e valores, harmonizando-os, segundo uma vontade pessoal dominante. A liberdade em sentido nietzschiano, seria uma atividade de cultivo dos próprios impulsos e valores a partir de um referencial pessoal.

A *morte de Deus* representa o declínio da moral e a exigência de se criar novos referenciais culturais. Para realizar a tresvaloração moral é necessário o cultivo da liberdade. O tipo livre nietzschiano trará como promessa de ganho cultural, a partir de uma referência *imoralista*, a aquisição de um sentido histórico, crítico e afirmativo da própria herança.

Nietzsche deixa entender que o seu tipo livre forçaria outras pessoas a exercitarem sua potência criativa e se interessarem por si mesmos, contribuindo assim de uma forma política para a cultura (MEDRADO, 2023, p. 153). Um exemplo citado por Medrado seria a contribuição do próprio pensamento nietzschiano para promover uma cultura menos punitivista. Nietzsche propõe um experimento *imoralista* como forma de saída da moral e de criação de novos valores a partir de outras referências. Nietzsche não criou um sistema ético, esse não seria o caso, mas propôs um experimento em que se poderia pensar os valores a partir de referências, psicológicas, estéticas e políticas, afastando-se da moral, da religião e da metafísica. A capacidade de intensificar o engajamento e a integração entre os impulsos e os valores seria a própria essência da prática libertária nietzschiana. Nietzsche não escreve uma cartilha para nos dizer o que fazer, mas ele indica que é possível, a partir de uma vontade forte, questionar os valores vigentes e criar para si os próprios valores e encontrar um sentimento de poder na liberdade intelectual e psicológica. O experimento imoralista se baseia na oposição entre o tipo moral, motivado pelo instinto de rebanho e o tipo autônomo, motivado por uma vontade pessoal forte. O tipo livre é solitário, mas Nietzsche compreende que nesse caso a solidão seria uma virtude, a virtude dos fortes, dos livres. (ABM s284); de acordo com Medrado:

A maior vantagem de se abandonar o discurso moral a favor de um discurso político operado pela ideia de vontade de poder é abandonar de vez a impostura envolvida na exigência de que nossos valores se fundamentem em algo externo a nossas inclinações e interesses, enfim, em algo externo a nós mesmos (MEDRADO, 2023, p.155).

Nietzsche nota que toda moral produz valores falsos. Mas para o ser humano produzir valores é uma condição incontornável. Nietzsche admite que a crítica, isto é, a atividade intelectual, assim como toda atividade humana é produto de uma disputa de afetos, de modo que o conhecimento resulta não do enfraquecimento das paixões, mas de sua intensificação. Quando Nietzsche começa a pensar a agência humana a partir do conceito de vontade de

poder, essa mudança de abordagem sobre a atividade intelectual se torna cada vez mais clara no texto do filósofo, o que fundamenta o projeto de revalorização de valores.

Outro aspecto fundamental da crítica nietzschiana é o reconhecimento de que os afetos morais podem ser combatidos por outros tipos de valores. O desafio da filosofia nietzschiana desde então seria o de pensar novos valores a partir das negociações entre os impulsos, uma espécie de política dos afetos, orientada pelo conceito de vontade de poder. As vontades mais fortes ganham o direito de legislar sobre os valores. Nietzsche renuncia à noção de que seria possível justificar racionalmente a atribuição de valores. Todas as avaliações, em sentido nietzschiano, são condicionadas por um conjunto de fatores, muitos desconhecidos, contrariando a norma da tradição nesse quesito, que tende a buscar uma justificativa racional para toda ação humana. Ressaltando que forte e fraco são conceitos relativos e dependem da circunstância do embate entre as forças, a possibilidade de avaliar não mais a partir do crivo moral, mas da vontade de poder, ensejou um afastamento da normatividade moral e uma aproximação da política.

Medrado reconhece que Nietzsche não cria um sistema de valores e não conseguimos, sem distorcer suas ideias, extrair nenhuma regra incondicional em seu pensamento. Fato que desagrada a maioria dos leitores acostumados a pensar a partir da mesma lógica dos sistemas morais. Por outro lado, a autora reconhece que Nietzsche, sobretudo em suas obras finais, dedicou-se a elaborar um projeto político, uma agenda de intervenção na cultura. Medrado (2023, p. 158) buscará responder às seguintes questões: “Quem, como e sob quais condições alguém pode se construir para a liberdade?”.

E- Liberdade para quem?

A crítica nietzschiana ao livre-arbítrio abre espaço para a superação da moral, porém não há uma fórmula exata para isso. Nietzsche aposta nos tipos de exceção, ocupando o posto mais alto na hierarquia de valores. Naqueles em que fala mais alto o instinto de liberdade, que tem força para firmar um compromisso com um meta-valor de liberdade, que é vontade de poder. Se tudo é vontade de poder, vale mais quem expressa mais poder. Fraco e forte são conceitos relativos e não coisas em si. O arranjo de forças singular é que determina os tipos de exceção. Nietzsche foca no aspecto relacional do poder. O tipo livre expressa maior poder do que os outros. Ele tem uma forte disposição pulsional para a liberdade e isto é uma

fatalidade - ou se tem ou não se tem essa disposição. Todavia, o problema da liberdade se aplica ao caso de nos perguntarmos se essa disposição pode ou não ser cultivada.

O interesse de Nietzsche pelos tipos raros não se detém à sua possível utilidade para a sociedade, mas frisa esses modelos exemplares como possuidores de valor em si mesmos, como subjetividades excepcionais, raridades e complexidades que enriquecem o espaço do humano, é esse o entendimento de Medrado:

A existência desses tipos excepcionais, com sua valentia e razão criadora, frequentemente em contradição com a norma do tempo e espaço em que surgem, amplia o repertório dos afetos e modos de vida possíveis, e é possível reconhecer nessa mesma contradição o valor de sua contribuição (MEDRADO, 2023, p.185).

O tipo excepcional não segue um padrão, a não ser o princípio de fidelidade a si mesmo. Firmando um compromisso com a realização de suas aspirações mais nobres, mais elevadas, um compromisso com a própria singularidade. Buscando realizar a sua capacidade de pluralizar e intensificar as forças do *eu*. A liberdade assim seria uma disposição para uma prática, sempre incompleta de tornar-se o que se é. O perfeccionismo nietzschiano se dá em termos de intensidade de forças relacionais, um perfeccionismo com traços aristocráticos, indicando que possivelmente a liberdade jamais seria para todos. E a moral agravaria o problema gerando práticas que inflacionam o sofrimento, como um remédio que provoca outras doenças.

Nietzsche é um crítico das instituições e ideias modernas. Para ele, essas instituições moralizantes valeriam menos do que a luta necessária para instituí-las. Segundo Nietzsche, a luta oferece oportunidade para o exercício da liberdade. (Sessão 38 X, C.I.). Para o filósofo alemão os regimes democráticos modernos minaram as oportunidades do exercício de liberdade como expressão da vontade de potência. Apenas os tipos raros, como acasos felizes da humanidade, nos mostram que há diversas formas possíveis de se socializar. Nietzsche aponta para uma infinidade de interpretações possíveis.

Segundo Medrado, os comentários misóginos e racistas de Nietzsche devem ser interpretados como irrelevantes do ponto de vista filosófico - um traço lamentável, mas sem relevância para o pensamento filosófico. (Há outros autores, porém, que pensam diferente de Medrado e procuram encontrar o motivo desses comentários na lógica do pensamento nietzschiano).

O que parece inegável é que de fato Nietzsche ataca a moral e nessa luta contra a moral a principal força ativa é a disposição para a liberdade. Essa disposição para a liberdade, segundo Medrado, seria o princípio do enfrentamento político.

Medrado admite que o programa nietzschiano de radicalização do experimento imoralista como superação da moral não é o suficiente para fundamentar um sistema ético e nem é essa a intenção do filósofo alemão. A autora também admite que Nietzsche não pretende fundar uma proposta de um novo regime político. Todavia, Nietzsche está propondo um experimento de tresvaloração de todos os valores, a partir de um compromisso com um meta-valor de liberdade, que preza pela singularidade e pela independência, como exaltação da raridade, da exceção e da complexidade em contraposição à metafísica de carrasco cristão com sua cultura punitivista.

Em Nietzsche, o que está em jogo é a disputa entre o ideal ascético e a inocência do puro dever. A contribuição de Nietzsche é a crítica à moral que sustenta a política liberal moderna, além do elogio dos tipos que se opõem radicalmente a ela, abrindo caminho para a criação de novas formas de viver; de acordo com Medrado:

Acima de tudo, a primazia do valor de liberdade no interior do programa nietzschiano se justifica enquanto condição de criação de novos valores - (...) O tipo livre oferece sua contribuição singular à cultura na medida em que, contra todas as expectativas do modo de vida moderno, consegue afirmar, com autonomia, que algumas coisas são dignas de maior valor do que outras, e fazê-lo de forma não-moral (MEDRADO, 2023, p. 191).

O compromisso com a liberdade não é o bastante para fundar um sistema ético, nem um regime político, mas cumpre um papel decisivo na filosofia de Nietzsche, na questão da superação da perspectiva moral. Para a filósofa, o ideal de liberdade nietzschiano se firma como combustível do enfrentamento político com as formas modernas de produção cultural. Nietzsche é honesto quando renuncia à pretensão de fundar valores definitivos.

Medrado nota que há tendências a querer domesticar a filosofia nietzschiana, tentativas de aparar as arestas dessa filosofia complexa para tentar colocá-la de acordo com determinadas intenções morais. O texto nietzschiano não cria sistemas de soluções gerais e definitivas, o que dá margem para uma multiplicidade de perspectivas de leitura de sua obra. A crítica radical de Nietzsche à modernidade, tem como um dos seus alvos a redução da política à moral. Medrado entende que o texto de Nietzsche indica que seria possível superar a moral pela política dos instintos.

F- Política dos instintos

Na tradição interpretativa da obra nietzschiana há uma tendência em compreender o cultivo de si como uma estética de si, substituindo a moral pela estética: promoção do cultivo de si mesmo como obra de arte. Medrado afirma que ocorre simplesmente a troca da noção de bom pela noção de belo, e isso não parece ser exatamente a proposta nietzschiana. Essa aproximação metafórica pode ter sido precipitadamente mal interpretada, sendo tomada pela crítica ao pé da letra. Há nisto um suave moralismo por trás dessa operação de redução da moral à estética:

A leitura esteticista parece deixar de fora um aspecto importante da filosofia nietzschiana: a ideia de ‘dar forma’ ou ‘conferir estilo’ ao próprio caráter se refere a uma prática que vai além da mera ‘ressignificação’ e ‘conciliação psicológica’, pois ela diz respeito a um rearranjo a nível dos instintos (MEDRADO, 2023, p. 193).

Medrado frisa um fato que parece passar despercebido aos que aderem à interpretação de que Nietzsche propõe a redução da moral à estética: a função terapêutica do cultivo de si. A função de libertar o sofredor do sofrimento provocado pela moral; a libertação nem sempre ocorre em termo de reconciliação psicológica, mas geralmente pode vir por algum rearranjo de forças políticas, como, por exemplo, a extinção do castigo.

Pode haver conflito entre a visão estética e o compromisso com a honestidade intelectual, já que a arte não tem compromisso com a verdade. Nietzsche é um crítico do Iluminismo e das ideias modernas, mas não chega a reduzir toda a moral ao estético, sua crítica é específica à cultura do liberalismo e aos ideais de democracia, igualdade e livre arbítrio e essa crítica levaria a uma recondução dos valores no sentido político. Nietzsche usa um modelo explicativo político para definir o que significa vontade de poder, nisto consiste o problema de Nietzsche. Medrado reconhece que há muitas dúvidas sobre as consequências da crítica de Nietzsche ao conceito de igualdade, por exemplo. A própria noção de justiça seria problemática. Nietzsche não diz muito sobre economia, sua ênfase parece ser em um tipo de política aristocrática, centrada em tipos excepcionais. Entretanto, Medrado reconhece que o texto de Nietzsche não indica nenhum sistema político a ser adotado como ideal. A autora pondera, admitindo que talvez o próprio Nietzsche estivesse ciente de que sua obra fosse eficiente como crítica e teria como consequência trágica ser insuficiente como solução. Mesmo assim, é possível encontrar na obra de Nietzsche um método realista de análise política a partir da genealogia das relações de poder. O vocabulário que Nietzsche utiliza para explicar a vontade de poder e suas relações é político. Há em Nietzsche uma proposta de separação entre moral e política, com predominância da política sobre a moral. Nietzsche aposta nos tipos de exceção, aqueles que são capazes de cultivar a si mesmos, os tipos mais

livres, no sentido de serem capazes de afirmar a própria singularidade contra a tradição moral,

[...] o *tipo mais livre* e também mais potente, seria aquele capaz de gerir a vida política dos próprios instintos e valores segundo um princípio de liberdade. (...) Trata-se, portanto, de uma dinâmica política de construção de si, tanto no que diz respeito ao arranjo pessoal dos instintos, afetos, valores, e os conflitos internos a eles, quanto no que diz respeito ao jogo de forças sociais e culturais (MEDRADO, 2023, p. 197).

Medrado reconhece, por fim, o papel importante da estética no imoralismo nietzschiano. Segundo ela, o experimento imoralista convoca tanto a arte como a ciência para a superação da moral. Ela compreende que Nietzsche indica que é preciso juntar arte e ciência contra a moral. Porém, é em sentido político que está colocado o problema da liberdade. É em termos políticos que Nietzsche concebe a vontade de poder como instinto de liberdade e como motor das transformações sociais.

Medrado conclui que o *imoralismo* nietzschiano está na esfera da experimentação e qualquer julgamento que pudesse tirar conclusões definitivas sobre esse experimento poderia ser considerado precipitado. Para ela, a princípio, esse experimento de cultivo de si a partir de um valor de liberdade deve ser pensado de uma perspectiva política.

Terceira parte: uma perspectiva psicológica da liberdade

Em *Ecce Homo: Como alguém se torna o que é* (1908), autobiografia que só foi publicada postumamente, Nietzsche indica a leitura de *Crepúsculo dos ídolos ou Como se filosofa com o martelo* (1888), para quem quiser sucintamente entender como ele rompeu com a tradição filosófica racionalista e colocou-se a missão de criar novos valores. Segundo o filósofo, trata-se de um resumo e ao mesmo tempo uma introdução ao seu pensamento. Ele diz:

Quem quiser formar rapidamente uma ideia do modo como tudo estava às avessas antes do meu aparecimento, comece por este livro. O que na capa se chama ídolo é simplesmente aquilo que até agora se chamava verdade, *Crepúsculo dos ídolos* quer dizer, em linguagem pobre: a verdade antiga se aproxima do seu fim” (NIETZSCHE, 2000. pp.108/109)...

No prefácio de *Crepúsculo dos ídolos*, Nietzsche declara guerra aos ídolos, isto é, às *verdades absolutas*, dentre elas, o livre-arbítrio, e anuncia sua missão de criar novos valores, afastando-se radicalmente do modo tradicional de filosofar, propondo um método pessoal: fazer perguntas com o martelo - o que pode significar dar toques suaves para auscultar o somoco desses famosos ídolos criados pela razão ou para destruí-los e esculpir novos valores para si mesmo.

A estratégia Nietzscheana é ao mesmo tempo observar psicologicamente a história da razão, ouvir as causas que fundamentam as crenças primitivas em falsos ídolos, elaborar os

argumentos que refutam essas crenças e por fim propor uma *tresvaloração de todos os valores*. A filosofia ao mesmo tempo crítica e criativa de Nietzsche tem, portanto, um alvo: as verdades absolutas. Um método peculiar: fazer perguntas com o martelo e escrever sentenças que se sustentam. Ele tem também um projeto próprio: a proposição de um experimento radical de inversão dos valores estabelecidos, que tem por objetivo abrir caminho para a criação de novos valores.

Para Nietzsche, a crença na verdade é a base psicológica que formatou toda a cultura no Ocidente, desde Sócrates até a modernidade. Nietzsche critica, consequentemente, a própria forma de pensar instaurada por Sócrates e Platão, que influenciaram tanto o cristianismo quanto o iluminismo. Por isso, seu modo de filosofar se afasta das convenções sistemáticas, dos modelos racionais usuais e incorpora diversos gêneros literários. Ele escreve em aforismos. A esse respeito ele diz: “O aforismo, a sentença, nos quais sou o primeiro a ser mestre entre os alemães, são as formas de ‘eternidade’; minha ambição é dizer em dez frases o que qualquer outro diz em um livro - o que qualquer outro não diz em um livro” (NIETZSCHE, 2023, p. 84) ...

Nietzsche considera *Crepúsculo dos ídolos* o livro mais independente de sua obra. Nele o autor cria com liberdade duramente conquistada uma nova forma de ver as coisas, radicalmente inversa à forma tradicional. Desde o título do livro e seu prefácio, Nietzsche sugere que nada em sua filosofia é gratuito e tudo ali se refere a uma cultura específica, criada por indivíduos que tiveram muito mais interesses relacionados ao poder do que ao conhecimento em si. O título desse livro também faz alusão à ópera de Wagner intitulada de *Crepúsculo dos deuses*. Nietzsche foi entusiasta de sua música, mas depois rompeu com Wagner, tornando-se um crítico impiedoso de sua obra.

Nietzsche usa o diálogo com outros filósofos e artistas para criar a sua própria filosofia, que em suma é assumida como forma essencial de vida, numa atitude positiva, experimental, no cultivo de um amplo olhar que procura ver o mundo em todas as suas perspectivas possíveis, como um espírito livre, guerreiro, sempre disposto a enfrentar a tradição e os desafios de criar, afastando-se do passado, rumo ao futuro, ainda desconhecido.

Na obra *Crepúsculo dos Ídolos*, Nietzsche realiza de modo não convencional uma crítica radical à modernidade e à tradição metafísica e religiosa do ocidente. Ele direciona de forma incisiva suas críticas contundentes, tanto aos indivíduos, quanto às instituições políticas. Segundo o próprio filósofo, esse livro seria sobre como filosofar com o martelo. Tal

metáfora parece insinuar algo sobre como o pensador alemão desenvolveu seu modo singular de filosofar.

A - Erro de interpretação

Tradicionalmente, a liberdade esteve associada diretamente à razão e esta por sua vez projetada como verdade absoluta em oposição aos sentidos, que seriam falseadores da realidade. Para Nietzsche, isso foi um erro de interpretação que custou muito caro para a cultura do ocidente. Analisando a história da evolução do pensamento ocidental desde a antiguidade, Nietzsche observa que em um dado momento a cultura grega entra em decadência. Um sintoma evidente disso é o consenso negativo entre os sábios a respeito do valor da vida. Segundo ele: “Em todos os tempos, os homens mais sábios fizeram o mesmo julgamento da vida: ela não vale nada” (NIETZSCHE, 2023, p. 14)... Para Nietzsche, cabe questionar até que ponto esse consenso niilista seria prova da verdade. De sua perspectiva, esse pessimismo crônico seria o sintoma de uma cultura em decadência. A sabedoria no sentido tradicional seria posta em questão. Nietzsche fala desses sábios como *tipos de decadência*: “eu percebi Sócrates e Platão como sintomas de declínio, como instrumentos de dissolução grega (...)” (NIETZSCHE, 2023, p. 14). Ele identifica na figura de Sócrates um óbvio sintoma de uma grave decadência cultural. Para Nietzsche, o fato dos homens considerados mais sábios julgarem em consenso que a vida seria sem valor, depõe contra sua suposta sabedoria, expressando como isso ocorreu em decorrência de um erro fundamental de julgamento. Para Nietzsche, o fato dos sábios terem de se posicionar negativamente em relação à vida deve ter a ver com a sua crença cega na razão.

Nietzsche entende que os juízos são sempre tendenciosos e, portanto, ilógicos e injustos. Como parte interessada na vida, nunca somos bons juízes, pois a impossibilidade de neutralidade no julgamento faz com que, no limite, todo juízo seja falso. Nietzsche diz: “Juízos, juízos de valor acerca da vida, contra ou a favor, nunca podem ser verdadeiros, afinal; eles têm valor apenas como sintomas, são considerados apenas enquanto sintomas - em si, tais juízos são bobagens” (NIETZSCHE, 2023, p. 15). Segundo Nietzsche, a razão deve chegar ao seu limite para perceber com fineza que em última instância “o valor da vida não pode ser estimado” (NIETZSCHE, 2023, p. 15). Pois somos sempre partes interessadas e isso nos impossibilita de ser devidamente justos. “Que um filósofo enxergue no valor da vida um problema é até mesmo uma objeção contra ele, uma interrogação quanto à sua sabedoria,

uma não sabedoria. - Como? Todos esses grandes sábios - eles não teriam sido apenas *décadents*, não teriam sido nem mesmo sábios (NIETZSCHE, 2023, p. 15)? Nietzsche, não apenas diagnostica os sábios como tipos decadentes, como chega a questionar sua sabedoria, pois será que se perguntar sobre o valor da vida já não seria um sintoma de decadência, de niilismo?

Nietzsche toma Sócrates como um tipo exemplar de decadência. Considerado como o homem mais sábio de Atenas, Sócrates, segundo Nietzsche, foi um pessimista exemplar, um modelo de decadência. Nietzsche nos apresenta um Sócrates burlesco e caricato, em quem tudo é exagero e afetação, como um ignorante ressentido e covarde, cheio de segundas intenções, em quem os instintos em total desordem permitiram que a razão tiranizasse a forma de pensar. “Não apenas a anarquia e o desregramento confesso dos instintos apontam para a *décadence* em Sócrates; também a superafetação do lógico e a *malvadez de raquítico* que é sua marca” (NIETZSCHE, 2023, p. 15). Adiante, Nietzsche sentencia e questiona: “Com Sócrates, o gosto grego se altera em favor da dialética: que acontece aí propriamente” (NIETZSCHE, 2023, p. 16)?

Nietzsche compreende a dialética como uma estratégia dos fracos contra os fortes, como um instrumento de dominação. O que a dialética gostaria de provar para Nietzsche é de pouco valor, pois segundo ele o que é evidente por si só não necessita de demonstração, pode ser notado pelos sentidos. De acordo com Nietzsche: “Escolhe-se a dialética apenas quando não se tem outro recurso. Sabe-se que ela suscita desconfiança, que não convence muito. (...) a dialética pode ser usada apenas como legítima defesa, nas mãos daqueles que não possuem mais outras armas” (NIETZSCHE, 2023, p. 16). A dialética pode servir aos tiranos. Ela pode servir para levantar suspeitas sobre os instintos da própria vida. Nietzsche questiona se, justamente, a ironia de Sócrates não seria uma expressão de fraqueza e ressentimento. Para Nietzsche, o dialético tira a potência do adversário, fazendo-o ter de provar que ele não é um idiota. Nietzsche pergunta se a dialética não seria uma forma de vingança de Sócrates contra os poderosos, um mero instrumento de poder, usado por ele de forma tirânica, e que no fundo seria sem valor algum para o conhecimento de fato.

Sócrates poderia ser repugnante aos seus adversários, mas ao mesmo tempo fascinante para os jovens e inexperientes gregos. De acordo com Nietzsche, ele despertou o instinto de competição entre os jovens atenienses, ele foi, por assim dizer, um erótico. Se por um lado, parecia asqueroso e repugnante, por outro fascinava os ignorantes com sua lábia dialética, instigando-os a um jogo inútil para o conhecimento, mas bastante útil ao poder.

Todavia, Nietzsche não enxerga Sócrates como uma exceção, mas como expressão de uma decadência cultural patológica em andamento. Sócrates surge como sintoma e como cura ao mesmo tempo, o que para Nietzsche é absurdo, mas é justamente esse absurdo que fundamenta a guerra da razão contra os sentidos em desordem. Os instintos em total desregramento justificariam uma tirania da razão. Nietzsche diz:

A racionalidade foi então percebida como salvadora, nem Sócrates nem seus ‘doentes’ estavam livres para serem ou não racionais (...) O fanatismo com que toda a reflexão grega se lança à racionalidade mostra sua situação de emergência: estavam em perigo, tinham uma única escolha: sucumbir ou - ser *absurdamente racionais*... O moralismo dos filósofos gregos a partir de Platão é determinado patologicamente; assim também a sua estima da dialética (NIETZSCHE, 2023, p. 18).

Para Nietzsche, o racionalismo socrático, que tem como instrumento de poder a dialética, foi sintoma de duas doenças. A primeira é o desregramento dos instintos e a segunda é a guerra contra os instintos como cura. A partir de Platão, o moralismo, fruto da crença na razão como cura, se manifesta como uma doença cultural. A guerra da razão contra o instinto se firmou historicamente como negação da própria vida. Nietzsche escreve:

(...) toda a moral do aperfeiçoamento, também a cristã, foi um mal-entendido... A mais crua luz do dia, a racionalidade a todo custo, a vida clara, fria, cautelosa, consciente, sem instinto, em resistência aos instintos, foi ela mesma apenas uma doença, uma outra doença (...) *Ter* de combater os instintos - eis a fórmula da *décadence*: enquanto a vida ascende, felicidade é igual a instinto” (NIETZSCHE, 2023, p. 18). -

Para Nietzsche, os filósofos desde Sócrates enganam-se a si mesmos ao fazerem guerra contra os instintos. Nietzsche identifica os instintos com a própria vida e, portanto, uma vida feliz deve ser uma vida em que os instintos se ordenam de maneira a produzir pessoas saudáveis. Sócrates não era um médico, pelo contrário, ele esteve doente. Por muito tempo foi acometido por dois males graves: o desregramento dos instintos e a tirania da razão, que se expressa como guerra aos instintos, o que para Nietzsche significa a negação da própria vida. Sócrates representou a decadência grega, expressa no fanatismo em torno da razão, da dialética como forma de pensar e da guerra contra os instintos, que se manifestou como niilismo crônico em relação à vida. Se durante muito tempo a razão foi considerada sinônimo de sabedoria e os instintos como símbolos de ignorância, Nietzsche aponta justamente para o contrário, invertendo a fórmula tradicional. Para ele, o entusiasmo excessivo em torno da razão foi um sintoma de decadência, um falseamento da vida, pois, vida, para Nietzsche, é instinto. A negação dos instintos é a negação da própria vida.

Nietzsche destitui a razão do posto de comando e elege os instintos como forças vitais necessárias. Agora a razão seria mais um instinto humano, dentre outros. Para Nietzsche, aos filósofos em geral falta o sentido histórico e sobra o ódio contra a noção de vir-a-ser. Nietzsche os chama de idólatras de conceitos. Os filósofos não querem ter de lidar com as transformações constantes e pretendem olhar os objetos apenas de uma única perspectiva. A noção de que os sentidos nos enganam sobre a realidade do mundo é um erro de interpretação da razão. A moral, segundo Nietzsche, se fundamenta como negação dos sentidos e do vir-a-ser histórico. A moral como foi tradicionalmente ensinada representa para Nietzsche a negação do corpo em nome de conceitos da razão. Para ele, os sentidos não mentem na medida em que nos mostram o vir-a-ser. A mentira é acrescentada ao seu testemunho pela razão. “A razão é a causa de falsificarmos o testemunho dos sentidos” (NIETZSCHE, 2023, p. 21). Nietzsche diz: “O mundo ‘aparente’ é o único: o ‘mundo verdadeiro’ é apenas acrescentado *mendazmente*... Portanto, não são os sentidos que mentem, mas a razão, ao interpretar seus testemunhos. A razão falseia a experiência corpórea criando ídolos.

Só é possível haver alguma ciência na medida em que se pode confiar no testemunho dos sentidos. É necessário aprender a interpretá-los de modo que nos sejam úteis e nos proporcionem saúde. Nietzsche entende que a metafísica e a lógica formal não tem nada a ver com a realidade e para que essas linguagens se mantivessem minimamente coerentes enquanto sistemas foi necessário negar totalmente a realidade, o corpo, os sentidos, os instintos, a própria vida, em nome de conceitos vazios como: unidade, substância, duração e materialidade.

Nietzsche nota que outro aspecto comum entre os filósofos consiste em que eles tomam sempre o conceito mais abstrato como o mais elevado e o concebem como causa primeira. Esse equívoco tem graves consequências. Os conceitos mais gerais e abstratos, os que vêm por último são colocados no princípio. Para Nietzsche, isso é decorrente do modo de venerar ídolos, próprio desses filósofos racionalistas. Tudo que vem primeiro deve necessariamente ser causa de si. Esse pensamento absurdo é o fundamento da moral. Assim se chega ao conceito de Deus, o mais vazio e elevado, posto antes de tudo, como causa de si. Nietzsche entende essa manobra da razão como um falseamento da realidade. E esse erro custou caro para a humanidade.

O erro está enredado na própria estrutura da linguagem. Quando pensamos, a crença cega em conceitos como *ser*, unidade, substância, duração, materialidade nos induz ao erro no ato de julgar. Para Nietzsche, não há unidade de fato ou qualquer substância na natureza,

esses conceitos são projeções racionais. A razão seria a própria estrutura da linguagem. Nietzsche diz: “A linguagem pertence, por sua origem, à época da mais rudimentar forma de psicologia: penetramos um âmbito de cru fetichismo, ao trazermos à consciência os pressupostos básicos da metafísica da linguagem, isto é, da razão” (NIETZSCHE, 2023, p. 22). O mundo empírico contradiz o mundo da razão. A linguagem tal como é estruturada pela razão nos conduz ao erro. A crença na vontade como causa, no eu como substância, no ser como essência, na coisa em si, fez com que o sujeito se visse forçado a negar a própria realidade e criasse um outro mundo imaginário, divino, de onde viemos e para onde deveríamos voltar, um mundo ideal, bom, verdadeiro, muito diverso deste mundo das aparências, que foi julgado imperfeito, ruim e falso. Assim, tudo o que vem do corpo foi tido como negativo, apenas os ideais da razão foram levados em conta. O conceito de *ser* induziu ao erro da concepção de unidade, de essência e de Deus. Nietzsche sentencia: “A razão na linguagem: oh, que velha e enganadora senhora! Receio que não nos livraremos de Deus, pois ainda cremos na gramática” (NIETZSCHE, 2023, p. 23)...

B - Quatro teses nietzschianas

Nietzsche resume essa visão tão nova, esse movimento de análise psicológica das causas do erro fundamental da moral em quatro teses. A primeira tese indica que o mundo aparente é o único mundo real, qualquer outra espécie de realidade é indemonstrável. A segunda tese diz que o mundo dito verdadeiro em oposição ao mundo da aparência é uma ilusão de ótica moral. A terceira tese afirma que não há sentido em imaginar outro mundo, a não ser como forma de vingança contra a realidade desta vida. A quarta tese diz que dividir o mundo entre verdadeiro e aparente seria um sintoma de decadência.

Nietzsche intitula A história do erro, iniciada por Platão, que se identifica com a verdade enquanto ideia, preparando o terreno para o cristianismo, que surge com a promessa de um paraíso depois da morte, e posteriormente, do ceticismo como ideal da descrença no ideal, seguido do positivismo científico, que apostou todas as fichas na objetividade da razão, e então, por fim, sem compaixão pela crença na verdade, a crítica nietzscheana refuta definitivamente o conceito de mundo verdadeiro.

Em oposição ao filósofo niilista, aquele que sempre diz não, ao moralista que nega a aparência em nome da crença em conceitos da razão, Nietzsche projeta a figura do artista trágico, o poeta dionisíaco, aquele que ao invés de negar, afirma a vida em sua totalidade,

mesmo em seus momentos mais terríveis, ele é o espírito livre que diz *sim* para a vida, sendo capaz de se alegrar mesmo na dor, pois nela reconhece as vantagens de estar vivo.

C - Moral contra a natureza

Para Nietzsche, a moral tal como foi ensinada tradicionalmente se opõe à natureza. Segundo ele, a principal máxima de toda moral tradicional ordena que se matem as paixões. Querer eliminar da vida as paixões é o equivalente a querer aniquilar a própria vida. Castrar as paixões não é o melhor jeito de lidar com as paixões. Nietzsche nota que esse tipo de moral nega a própria natureza, enquanto vir-a-ser. Se as paixões, por vezes, nos arrastam a agir como estúpidos, o que é inegável que provavelmente ocorra em muitos casos, parece que para Nietzsche seria uma paixão ainda mais stupidificante aquela que desejasse extirpar definitivamente todas as paixões. Nietzsche compreende que Platão influenciou o cristianismo e este por sua vez buscou convencer os povos de que a crença de alguns indivíduos seria mais importante do que a própria natureza, concebendo uma natureza racional, a semelhança de seu ideal, isto é, de sua fraqueza, de sua covardia, de seu ressentimento e de seu instinto de vingança, concebendo um Deus segundo seu próprio ideal, atribuindo-lhe seu próprio impulso de vingança. Nietzsche compreende esse impulso, essa guerra contra a sensualidade, como um sintoma de decadência, uma patologia psíquica, que faz com que o ser humano crie leis que negam a natureza como devir.

Nietzsche compreende que melhor do que tentar aniquilar as paixões seria desejar a sua espiritualização. Enquanto o cristianismo condena o contraditório, desejando eliminar do mundo sua parcela essencial em nome de uma crença ilusória, Nietzsche entende que seria melhor abraçar o contraditório e se situar nele como vir-a-ser. Por exemplo, se tradicionalmente os cristãos buscaram eliminar seus inimigos, Nietzsche propõe que se cultive a inimizade, isto é, que se compreenda o valor de colocar sempre suas próprias ideias à prova no combate com o seu contraditório. Nesse sentido ele diz: “Somos fecundos apenas sob a condição de que a alma não relaxe, não busque a paz” (NIETZSCHE, 2023, p. 29)... Nietzsche faz um elogio da inimizade vista como um antagonismo saudável para o desenvolvimento da criatividade. Do ponto de vista judaico-cristão, que deseja stupidamente aniquilar o contraditório, a inimizade deve acabar por meio de uma guerra santa, que irá exterminar definitivamente o inimigo e proporcionar a paz de espírito eterna a seu povo. Mas do ponto de vista do *imoralista*, que pauta suas ações pensando na evolução de si mesmo, que

percebe que a vida é uma guerra entre forças contraditórias em constante embate, é necessário inserir-se nesse vir-a-ser sem desejar a paz de espírito pregada pelo cristianismo, mas apenas consciência ampla da grande vida. “Renunciamos à grande vida, ao renunciar à guerra” (NIETZSCHE, 2023, p. 29)... diz Nietzsche.

Segundo ele, estados de prazer fisiológico podem ser confundidos com a paz de espírito, mas isso seria apenas uma alegre consequência de estar sempre disposto ao combate, de estar forte e saudável. O sentimento de liberdade é em Nietzsche uma disposição para a guerra. Não no sentido cristão de guerra, mas num sentido psicológico. Em *Crepúsculo dos ídolos*, Nietzsche declara guerra aos ideais da razão, que justificaram a violência moral contra a natureza. Ele diz:

Darei formulação a um princípio: Todo naturalismo na moral, ou seja, toda moral *sadia*, é dominado por um instinto de vida (...) A moral *antinatural*, ou seja, quase toda moral até hoje ensinada, venerada e pregada, volta-se, pelo contrário, justamente *contra* os instintos da vida - é uma condenação, ora secreta, ora ruidosa e insolente desses instintos (NIETZSCHE, 2023, p. 29/30).

Nietzsche ataca rigorosamente uma ideia muito cara à tradição, a saber, o conceito de Deus, sacralizado pelo cristianismo, que ele coloca como o principal inimigo da vida, como um impulso antinatural. Ele diz: “A vida acaba onde o ‘Reino de Deus’ começa” (NIETZSCHE, 2023, p. 30)...

A moral cristã se manifestou historicamente como revolta contra a vida. Para Nietzsche, isso prova que a revolta nem sempre é útil ou saudável, ela pode ser apenas a expressão de vontade fraca, de ressentimento, de impulso de vingança. Quando a igreja condena o sexo, condena a própria vida. “Uma condenação da vida por parte do vivente é, afinal, apenas o sintoma de uma determinada espécie de vida” (NIETZSCHE, 2023, p. 30). Nietzsche avalia que o fato de se ter levantado o problema do valor da vida como algo crucial é justamente o sintoma de uma certa forma de pensar, que leva inevitavelmente a razão ao absurdo. A moral antinatural projeta a imagem de Deus como antítese e condenação da vida. Ela é produto de um certo tipo de vida, uma vida decadente, doente, antinatural.

Há em Nietzsche uma noção de natureza radicalmente oposta à noção racionalista. Enquanto a moral tradicional dita regras à natureza para que ela se encaixe em seus sistemas, Nietzsche concebe uma natureza imprevisível, ilógica, indomável, que não produz modelos, mas apenas diversidade, onde não há unidades fixas, entidades imutáveis. A esse respeito ele diz: “A realidade nos mostra uma fascinante riqueza de tipos, a opulência de um pródigo jogo e alternância de formas” (NIETZSCHE, 2023, p. 30).

Para Nietzsche, os indivíduos fazem parte de um todo, que é um vir-a-ser. Desejar que o indivíduo não seja como ele é é desejar que a própria natureza não seja o que é. “O indivíduo é, de cima a baixo, um a parcela de *fatum* (fado, destino), uma lei mais, uma necessidade mais para tudo o que virá e será. dizer-lhe ‘mude’ significa exigir que tudo mude, até mesmo o que ficou para trás” (NIETZSCHE, 2023, p. 31)... Para Nietzsche, foi uma tolice nada pequena cometida por parte dos moralistas querer fazer do ser humano outra coisa diferente do que realmente é. Para isso foi necessário falsear a realidade, negá-la, por assim dizer. Ao fazê-lo, os moralistas projetaram ideias antinaturais no sentido em que negavam a realidade, isto é, a aparência, o corpo. Contra esse tipo moralista, Nietzsche incorpora o tipo imoralista. Ele diz: “Nós, imoralistas, pelo contrário, abrimos nosso coração a toda espécie de entendimento, compreensão, *abonação*. Nós não negamos facilmente, buscamos nossa distinção em sermos *afirmadores*” (NIETZSCHE, 2023, p. 31).

A doente razão do sacerdote quis fazer do ser humano algo diverso de si, na sua ânsia insana de querer projetar no mundo o retrato fixo de sua covardia e de sua fraqueza em forma de negação da natureza enquanto devir. Os moralistas fizeram do mundo um reduto de indivíduos doentes. Todavia, Nietzsche anuncia que o fim dessa era está por vir. O que quer dizer que ele mesmo já é o indício de que a natureza não se deixa moldar.

D - O sentido da guerra contra os instintos

Contra a moral e a educação metafísica, a guerra proposta por Nietzsche é psicológica, pois busca através da razão combater os fantasmas que ela mesma criou, fantasmas esses que se encontram enredados na própria estrutura gramatical. De uma perspectiva em que tudo muda o tempo todo, ele anuncia a mudança em curso: Cada vez mais nossos olhos enxergarão a economia que necessita e sabe aproveitar tudo o que é rejeitado pelo santo desatino do sacerdote. Tudo o que até então foi considerado mal pela igreja, Nietzsche compreende provisoriamente como bom. Provisoriamente, pois tudo é vir-a-ser e provavelmente um dia essa discussão seja superada e esquecida e Nietzsche quando olha para o futuro certamente já conta com isso. Não se trata de mero otimismo, mas de compreender que a mudança é sempre inevitável. Não se trata de prever os fatos, mas de constatar que tudo evolui naturalmente, isto é, illogicamente, o que Nietzsche não compreende necessariamente como algo ruim, muito pelo contrário. Nietzsche compreende que a natureza se mostra ilógica aos nossos sentidos e que na tentativa de racionalizá-la o ser humano cometeu quatro erros fundamentais. O primeiro erro é o de confusão entre causa e consequência. Nietzsche

diz: “Não há erro mais perigoso do que *confundir a consequência e a causa*: eu o denomino a verdadeira ruína da razão. (...) cada tese formulada pela religião e pela moral o contém; sacerdotes e legisladores da moral são os autores dessa corrupção da razão” (NIETZSCHE, 2023, p. 32).

A tradição moral e religiosa ditou as ações ideais para se atingir a felicidade. Nietzsche propõe justamente a inversão desta fórmula (primeiro exemplo de sua *tresvaloração de todos os valores*). Conforme seu pensamento, um sujeito *naturalmente* feliz terá determinados tipos de comportamentos que poderão se considerar virtuosos. Sua virtude seria justamente o efeito de sua felicidade. Trata-se de uma questão fisiológica. As ações dos indivíduos são consequências de sua disposição física. Um indivíduo saudável age segundo os instintos da vida. Nietzsche inverte a fórmula tradicional que confunde causa e efeito:

A Igreja e a moral dizem: “o vício e o luxo levam uma estirpe ou um povo à ruína”. Minha razão *restaurada* diz: se um povo se arruína, degenera fisiologicamente, *seguem-se* daí o vício e o luxo (ou seja, a necessidade de estímulos cada vez mais fortes e mais frequentes, como sabe toda natureza esgotada (NIETZSCHE, 2023, p. 33).

Para Nietzsche, os instintos são forças vitais que desempenham papéis fundamentais na existência humana. Querer opor a razão aos instintos é uma fórmula fadada ao fracasso. A felicidade e a liberdade humana dependem da vida instintiva. Segundo Nietzsche: “Cada erro, em todo sentido, é consequência da degeneração do instinto, da desagregação da vontade: com isso praticamente se define o *ruim*. Tudo *bom* é instinto - e, portanto, leve, necessário, livre” (NIETZSCHE, 2023, p. 33). Nietzsche observa que, historicamente, essa guerra da razão contra o instinto fez o ser humano entrar em contradição com sua própria vida. Para Nietzsche, a tradicional fórmula moral da felicidade e da liberdade atrelada à razão nega a realidade da natureza.

E- Explicação psicológica dos erros da razão

Em *Crepúsculo dos ídolos*, Nietzsche nos fornece uma explicação psicológica para o fato de a cultura ocidental ter se lançado com tanto fanatismo sobre a razão, depositando toda sua esperança de progresso em ideias que falseiam a realidade empírica em nome de promessas de felicidade, igualdade, liberdade e fraternidade.

O segundo erro é a concepção de uma falsa causalidade. Nietzsche observa que durante muito tempo acreditamos piamente que sabíamos o que é uma causa. Todavia,

Nietzsche questiona: O que legitimou nossa crença de que estaríamos inquestionavelmente em posse desse conhecimento? Ele responde que o que nos fez acreditar no saber sobre a causa foi a influência de fatos interiores, até então indemonstráveis. Segundo Nietzsche, três fatos interiores garantiram nossa crença no conhecimento da causalidade:

O primeiro e o mais convincente é o da vontade como causa; a concepção de uma consciência (espírito) como causa e, mais tarde, a do Eu ('sujeito') como causa nasceram posteriormente, depois que a causalidade da vontade se firmou como dado, como algo *empírico*... Nesse meio-tempo refletimos melhor. Hoje não acreditamos em mais nenhuma palavra disso. O 'mundo interior' é cheio de miragens e fogos-fátuos: a vontade é um deles (NIETZSCHE, 2023, p. 34).

Nietzsche exclama: “Não há causas mentais absolutamente” (NIETZSCHE, 2023, p. 34)! Não há nenhuma evidência empírica de fato que confirme sua existência real, o que ocorre, segundo Nietzsche, é a projeção de fatos interiores imaginários, que são efeitos e não causas. Graças a essa crença na causalidade da vontade criamos um mundo de espíritos. Nietzsche analisa as verdadeiras causas desses fatos interiores surgirem de modo equivocado como realidades empíricas e conclui que:

A mais antiga e mais duradoura psicologia estava atuando aqui, não fazia outra coisa: para ela todo acontecer é um agir, todo agir é consequência de uma vontade, o mundo tornou-lhe uma multiplicidade de agentes, um agente (um “sujeito”) introduziu-se por trás de todo acontecer. O homem projetou fora de si os seus três ‘fatos interiores’, aquilo em que acreditava mais firmemente, a vontade, o espírito, o Eu. Extraíu a noção de ser da noção de Eu, pondo as ‘coisas’ como existentes à sua imagem, conforme sua noção do Eu como causa. É de admirar que depois encontrasse, nas coisas, apenas o *que havia colocado nelas* (NIETZSCHE, 2023, p. 34)?

Para Nietzsche, confundiu-se o efeito com causa e isso resultou em projeções de crenças em conceitos abstratos como “Eu”, “coisa em si”, “ser”. O ser humano acredita em entidades abstratas, espirituais e projeta essas crenças no mundo. Foi assim que se criou o conceito de Deus como causa primeira e medida da realidade. No ponto de vista de Nietzsche, o erro do espírito como causa foi confundido com a própria realidade, tornando-se o critério de realidade.

O terceiro erro identificado por Nietzsche é o erro das causas imaginárias. Esse erro ocorre quando ideias produzidas por uma certa condição são mal compreendidas como causa dessa condição. Segundo Nietzsche, a maioria dos nossos sentimentos, são acometidos por um impulso causal, que quer dar razão e sentido a tudo. Nunca é o bastante apenas vivenciarmos uma experiência sem querer racionalizá-la, isto é, colocá-la por assim dizer em termos de algum tipo de relação causal. “Desse modo nos tornamos *habitados* a uma certa

interpretação causal que, na verdade, inibe e até exclui uma *investigação da causa*” (NIETZSCHE, 2023, p. 36). Isso pode ser observado nos processos dos sonhos, na vigília e na elaboração da memória. Nietzsche irá então nos fornecer uma explicação psicológica para o fato. Na economia da energia psíquica, a crença no espírito como causa desempenha o papel de aliviar a tensão do impulso causal diante da desrazão da natureza que se apresenta ilógica: “Fazer remontar algo desconhecido a algo conhecido alivia, tranquiliza, satisfaz e, além disso, proporciona um sentimento de poder” (NIETZSCHE, 2023, p. 36). Para Nietzsche, dois sentimentos principais sustentam a crença no espírito ou na vontade como causas: o medo do desconhecido e a ambição de poder. Na falta de alguma explicação a razão precipitadamente opta por dar uma explicação qualquer. Nietzsche sentencia: “Primeiro princípio: alguma explicação é melhor que nenhuma” (NIETZSCHE, 2023, p. 36) O prazer proporcionado pelo sentimento de força gerado na operação de tornar conhecido o que era desconhecido faz com que se creia nesse sentimento como critério de verdade. “O impulso causal é, portanto, condicionado e provocado pelo sentimento de medo.” (NIETZSCHE, 2023, p. 36) Na busca por uma causa libertadora, que irá aliviar o medo, o já vivenciado traz sensação de mais segurança do que o novo. “O novo, o não vivenciado, o estranho é excluído como causa” (NIETZSCHE, 2023, p. 36). Eliminar o sentimento de medo encontrando a primeira causa que exclua o novo seria, segundo Nietzsche, o modo de proceder da razão adoecida dos moralistas e sacerdotes. Tal modo equivocado de pensar teria contaminado toda a cultura ocidental desde Sócrates e Platão até a modernidade.

Nietzsche compreende que “*todo o âmbito da moral e da religião se inscreve nesse conceito das causas imaginárias*” (NIETZSCHE, 2023, p. 36). Todo sentimento desagradável deve ser atribuído a alguma causa imaginária. De acordo com Nietzsche, a noção de pecado e o sentimento de culpa causam um mal estar fisiológico, e nesse estado sempre se acharia motivos para se estar insatisfeito consigo mesmo. A culpa e o castigo são invenções da moral e da religião utilizadas como instrumentos de dominação. Eles explicam os sentimentos desagradáveis. Já os sentimentos agradáveis são explicados pela confiança em Deus. A crença na causalidade da vontade é um sintoma de fraqueza fisiológica. A fraqueza e o medo nos induz a crer na causalidade do espírito. A esperança e a fé em Deus, revigora o corpo, não porque Deus existe e realmente conforta, mas porque o sentimento de força causado pela crença nele nos dá tranquilidade. “A moral e a religião inscrevem-se inteiramente na *psicologia do erro*: em cada caso são confundidos efeito e causa” (NIETZSCHE, 2023, p. 37);

F - O erro do livre arbítrio ou instrumento psicológico de poder

O quarto erro, nos interessa especialmente, pois dialoga diretamente com o objeto desta pesquisa: o tema da liberdade. Neste ponto, Nietzsche irá observar o que causou o erro do livre-arbítrio. Ele irá analisar como a noção de liberdade foi utilizada como instrumento de poder por parte dos líderes religiosos. Nietzsche diz: “Hoje não temos mais compaixão pelo conceito de ‘livre-arbítrio’: sabemos bem demais o que é - o mais famigerado artifício de teólogos que há, com o objetivo de fazer a humanidade ‘responsável’ no sentido deles, isto é de *torná-la deles dependente*” (NIETZSCHE, 2023, p. 38)...

Nietzsche entende que o conceito de livre arbítrio é uma estratégia dos sacerdotes para dominar as comunidades. Por trás da noção de liberdade baseada na causalidade da vontade está o instinto de julgar e de punir, o que Nietzsche irá chamar de psicologia do ‘tornar responsável’. No trecho que segue, podemos confirmar essa tese nas palavras do próprio filósofo:

Apenas ofereço aqui, a psicologia de todo o “tornar responsável”. - Onde quer que responsabilidades sejam buscadas costuma ser o instinto de *querer julgar e punir* que aí busca. O vir-a-ser é despojado de sua inocência, quando se faz remontar esse ou aquele modo de ser à vontade, a intenções, a atos de responsabilidade: a doutrina da vontade foi essencialmente inventada com o objetivo da punição, isto é, de *querer achar culpado* (NIETZSCHE, 2023, p. 38).

Nietzsche deixa claro que a motivação do que ele chama de doutrina da vontade é apenas poder. O discurso racional é útil para o poder. Nietzsche apresenta uma análise psicológica desse processo em que o discurso se sobrepõe à natureza: “Toda a velha psicologia, a psicologia da vontade, tem seu pressuposto no fato de que seus autores, os sacerdotes à frente das velhas comunidades, quiseram criar para si o direito de impor castigos - ou criar para Deus esse direito” (NIETZSCHE, 2023, p. 38). De acordo com Nietzsche os seres humanos foram considerados livres para poderem ser culpados e castigados. Segundo essa ótica, a vida se reduz a um tribunal onde os juízes são motivados pela sua própria ânsia de poder. Nietzsche assim coloca o problema da liberdade:

Os homens foram considerados “livres” para poderem ser julgados, ser punidos - ser *culpados*: em consequência, toda ação teve de ser considerada como querida, e a origem de toda ação localizada na consciência. (- assim, a *mais fundamental* falsificação de moeda em questões psicológicas transformou-se em princípio da psicologia mesma...) (NIETZSCHE, 2023, p. 38)

Para que os homens fossem considerados livres foi necessário imputar-lhes uma consciência sempre onipresente, que justificaria sustentar a noção de vontade, como se toda ação fosse consciente e escolhida. Daí decorre que toda a psicologia até a época de Nietzsche fosse considerada por ele como uma falsificação da natureza humana, pois pressuporia, essencialmente, que o sujeito fosse sempre consciente e que, por conseguinte, todas as suas ações fossem resultado de uma vontade supostamente livre.

Realizada assim a análise crítica do conceito de livre-arbítrio ou liberdade da vontade, Nietzsche inicia um movimento construtivo de sua própria teoria se opondo radicalmente à tradição racionalista. Ele coloca-se como psicólogo da cultura, que tem a difícil, mas necessária, tarefa de resgatar a psicologia como ciência fundamental e o conceito de liberdade como disposição instintiva para a criação e o cultivo de si. Essa missão seria, segundo Nietzsche a de retirar da consciência humana a noção de culpa e castigo:

Hoje, quando encetamos o movimento inverso, quando nós imoralistas, buscamos com toda a energia retirar novamente do mundo o conceito de culpa e o conceito de castigo, e deles purificar a psicologia, a história, a natureza, as sanções e instituições sociais, não existem, a nossos olhos, adversários mais radicais que os teólogos, que mediante o conceito de “ordem natural do mundo”, continuam a empestear a inocência do vir-a-ser com “culpa” e “castigo”. O cristianismo é a metafísica do carrasco (NIETZSCHE, 2023, p. 38)...

Para Nietzsche, a natureza é um vir-a-ser ilógico. Esse movimento de forças criadoras aparece aos nossos sentidos sem finalidade, sem maldade nem bondade, como pura inocência, sem qualquer objetivo predeterminado. Nesse contexto, cabe ao ser humano criar seus próprios valores e suas próprias medidas. Todavia, o ser humano não deveria se afastar tão radicalmente da natureza, querendo dar um sentido único a tudo, sempre. Os sacerdotes religiosos usam a crença popular nos conceitos de culpa e castigo para exercer domínio sobre o povo. Esse domínio se estende por todos os setores da cultura. Nietzsche se posiciona contra esses teólogos e se coloca como o primeiro imoralista. Nesse ponto, podemos apreender algumas teses importantes da filosofia nietzschiana. Ele diz:

Qual pode ser a nossa doutrina? Que ninguém dá ao ser humano as suas características, nem Deus, nem a sociedade, nem seus pais e ancestrais, nem ele próprio. (...) Ninguém é responsável pelo fato de existir, por ser assim ou assado, por se achar nessas circunstâncias, nesse ambiente. A fatalidade do seu ser não pode ser destrinchada de tudo o que foi e será. Ele não é consequência de uma intenção, uma vontade, uma finalidade próprias, com ele não se faz a tentativa de alcançar um “ideal de ser humano” ou um “ideal de felicidade” ou um “ideal de moralidade” - é absurdo querer empurrar o seu ser para uma finalidade qualquer. Nós é que inventamos o conceito de “finalidade”: na realidade não se encontra finalidade (NIETZSCHE, 2023, pp. 38/39)...

A primeira tese de Nietzsche sobre a natureza é que nela não há finalidade até que o ser humano coloque alguma. Não havendo finalidade na natureza ninguém é responsável pelo fato das coisas serem como são. Não há culpado e não havendo culpado não faz sentido o castigo. Não há uma causa primeira. Não há intenção ou vontade. Não há uma consciência anterior à própria existência. Logo, não há Deus, não há sujeito, não há nem mesmo uma natureza fixa, que não se transforme, não há unidade e portanto não há nada fora do todo e nós como parte do todo também somos seres ilógicos, injustos, instintivos. Sobre os humanos Nietzsche diz: “Cada um é necessário, é um pedaço de destino, pertence ao todo, *está* no todo - não há nada que possa julgar, medir, comparar, condenar nosso ser, pois isto significa julgar, medir, comparar, condenar o todo... *Mas não existe nada fora do todo*” (NIETZSCHE, 2023, p. 39)!

Nietzsche concilia necessidade, destino, instinto e liberdade. Necessidade compreendida como fatalismo da experiência corpórea. Tudo o que existe corporalmente é necessário, pois inevitável. Tudo que é necessário compõem um destino, um caminho a percorrer, uma evolução, um movimento em algum sentido. O destino humano é movido pelos instintos, isto é, forças vitais criadoras. O ser humano é livre quando age guiado por instintos criativos, que afirmam a vida em sua totalidade, compreendendo que tudo é vir-a-ser, tudo é movimento de transformação constante, inclusive o próprio indivíduo. Nesse mundo em constante vias de ser, em que tudo muda o tempo todo, a grande libertação do indivíduo consiste em perceber as mudanças e pensar e agir segundo a sua lógica que por vezes engloba o ilógico como possibilidade de criação de algo autêntico, genuíno, radicalmente novo. A existência seria essencialmente aberta para as transformações possíveis. Cabe ao ser humano compreender sua história e agir para mudar o seu destino. O ser humano é livre na medida em que cria seu próprio destino, sendo capaz de não recorrer à crença em Deus e em outros conceitos da metafísica, a narcóticos como o álcool e outras ilusões e idealismos políticos e humanitários. O espírito livre é aquele que sendo ele mesmo uma transição entre o antigo e o novo se torne capaz de encarar as transformações sem se prender a nenhuma certeza absoluta. Buscando sempre exercitar sua força na guerra contra a moral, que tenta negar a natureza, que é puro vir-a-ser, ilógico e imprevisível. O mistério da natureza deve ser compreendido como possibilidade e abertura para a transformação, para o sempre novo, dentro de uma pluralidade radical em que cada ser é necessário como parte do destino de tudo. Lendo o destino não como finalidade, mas como caminhos possíveis para o cultivo

de si, isto é, para a criação de um eu. Nietzsche valoriza a originalidade do gênio que age e pensa na contramão do senso comum vigente. Aquele que cultiva a si mesmo segundo seus próprios instintos criativos e que, portanto, está disposto a lutar para realizar-se enquanto alteridade, diferença, enquanto peça única fundamental da vida.

Não podemos julgar o todo pois somos parte interessada. Na impossibilidade de julgar o que orienta nossa ação é o instinto como força criadora vital. Nietzsche sentencia sobre as consequências de seu modo de pensar: “O fato de que ninguém mais é feito responsável, de que o modo do ser não pode ser remontado a uma causa prima, de que o mundo não é uma unidade (...) *apenas isso é a grande libertação* - somente com isso é estabelecida a inocência do vir-a-se” (NIETZSCHE, 2023, p. 39)... Nietzsche compreende a moral tradicional como uma tirania da razão contra a natureza, como resultado dos desregramentos dos instintos e da ambição de poder de indivíduos que reivindicam para si o direito de julgar e punir em nome de um Deus que eles mesmos inventaram.

Para Nietzsche, a crença no conceito de Deus impede que o espírito seja livre, isto é, impede que ele se torne o que é, fazendo com que, constantemente, negue a si mesmo, rendendo sacrifício aos ídolos da razão. Redimir o mundo de seus pecados através da negação radical da ideia de Deus é o objetivo primeiro dos imoralistas. Não é uma tarefa fácil, haja vista, o medo do desconhecido e a ambição mesquinha pelo poder alimentam em nós a moral do escravo, daquele que está disposto a reprimir seus próprios instintos em nome de ideais ilusórios, que servem como instrumento de poder e articulação política.

A guerra de Nietzsche foi contra a domesticação do ser humano, pela sua libertação de crenças primitivas e a herança crônica de uma psicologia rudimentar que acompanha os europeus desde a antiguidade, espalhando-se pelo mundo e causando efeitos terríveis no mundo até hoje. Nietzsche continua atual se pensarmos em quantas discussões e conflitos políticos, ainda são alimentados pelo moralismo, que coloca o nome de Deus sempre na boca daqueles que abusam do poder.

G - Psicologia do tornar responsável

Nietzsche dá uma explicação psicológica para o sentimento de poder. Ele diz que uma explicação qualquer ainda é preferível do que nenhuma explicação. Os sentimentos de prazer e desprazer guiam o comportamento humano. O impulso causal é provocado pelo medo do desconhecido. O novo é sempre negado como causa. A moral e a religião estão inscritas no

conceito das causas imaginárias. Elas introduzem o sentimento de pecado e de culpa, que causam mau estar fisiológico. Nietzsche indica que a psicologia do erro das causas imaginárias é a mesma do erro do livre-arbítrio, valor que sustenta o direito de julgar e castigar. A psicologia do tornar responsável é o mecanismo que alimenta o instinto de querer julgar e punir. Nietzsche chama essa manobra de a “velha psicologia”, a psicologia da vontade. Segundo essa forma rudimentar de psicologia, os homens foram considerados livres apenas para poderem ser julgados e castigados. De acordo com Nietzsche essa falsificação em questões psicológicas tornou-se o próprio princípio da psicologia em geral. No Crepúsculo dos ídolos, Nietzsche se coloca como psicólogo da cultura que tem como missão realizar um experimento imoralista. Tal experimento tem a missão de retirar do mundo os conceitos de culpa e castigo. A purificação da psicologia, da história, da natureza, do corpo, das instituições sociais e restauração da razão é o objetivo da doutrina nietzschiana. Nesse sentido, ser livre é estar em condições de instaurar novas formas de pensar a vida, fora do contexto da moral tradicional.

H - Educação e liberdade

Nietzsche analisa a história da Europa e observa que geralmente os interesses do Estado divergem das necessidades da cultura. As forças que fazem de um Estado uma fortaleza, geralmente, o fazem às custas de enfraquecer a cultura. E quando uma cultura impera e produz suas experiências mais significativas é justamente quando o Estado entra em declínio. Na perspectiva nietzscheana, as forças sociais se dividem entre política e educação. Mas ele distingue a política entre a grande e a pequena política. Nas palavras de Nietzsche:

Ninguém, afinal pode despendar mais do que aquilo que tem - isso vale para os indivíduos, isso vale para povos. Se a pessoa se dedica a poder, grande política, economia, comércio mundial, parlamentarismo, interesses militares - se despende para esse lado o quantum do entendimento, seriedade, vontade, autossuperação que é, então faltará no outro lado. A cultura e o Estado - não haja engano a respeito disso - são antagonistas: (...) um vive do outro, um prospera à custa do outro. Todas as grandes épocas da cultura são tempos de declínio político. O que é grande no sentido cultural é apolítico, mesmo *antipolítico* (NIETZSCHE, 2023, p. 46).

Nietzsche compreende que a política nacionalista alemã fizera entrar em declínio sua cultura. Para ele, a Alemanha já não era capaz de produzir filósofos. Seria uma questão econômica de forças instintivas, que são empenhadas em interesses antagônicos. A disputa entre essas forças, produz transformações sociais que determinam a história de um povo e de seus

indivíduos. “Na história da cultura europeia, a ascensão do *Reich* significou sobretudo uma coisa: uma mudança do centro de gravidade. (...) Não cessa de causar espanto que não haja mais um único filósofo alemão” (NIETZSCHE, 2023, p. 47). Nietzsche entende que o nacionalismo do império alemão fez a Alemanha entrar em decadência cultural. O resultado disso é uma profunda crise educacional que retroalimenta o problema. Nietzsche identifica que o problema central da educação é a falta de uma finalidade. Assim como também faltam os meios para se atingir a finalidade, isto é, falta educadores preparados para ensinar uma cultura superior.

Nietzsche faz uma crítica dura ao sistema educacional, apontando incisivamente as falhas desse sistema. A falta de professores bem preparados é uma das causas e consequências do declínio cultural. O fortalecimento do nacionalismo imperialista como política do Estado Alemão provocou e foi ao mesmo tempo um produto de uma profunda crise cultural que se refletia em todo o sistema educacional. Na sessão 5, Nietzsche escreve:

O inteiro sistema de educação da Alemanha perdeu o mais importante: o *fim*, assim como os *meios* para o fim. Esqueceu-se que em educação, *formação* é o fim - e não ‘o *Reich*’ - que para esse fim é necessário o *educador*. E não professores de ginásio e eruditos universitários. Precisa-se de educadores que sejam *eles próprios educados*, espíritos superiores, nobres, provados a cada momento, provados pelas palavras e pelo silêncio, de culturas maduras, tornadas *doces*, não os doutos grosseirões que ginásios e universidades hoje oferecem aos jovens como ‘amas de leite superiores’. Faltam os educadores, fora as mais raras exceções, a *primeira* condição para a educação: *daí* o declínio da cultura alemã (NIETZSCHE, 2023, p. 47).

Nietzsche não demonstra nenhuma compaixão com certo tipo de professor de ginásio e doutor universitário, que ele considera como sujeitos mal formados, no sentido de faltar-lhes a sutileza e a perspicácia necessárias para conduzir os jovens para uma educação nobre. A consequência disso é uma profunda crise educacional nas escolas. “O que as ‘escolas superiores’ na Alemanha realmente alcançam é um brutal adestramento, a fim de, com a menor perda possível de tempo, tornar útil, *utilizável* para o estado um grande número de homens jovens” (NIETZSCHE, 2023, p. 47). Nietzsche indica que o brutal adestramento que ocorria nas universidades alemãs de seu tempo, era uma estratégia política do Estado nacionalista alemão, que para se fortalecer necessitava fazer declinar a cultura. O custo do poder político do Estado imperialista é o embrutecimento de seu povo. É preciso tornar o povo apenas útil para o Estado. Através da educação como adestramento, o Estado do *Reich* alemão fez declinar a cultura, treinando seu povo para ser massa de manobras militares.

Nietzsche se opõem aos ideais democráticos disseminados em todas as instituições modernas. A noção de igualdade é um alvo importante da crítica nietzscheana. Nietzsche compreende que a natureza só produz singularidades, logo, predomina a diversidade. A noção de igualdade seria um ideal da moral do escravo. Daquele que quer rebaixar todos ao seu nível. O ideal democrático impõe a mediocridade e sacrifica os fortes em nome dos fracos. Os fortes são raros e os fracos são muitos.

A educação ocupa um lugar central no esquema de forças sociais, pois é através da educação que se atinge algum fim em escala social. No caso, a educação como adestramento tem fins políticos e os professores mal formados assim como os seus alunos tornam-se, nesse processo educacional decadente, um rebanho fiel que acredita na igualdade e outras ilusões herdadas da cultura grega desde Sócrates.

Para Nietzsche, o fim da educação deve ser o cultivo do próprio entendimento, do próprio espírito. Educar-se, no sentido nietzscheano, é estar aberto para experimentar perspectivas diversas e ângulos diferentes da mesma coisa. O fim da educação nietzschiana é a libertação do espírito de suas crenças primitivas. Nietzsche aposta na diversidade e na singularidade, na autenticidade contra o idealismo nacionalista, que adentra a população reprimindo sua vontade de potência e estimulando seu instinto de rebanho. Resultado disso é um império da mediocridade e a imbecilização não apenas da população e dos professores como da própria elite política. Nesse sentido, Nietzsche escreve: “O fato de ‘educação superior’ não ser mais prerrogativa - o democratismo da ‘formação’ tornada ‘geral’, *vulgar*... Sem esquecer que privilégios militares impõem formalmente excessiva frequência das escolas superiores, ou seja, sua decadência” (NIETZSCHE, 2023, pp.47/48). Nietzsche nota que o Estado nacionalista fornecia privilégios aos militares e dentre eles, muitos frequentavam as universidades sem a mínima vocação, apenas procurando uma profissão, rebaixando o nível da educação superior. Para Nietzsche, é mais importante a qualidade, do que a quantidade. O fato de democratizar o acesso às instituições educacionais não necessariamente faz progredir a educação para um nível superior.

Nietzsche denuncia a precariedade do sistema de ensino alemão de sua época, ele diz: “A ninguém mais é dado, na Alemanha de hoje, proporcionar aos filhos uma educação nobre: nossas escolas superiores são todas direcionadas para a mais ambígua mediocridade. Com seus professores, planos de ensino, metas de ensino” (NIETZSCHE, 2023, p. 48). Toda a burocracia educacional e os professores mal formados, seus métodos de ensino defasados, seus parâmetros e critérios duvidosos, tudo isso demonstra que a educação da Alemanha na

época de Nietzsche tinha um objetivo meramente utilitário. Adiante ele escreve: “E em toda parte vigora uma pressa indecente, como se algo fosse perdido se um jovem de 23 anos ainda não estivesse ‘pronto’, ainda não tivesse resposta para a ‘pergunta-mor’: qual profissão” (NIETZSCHE, 2023, p. 48) ?

Nietzsche critica o tecnicismo educacional, que tem por finalidade apenas formar mão-de-obra, ou preparar o jovem, tão somente, para exercer alguma função útil para o Estado, que proporciona uma educação com o mero objetivo de profissionalização. Sobre isso, ele diz: “- Um tipo superior de homem, permitam-me dizer; não gosta de ‘profissão’ justamente porque sabe que tem uma vocação...” Nietzsche compreende que a educação deveria estimular a vocação do sujeito e não impor-lhe apenas uma função qualquer. Para ele, seria muito mais proveitoso para a espécie humana se a educação tivesse o objetivo de formar indivíduos capazes de criar, capazes de cultivarem a si mesmos no intuito de se superarem constantemente, fazendo elevar o nível do conhecimento, tornando-o prazeroso e não penoso e entediante tal como o sistema de ensino profissionalizante o faz. Para Nietzsche, a formação cultural deve ser ampla e visar ideais nobres, elevados, exigir um vasto e complexo conhecimento, que leva tempo para ser adquirido e alguém com 30 anos ainda é um iniciante nesse sentido. Nietzsche pensa a educação como uma formação para desenvolver uma vocação, uma tendência, como um meio de libertação de crenças primitivas, para que o sujeito seja capaz de criar seus próprios valores e não como mero adestramento para adequação de seu comportamento aos parâmetros e ideais de poder de uma elite política decadente.

Após realizar sua crítica ao sistema educacional alemão, indicando a necessidade de uma formação consistente de educadores, Nietzsche apresenta seu projeto educacional definindo como pressuposto básico a realização de três tarefas. Assim ele anuncia:

Agora apresentarei, para não faltar com minha natureza que é *afirmativa* e só indiretamente, só involuntariamente tem algo a ver com a contradição e a crítica, as três tarefas pelas quais se necessita de educadores. Deve-se aprender a *ver*, aprender a *pensar*, aprender a *falar* e *escrever*: o objetivo, nos três casos, é uma cultura nobre (NIETZSCHE, 2023, p. 48).

Aprender a *ver* é a primeira tarefa do programa pedagógico nietzscheano, o que em outro momento ele denominou de *perspectivismo*: “Aprender a ver - habituar o olho ao sossêgo, à paciência, a acostumar deixar as coisas se aproximarem; adiar o julgamento, aprender a rodear e cingir o caso individual de todos os lados” (NIETZSCHE, 2023, p. 48). Nesse sentido, a educação do olhar em Nietzsche é fundamental para que o sujeito busque

captar a mesma questão de diversas perspectivas, ampliando assim as possibilidades de seu entendimento. Nietzsche prossegue definindo o que compreende como ver: “Aprender a *ver* tal como o entendo, é aproximadamente o que a linguagem não filosófica chama de vontade forte: o essencial aí é não *querer*; ser *capaz* de prorrogar a decisão” (NIETZSCHE, 2023, p. 48). Não precipitar-se em querer afirmar apenas as próprias crenças. Para Nietzsche, o ter que reagir meramente a estímulos é um sintoma de declínio, decadência e esgotamento cultural. O que se designa como vício é a inabilidade para resistir a um estímulo:

Uma aplicação prática do ter aprendido a ver: como ‘aprendente’ a pessoa se torna lenta, desconfiada, recalcitrante. Inicialmente deixa aproximarem-se coisas desconhecidas, novas de todo tipo - com hostil tranquilidade - recuará as mãos delas. Manter as portas todas abertas, servilmente prostrar-se ante cada pequenino fato, sempre estar disposto a lançar-se no lugar de, a mergulhar nos outros e em outras coisas, em suma, a célebre ‘objetividade’ moderna, é um mau gosto, é ignóbil por excelência (NIETZSCHE, 2023, p. 49).

A pressa do utilitarismo do ensino profissionalizante contraria a lógica nietzscheana de aprender a ver. A educação do olhar exige calma, leva tempo, não deve se precipitar em definir antes de poder enxergar o máximo de perspectivas possíveis do objeto. A pretensa objetividade da ciência moderna é alvo da crítica nietzscheana. Aprender a ver é treinar a paciência do olhar para lentamente receber o máximo de estímulos possíveis sem se deixar prender a nenhum deles, até que se possa olhar para o desconhecido sem medo e sem precipitar-se em defini-lo a partir das próprias crenças, suspendendo o juízo provisoriamente, até que a evidência torne a demonstração desnecessária.

Depois de aprender a olhar, a receber os estímulos sem ter que reagir imediatamente a eles, faz-se necessário aprender a *pensar*. O que Nietzsche compreende por *pensar*? Primeiro ele diz o que é *não* pensar direcionando sua crítica aos doutores: “Aprender a *pensar*: não há mais noção disso em nossas escolas. Mesmo nas universidades, mesmo entre os autênticos doutores da filosofia começa a desaparecer a lógica como teoria, como prática, como ofício” (NIETZSCHE, 2023, p. 49). Para Nietzsche, pensar é ser capaz de dominar a lógica como teoria e prática. Ele prossegue em sua crítica apontando a deficiência da produção literária alemã:

Leia-se livros alemães: já não se tem mais a remota lembrança de que para pensar é necessária uma técnica, um plano de estudo, uma vontade de maestria - de que o pensar deve ser aprendido, tal como a dança deve ser aprendida, *como* uma espécie de dança... (...) - Pois não se pode excluir a *dança*, em todas as suas formas, da *educação nobre*; saber dançar com os pés, com os conceitos, com as palavras; ainda tenho que dizer que é preciso saber dançar com a *pena* - o que é preciso aprender a

escrever? - Mas nesse ponto eu me tornaria completamente enigmático para os leitores alemães(NIETZSCHE, 2023, p. 49) ...

Nietzsche alerta para o fato de que é necessário aprender a pensar, pois não é algo que se desenvolva sem emprego de alguma vontade forte, sem um projeto, sem um roteiro de estudos, pensar exige rigor, técnica e método.

Nietzsche projeta uma educação que visa ampliar as possibilidades do conhecimento e libertar o sujeito de suas próprias crenças, a fim de que se forme como um criador de seus próprios valores. Nietzsche usa a metáfora da dança para sugerir como um educador deve proceder para que a educação seja nobre, para que tenha objetivos superiores. A dança pressupõe movimentos com o corpo todo e não apenas com a razão. A dança exige que nos movimentemos em diversas direções. Ela intercala pausa e movimento, cria ritmo, diverge de si mesma em nuances quase imperceptíveis, por isso, exige atenção, relaxamento, disponibilidade, saúde, força e delicadeza. Dançar com conceitos e palavras significa que a poesia deve ser incorporada à filosofia, assim como todas as outras formas de arte. Abrir as portas da percepção e aprender a usar os pés, as mãos e todos os sentidos, captar o movimento do mundo, perceber o próprio movimento interno, compreender que tudo é movimento e transformação, notar que a vida é um conjunto caótico de forças que produz maravilhas ao acaso. Aprender a dançar nesse caos é aprender a enxergar beleza nele. Perder o medo do desconhecido, arriscando-se ao se entregar ao outro, sendo constantemente outro, atento, tornando-se o que se é. Um perigo para o poder, a dança liberta o corpo de sua inércia racional e o insere em uma ordem natural muito mais rica em possibilidades, dinamismo em cores e formas variadas. A dança é estetização da existência, criando beleza a partir de uma vontade de ser responsável por si mesmo, de cultivar a si mesmo, de movimentar-se contra resistências, de esquivar-se, de envolver-se e apartar-se, de afastar-se e aproximar-se com desenvoltura e delicadeza, de ser capaz de não ceder aos estímulos, nem às crenças limitantes. O dançarino enfrenta os limites do corpo e nessa luta inventa algo novo, adicionando suas pegadas nesta terra de modo singular, marcando seu destino com autenticidade, elevando a espécie humana, cultivando os espíritos livres, desenvolvendo suas vocações. Para Nietzsche, pensar é a arte de inventar interpretações para o mundo no intuito de afirmar a vida mesmo em suas contradições mais insolúveis. É uma arte que exige saúde, vocação, aprendizado, força, delicadeza, disponibilidade, desenvoltura, flexibilidade, coragem e vontade de liberdade.

I - Nietzsche como psicólogo

Oswaldo Giacoia identifica o filósofo alemão como psicólogo da cultura. Segundo ele, podemos encontrar aspectos importantes da psicologia no pensamento nietzschiano. Ele enfatiza a tese de que a psicologia ocupa uma função importante no pensamento de Nietzsche, desempenhando um papel nuclear em sua filosofia a partir de *Humano, demasiado Humano*. Em *Além de Bem e Mal*, Nietzsche recupera a psicologia como a ciência mais importante de todas as ciências, indicando a importância da psicologia já na antiguidade clássica, em Aristóteles. Segundo Giacoia, a tradição de comentadores da obra de Nietzsche deixou de lado esse aspecto importante da obra nietzschiana. Ele observa que Heidegger, por exemplo, em sua interpretação do pensamento nietzschiano, foi um dos que desconsiderou a questão da psicologia em prol de outras questões de natureza ontológica ou metafísica. De toda forma, ele observa que a retomada da interpretação do papel da psicologia na filosofia de Nietzsche é uma tendência bastante recente. Para Giacoia, o livro de Walter Kaufmann, de 1950, é um marco dessa tendência em encarar Nietzsche como psicólogo, inaugurando a pesquisa da importância da psicologia no pensamento do filósofo do eterno retorno. Mas o que é como entender o papel da psicologia na obra de Nietzsche é o desafio tomado por Giacoia. Para ele, Nietzsche quer opor uma nova noção de psicologia à tradicional psicologia racional ou psicologia da consciência. Nietzsche como psicólogo se vale da observação das motivações que sustentaram os discursos morais.

Para Giacoia, a contribuição de Nietzsche para a psicologia é a introdução da noção de fisiopsicologia, em que o corpo e a psique são inseparáveis. A fisiopsicologia nietzschiana guarda relevantes relações com a psicanálise de Freud e a psicologia do inconsciente. Na tentativa nietzschiana de colocar em comunicação direta a filosofia e a psicologia, a psicologia é usada com um caminho que leva à problematização de questões fundamentais da filosofia - dentre elas, a questão da liberdade. Para Nietzsche, a psicologia seria o caminho que conduz aos problemas fundamentais.

Outra contribuição genuinamente psicológica de Nietzsche à filosofia é a sua teoria do ressentimento. Em *Ecce Homo*, Nietzsche diz que antes dele não havia psicologia, ele autoproclama-se o primeiro psicólogo entre os filósofos, aquele que tem a missão de compreender nas entranhas da filosofia, o que significa ter conhecimento da psiquê e como esse conhecimento eventualmente pode contribuir para o conhecimento da natureza.

Segundo Giacoia, Nietzsche sugere uma psicologia radicada no corpo, refundando o anímico em sua relação com o corporal. Ele pensa a psiquê a partir do corpo - a grande razão. A psicologia nietzschiana visa, portanto, observar o funcionamento da economia dos impulsos e afetos do corpo. Nietzsche pensa a existência mundana do ser humano e sua relação com a mortalidade e a preocupação com o sentido do sofrimento. Nietzsche rejeita a noção de alma tal qual ela vinha sendo sustentada pela tradição - em oposição ao corpo.

O polêmico filósofo alemão se coloca como o primeiro psicólogo da Europa, mas admite que teve algo a aprender com Dostoiévski. Nietzsche faz referência ao escritor russo como psicólogo, isto é, como alguém capaz de enxergar com lucidez as profundezas da alma humana. Nietzsche elege Dostoiévski como mestre de psicologia da profundidade. Giacoia observa que, justamente, no texto de *Crepúsculo dos ídolos* aparece a referência a Dostoiévski como grande enunciador dos grandes enigmas da alma humana. Essa influência foi determinante para que Nietzsche realizasse o diagnóstico e buscasse tratamento para as patologias das pessoas, sociedades e dele mesmo. Nietzsche diagnosticou patologias na própria vida e transformou suas doenças em elemento de sua filosofia, desenvolvendo a noção de cuidado de si em sua fisiopsicologia. A fisiopsicologia nietzschiana se opõe ao idealismo e a todo desvio do instinto. O idealismo foi a doença que lhe devolveu a razão. A preocupação consigo mesmo ou o cuidado de si, culminou em um arranjo do regime de afetos, modos de vida e a organização da própria existência absolutamente singular. O cuidado de si demanda uma escuta das próprias necessidades, uma preocupação com a dieta, clima e os hábitos cotidianos.

Nietzsche indica que não há fórmulas universais para se chegar a si mesmo. Mas é possível experimentar o melhor regime de alimentação, clima, pressão atmosférica, como condições muito mais relevantes do que o idealismo projetou para a filosofia. O que a humanidade considerou até então como sério, não são nem realidades, mas mentiras que se originam de instintos doentes. Para Nietzsche, todos os conceitos, alma, Deus, virtude, *além*, verdade eterna, todas as questões que envolvem educação e política foram falseadas pelos homens mais nocivos, que foram tomados por grandes e ensinaram a desprezar o corpo como coisa pequena.

O elemento central do projeto nietzschiano é tomar tudo o que foi considerado idealmente como forma de negação da vida como patologia. Para Nietzsche, as coisas mais importantes na vida são aquelas que dizem respeito ao corpo e a toda noção de existência concreta. Ao filósofo alemão interessa tomar à vida a título de experiência estética e

epistemológica, em seu âmbito factual. O idealismo desqualificou o corpo, negou sua natureza. Cuidar de si mesmo seria examinar aquilo que realmente importa e tratar de curar todas as doenças hereditárias da tradição provocadas pela crença em sistemas idealistas. Segundo Giacoia, a psicologia em Nietzsche é um instrumento para a crítica do dogmatismo e da crença platônica no bem em si. Somente uma profunda observação psicológica poderia revelar as falácias do dogmatismo em filosofia, na ciência e na religião. Giacoia reconhece que Nietzsche antecipa a elaboração do mecanismo de recalque e de um *eu* regido por impulsos inconscientes, descrito posteriormente por Freud.

A dinâmica do conflito entre memória e esquecimento pode dar pistas do que significa a psicologia para Nietzsche. A tese de Giacoia é a de que a filosofia de Nietzsche assimila o modo de observação e explicação psicológica dos fenômenos humanos. Nietzsche reconhece na vanguarda da pós-modernidade, que a maior parte do pensamento consciente deve ser incluída nas atividades inconscientes. Segundo a fisiopsicologia nietzschiana, as exigências fisiológicas determinam a nossa forma de pensar. Nossas estimativas de valores seriam expressões fisiológicas, como condições de existência de determinadas formas de vidas, por isso o filósofo deve ser psicólogo, para conhecer as sutilezas da alma. Ao que indica, em Nietzsche, toda filosofia é uma projeção inconsciente de um corpo, enquanto devir. Ele reconhece que as intenções morais estão na base do desenvolvimento da linguagem da própria razão. Nesse sentido, toda metafísica teria como objetivo chegar a alguma moral. Esse impulso usa tanto o conhecimento como o desconhecimento como instrumento para realizar-se. O que quer dizer que mesmo a filosofia foi motivada por outro impulso além do conhecimento, impulsos básicos de conservação e sobrevivência (esses são os impulsos básicos dominantes). Esses impulsos vitais são espécies de vontade de poder.

Para Giacoia, *vontade de poder* é o principal conceito da fisiopsicologia nietzschiana. Seriam os impulsos básicos os inspiradores dos sistemas filosóficos. Na lógica dos impulsos, cada um deles visa predominar sobre os outros e apresentar-se como fim último da existência. Segundo Giacoia, a filosofia vista pela perspectiva da fisiopsicologia nietzschiana seria a expressão espiritual da vontade de poder. Em última análise, a filosofia seria ela mesma uma transfiguração da vontade de poder, este é um dado fundamental da fisiopsicologia de Nietzsche.

No aforismo 23 de *Além do Bem e do Mal*, Nietzsche fala de sua psicologia das profundezas como uma luta contra o preconceito moral, traço de originalidade de sua filosofia, pois nesse ponto nenhuma grande filosofia conseguiu afirmar-se como a

fisiopsicologia nietzschiana. Nietzsche nota, com a perspicácia de um psicólogo, que a força do preconceito moral contaminou a lógica e consequentemente a ciência em geral. Quem faz fisiopsicologia tem de lutar contra resistências inconscientes em seu próprio coração. Mais de uma vez Giacoia frisa o fato de que textualmente Nietzsche antecipa questões importantes da psicanálise freudiana. Quando o psicólogo supera a fronteira do preconceito moral ele ainda enfrenta a resistência afetiva de seu próprio inconsciente. Nietzsche observa que os ditos bons impulsos se originam dos ditos maus impulsos. O ódio, a inveja, a cupidez são afetos que condicionam a vida na economia global dos impulsos. Aquele que se presta a afirmar essa trágica contradição, isto é, aquele que se presta a fazer fisiopsicologia percebe que os afetos moralmente considerados condenáveis são em verdade afetos fundamentais.

Giacoia entende que a fisiopsicologia, marca a fase final da produção filosófica de Nietzsche, em que ele escreve o *Crepúsculo dos ídolos*. Segundo ele, a fisiopsicologia de um Nietzsche maduro, a fim de estraçalhar os últimos vestígios do preconceito moral no próprio inconsciente, através do experimento imoralista, buscando olhar a vida com olhos livres de idealismos. Giacoia escreve que

(...) uma das razões fundamentais pelas quais Nietzsche se considera o primeiro psicólogo da Europa é porque o seu empreendimento crítico consiste, no essencial, em deconstituir, ou, dito de maneira mais radical e fiel ao projeto, em destruir essas pilstras metafísicas sobre as quais se assentava não somente a psicologia racional, como também as bases teóricas da psicologia em geral, pelo menos até o momento em que Nietzsche escreveu sua obra.

A reflexão de Nietzsche, como psicólogo, parte, portanto, da erosão desse solo teórico e da destruição dessas bases, com vistas ao estabelecimento de novos fundamentos a partir dos quais se possa construir uma ciência da subjetividade, da psique, ou da alma - vale dizer, uma psicologia, porém liberada dos preconceitos metafísicos e morais aos quais até então estivera ligada (GIACOA, 2001, p. 22).

Defendemos a tese de que Nietzsche compreende a gênese do conceito de liberdade de uma perspectiva psicológica, e isso obviamente tem implicações, éticas, estéticas e políticas, antecipando a psicanálise em sua ruptura com a psicologia tradicional racionalista. Convergindo conosco, Giacoia escreve que

(...) Nietzsche pode se arvorar em primeiro da Europa: psicólogo na exata medida em que, para ele, o reconhecimento de processos psíquicos inconscientes, ou a dissociação entre a subjetividade e a unidade da consciência - dito metafisicamente, a dissolução da unidade substancial da 'alma' - constitui um dos principais efeitos de sua crítica da moral, da religião e da metafísica. (...) o que torna a psicologia, para Nietzsche, o caminho que conduz aos problemas fundamentais (GIACOA, 2001, pp. 25 /26).

J - Análise do conceito nietzschiano de liberdade

Em *Crepúsculo dos ídolos*, no capítulo IX, aforismo 38, Nietzsche descreve brevemente seu conceito de liberdade. Nosso objetivo aqui é interpretar esse conceito à luz de um debate conceitual sobre a liberdade na obra do filósofo alemão. Vimos que o conceito de liberdade é fundamental na obra de Nietzsche, funcionando como uma espécie de medida para um ideal nobre de humanidade, leia-se nobre no sentido de honestidade intelectual, força, coragem e disposição para o combate. É necessário ter em mente que o conceito de liberdade nietzschiano é criado a partir de uma crítica radical ao conceito de livre-arbítrio, baseado na doutrina da vontade, isto é, na racionalidade do sujeito. Nietzsche indica que a vontade é algo mais complexo do que um mero produto do cálculo racional e que envolve impulsos inconscientes. A noção de que o ilógico é necessário para a vontade e que esta, por sua vez, implica em ser um impulso resultante de um complexo processo que envolve forças contraditórias, é a base para se pensar a liberdade em termos nietzschianos.

Nietzsche questiona a noção de sujeito como causa da vontade e como entidade imutável, como uma espécie de núcleo absoluto e consciente que determina a vontade como causa das ações humanas. Para ele, a racionalidade também é um impulso, em certa medida, inconsciente, uma vontade de ordem ou melhor, vontade de poder.

Logo, nossa primeira afirmação sobre a noção de liberdade nietzschiana, é de que a liberdade está diretamente relacionada à vontade de poder. Vontade de poder é, para Nietzsche, um instinto vital, não apenas mais um instinto dentre outros, mas uma espécie de impulso vetorial voltado para a sobrevivência, para o qual todos os instintos convergem. Nos parece, que nesse sentido, até mesmo o instinto de rebanho, seu oposto, em última instância, seria uma realização indireta da vontade de poder.

Na perspectiva do psicólogo Nietzsche, Sócrates estava doente e a causa de sua doença seria seu niilismo em relação à vida, sua covardia diante do desconhecido e sua crença exagerada na racionalidade absoluta. O principal sintoma dessa doença de Sócrates seria a negação do corpo e seus instintos em nome de uma racionalidade ideal, que funcionaria como justificativa para sustentar a liberdade como uma condição da vontade racional, o que na visão de Nietzsche serviria apenas para justificar a punição dos sujeitos, que são responsabilizados pelas suas ações. Se o sujeito tem consciência de sua vontade, ele pode ser punido por suas ações. Nietzsche sabe que quem fala em nome dessa noção de liberdade são os teólogos e metafísicos, movidos pela vontade de culpabilizar alguém pelo seu ressentimento em relação à natureza.

A liberdade nietzschiana é *vontade de poder* e é afirmação dos instintos do corpo e consequentemente negação da noção de unidade, causalidade, do ideal de Deus, da noção de sujeito, da doutrina da vontade, da razão absoluta, da coisa em si e do livre-arbítrio. Se por um lado, Nietzsche nega radicalmente os conceitos fundamentais da religião e da metafísica, por outro lado, ele nos oferece uma descrição bastante eloquente do que seria para ele a tal liberdade. Para interpretarmos o conceito de liberdade nietzschiano se faz necessário fazer um exercício de distanciamento de nossos próprios preconceitos morais, na tentativa de avaliar o pensamento do filósofo a partir da lógica interna de seus textos e não dos valores morais assimilados por nós através da cultura. É um exercício, propriamente filosófico, esse esforço por não reagir automaticamente a um impulso e ser capaz de olhar o objeto de várias perspectivas.

O pano de fundo da filosofia nietzschiana é do devir. A noção radical de que tudo é movimento de forças interagindo no campo da fisiopsicologia. O devir é a definição do indefinível, elemento imprevisível e misterioso, a base da cosmologia nietzschiana. Por isso o devir não é um conceito idealista, mas a nomeação de um processo de constante metamorfose, o qual experimentamos com o corpo. O corpo é ele mesmo um devir, uma parte do todo (vir-a-ser). Nesse contexto, Nietzsche discorre sobre a liberdade: “Às vezes o valor de uma coisa não se acha naquilo que obtém com ela, mas naquilo que por ela se paga - aquilo que nos custa” (NIETZSCHE, 2023, p. 72). Se geralmente o valor está naquilo que se obtém de algo, Nietzsche indica que nem sempre é assim, pois, segundo ele, há exceções em que o valor de algo está, justamente, naquilo que se sacrifica.

Neste ponto, julgamos válido fazer uma observação sobre o aforismo 38. Nietzsche raramente explica um conceito. Geralmente ele usa figuras de linguagem, formas indiretas de se falar sobre um objeto. Mas no aforismo 38, ele abre uma exceção, e procura explicar com exemplos a lógica própria de seu ideal pessoal de liberdade. Adiante ele prossegue dando um exemplo concreto: “Darei um exemplo: As instituições liberais deixam de ser liberais logo que são alcançadas: não há , depois, nada tão radicalmente prejudicial à liberdade quanto às instituições liberais” (NIETZSCHE, 2023, p. 72) Nietzsche faz uma crítica política ao ideal de liberdade burguês. Ele nota que, na prática, as instituições burguesas contradizem os princípios que fundamentam o seu próprio discurso de liberdade. Na verdade, Nietzsche observa que as instituições liberais negam radicalmente a liberdade, no sentido que ele mesmo a concebe. O ideal nietzschiano de liberdade se opõe radicalmente às práticas e aos ideais instituídos pelos liberais. Sobre as instituições liberais, Nietzsche diz

algo importante para pensarmos seu próprio conceito de liberdade, a saber, o fato de que as instituições liberais debilitam nos indivíduos a vontade de poder, alimentando o instinto de rebanho:

Sabe-se muito bem *o que* trazem consigo: elas minam a vontade de poder, elas são o nivelamento dos montes e vales alçado à condição de moral, elas tornam os homens pequenos, covardes e ávidos de prazer - com elas triunfa, a cada vez, o animal de rebanho. Liberalismo, em outras palavras, *animalização em rebanho*” (NIETZSCHE, 2023, pp. 72/73).

Devemos destacar alguns aspectos importantes deste trecho. Primeiramente, podemos dizer que, se na perspectiva crítica de Nietzsche, as instituições liberais são o oposto do que ele entende por liberdade e ele diz que elas retiram pouco a pouco a vontade de poder dos indivíduos, transformando-os pelo hábito moral em animais de rebanho, animais escravizados pelo prazer e pelo medo, o ideal nietzschiano de liberdade está diretamente ligado à vontade de poder, à coragem, à força e às vezes, ao sacrifício do próprio prazer.

Em segundo lugar, Nietzsche associa o liberalismo a um ponto de vista moral e esta, por sua vez, ao instinto de rebanho, isto é, ele entende que todo julgamento moral reduz o indivíduo aos seus instintos de animais de rebanho, animais medrosos que se rebaixam ao nível da lei moral e se entregam ao gozo do prazer imediato, se apequenando cada vez mais e se enfraquecendo como humano. Da perspectiva nietzschiana, a política institucional do liberalismo na prática é contra a liberdade.

No trecho a seguir, parece que Nietzsche, ao criticar as instituições liberais, nos dá mais uma pista importante sobre seu próprio conceito de liberdade: “As mesmas instituições produzem efeitos bastante diferentes enquanto se lutam por elas; então realmente promovem a liberdade de maneira poderosa” (NIETZSCHE, 2023, p. 73). Nietzsche indica que a luta pela liberdade é o que promove a liberdade, no sentido poderoso, uma vez instituída as regras morais, passa-se a impor, não um sentimento de luta, mas uma busca constante por segurança. Na perspectiva de Nietzsche, o indivíduo moralizado, submisso à lei, não é livre, pois ele troca sua verdadeira liberdade de lutar, sufocando sua vontade de poder, pela falsa segurança de acreditar em ideais abstratos, que se contradizem com a própria realidade, a realidade dos corpos neste mundo.

Adiante, fica evidente no texto, um elogio de Nietzsche à guerra, como meio pedagógico para a liberdade. Faz-se necessário entender o sentido que o filósofo atribui à guerra e notar que a educação exerce um papel fundamental para a conquista da liberdade, ou seja, podemos imaginar que a liberdade para Nietzsche não é uma condição dada, ou uma noção absoluta e ideal, mas uma experiência prática de busca da realização da vontade de

poder, que tem a ver com o exercício de práticas, que levam a um compromisso com um valor de liberdade. O espírito livre, para Nietzsche, é o espírito guerreiro, que age motivado pela vontade de poder, por isso age com força e coragem, força para lutar pelos seus próprios valores. A guerra, em sentido nietzschiano, entendemos que é a luta contra a tradição moral, uma luta do indivíduo contra a cultura, que lhe impõe regras, limites à criatividade. O guerreiro tem a coragem de agir por conta própria, assumindo os riscos de desafiar as leis instituídas, no apetite de impor ao mundo suas próprias leis. O espírito guerreiro é capaz de dizer não à tradição moral e assumir um ponto de vista particular. Ele tem coragem de enfrentar os riscos de se negar a tradição da qual ele mesmo é, em certa medida, uma parte integrante. Daí pode-se inferir que, para Nietzsche, a educação para a liberdade, não como condição natural do sujeito, mas como experiência prática de negar as regras instituídas moralmente, pode ser entendida como uma guerra, em que o que está em jogo são as relações de poder, que se dão em nível fisiopsicológico.

Aparece também a noção de sacrifício, pois a guerra exige sacrifícios, não em nome de ideais, mas em nome da possibilidade de se exercitar a liberdade como uma disposição para o embate contra a tradição moral. Na visão de Nietzsche, a moral impede o ser humano de criar. Esse parece ser um dos aspectos fundamentais da crítica nietzschiana à moral, enquanto forma de impor valores.

Sobre a guerra, Nietzsche diz: “Observando detidamente, é a guerra que produz esses efeitos, a guerra *por* instituições liberais, que, como guerra, faz perdurarem os instintos *iliberais*. E a guerra educa para a liberdade” (NIETZSCHE, 2023, p. 73). Nesse trecho, Nietzsche indica que os instintos que perduram na guerra são iliberais, isto é, são instintos que se opõem aos ideais liberais de liberdade, igualdade e fraternidade, noções que formam o espírito idealista da modernidade. Para Nietzsche, a guerra representa o momento em que se vivencia de fato a experiência de liberdade, enquanto disposição para o combate. Enquanto lutavam por seus ideais, os liberais praticavam a liberdade possível, que está no exercício da força para impor seus valores. Todavia, na medida em que os liberais conquistaram o poder, utilizaram-no para escravizar os indivíduos, enfraquecendo seus instintos viris, sua vontade de poder e alimentando seu medo e sua cobiça por prazer. O instinto de rebanho funciona, para Nietzsche, como um opositor da vontade de poder, mas também como um instinto de sobrevivência.

Neste ponto, o próprio Nietzsche se questiona, mas afinal o que é liberdade? Primeiramente, para Nietzsche, liberdade é vontade de poder, é um instinto vital e não

produto de uma vontade racional ou muito menos uma condição natural do sujeito. Podemos nos perguntar, se a consequência de se pensar a liberdade como uma condição natural do sujeito racional tem como consequência a responsabilização dos sujeitos por suas ações, quais as consequências de se pensar a liberdade como instinto?

Nietzsche irá responder que liberdade, em termos pulsionais é: “Ter a vontade de responsabilidade por si próprio. Preservar a distância que nos separa” (NIETZSCHE, 2023, p.73). A vontade de responsabilizar-se por si mesmo a que o filósofo se refere, tem a ver com a morte de Deus, mas também com sua crítica ao racionalismo científico e ao idealismo político. Responsabilizar-se por si mesmo, tem a ver com o fato de que ninguém seria responsável pela existência dos indivíduos, nem Deus, nem a ciência, nem o Estado, nem a sociedade, nem a natureza. Nietzsche não pensa em termos de conceitos absolutos. Seus conceitos são denominações de processos em devir. A liberdade para Nietzsche seria uma vontade instintiva de não se submeter ao outro, um querer ir além de si mesmo, um desejo de superar também a si mesmo. Nesse sentido também a sentença seguinte diz muito sobre a aposta de Nietzsche na subjetividade como índice de liberdade: Manter um distanciamento do outro, inclusive do outro de si mesmo, que deve ser constantemente superado, num movimento constante de querer exercitar a capacidade de ser único, isto é, de ser livre. O animal de rebanho não suporta a solidão, mas o guerreiro nietzschiano, o espírito livre, nega Deus, nega os ideais metafísicos, morais e políticos em nome de seu próprio ponto de vista, isto é, de sua própria experiência de querer. Preservar a distância que nos separa, significa que naturalmente não somos iguais e preservar isso é preservar nossa verdadeira natureza, nosso instinto de afirmação vital, nossa vontade de poder.

Adiante, a noção de sacrifício associada a noção de liberdade nietzschiana, em oposição à noção tradicional de liberdade, que estaria associada à felicidade. Sobre o sacrifício, a liberdade e a felicidade, Nietzsche diz:

Tornar-se mais indiferente à labuta, dureza, privação, até mesmo à vida. Estar disposto a sacrificar seres humanos à sua causa, não excluindo a si mesmo. Liberdade significa que os instintos viris, que se deleitam na guerra e na vitória, predominam sobre outros instintos, os da ‘felicidade’, por exemplo” (NIETZSCHE, 2023, p.73).

A ideia de sacrifício indica que a liberdade é produto de uma guerra entre instintos contraditórios, uma guerra que se dá nos corpos e entre os corpos. Aparece a noção de que o homem que quer ser livre deve ter uma causa própria pela qual valha a pena viver e até mesmo morrer, se for o caso. Ser capaz, diante do caos do devir sem finalidade, de

estabelecer uma meta para si mesmo e reunir forças e coragem para lutar pela realização da própria vontade neste mundo, eis as qualidades do que Nietzsche chama de espírito livre. O espírito livre é, portanto, um espírito guerreiro, motivado por algo como um instinto de liberdade, um meta-valor, que viabiliza a criação de novos valores. O ideal da felicidade, tradicional, isto é, uma certa noção de bem estar baseada na paz, na segurança, na estabilidade, na imutabilidade, na igualdade, na fraternidade, no altruísmo, tudo isso associado ao conhecimento racional e à liberdade como condição natural do sujeito racional, para Nietzsche, é o oposto do que de fato poderia significar a liberdade possível para o ser humano. Nietzsche indica que o sujeito que deseja ser livre deve tomar o partido da causa própria e advogar a favor da vida, afirmando-a em suas mais terríveis dificuldades, na doença, na guerra e mesmo na morte. Porque para o ser humano, na visão de Nietzsche, a liberdade é mais cara do que a morte. Seria então melhor morrer do que viver como um escravo de estranhos ideais. É uma visão trágica, mas afirmativa da vida. Vida esta, que, justamente, por seu aspecto trágico, torna necessário que o ser humano se supere para criar um sentido para si mesmo em meio ao caos sem qualquer finalidade, que é a natureza, misteriosa e inocente, opulenta e terrivelmente imprevisível. A guerra é o meio que justifica a existência do espírito livre. A finalidade do espírito que se tornou livre é criar valores para si mesmo. Em outras palavras, o espírito livre é livre para cultivar a si mesmo ou para tornar-se quem se é. “O ser humano que *se tornou livre*, e tanto mais ainda o *espírito* que se tornou livre, pisoteia a desprezível espécie de bem estar com que sonham os pequenos lojistas, cristãos, vacas, mulheres, ingleses e outros democratas” (NIETZSCHE, 2023, p. 73). Neste trecho do texto, Nietzsche grifa o termo *se tornou livre*, justamente para indicar que a liberdade, no sentido que a compreende, não é uma condição dada, mas é fruto de um processo de superação de obstáculos pela vontade de poder. O espírito livre seria aquele que teve a razão restaurada e que por isso é capaz de não reagir a um impulso, é capaz de manter a distância entre o olhar e o objeto, ele sabe olhar o objeto por diversos lados, em outras palavras, ele sabe variar as perspectivas sem chegar a conclusões precipitadas. O espírito livre abomina o tipo de felicidade desejada pelos espíritos cativos, capturados por noções ideais, vendidas como facilidades, apresentadas como sinônimos de bem estar. O ideal pequeno burguês de felicidade é, para Nietzsche, a expressão da decadência do espírito da modernidade. A mesquinha dos comerciantes e mercadores, o moralismo cristão, arquétipos do animal de rebanho, a primeira onda do feminismo e sua reivindicação por

igualdade, ideia que sustenta a noção de democracia como base do liberalismo burguês, nesse ponto são os alvos principais da crítica nietzschiana.

A paz vendida pelo discurso político idealista da modernidade é vista por Nietzsche como um mote para reduzir nos indivíduos sua vontade de poder, sua vontade de lutar, sua vontade de ser responsável pelo próprio destino. A noção de igualdade que sustenta a democracia liberal seduziu as mulheres de seu tempo, enfraquecendo-as na visão de Nietzsche, já que essa noção de igualdade seria um ideal da razão sacerdotal para controlar seus fiéis, que contaminou a ciência e a política. No devir nietzschiano, a igualdade é um conceito vazio, sem conexão com a realidade do corpo e da terra. Na natureza nietzschiana, tudo é vontade de poder, tudo é devir, sem finalidade, sem significado determinado, e justamente por ser ilógica, o processo de vir-a-ser possibilita a liberdade humana, isto é, a possibilidade de criar valores e sentidos múltiplos.

Nietzsche é um crítico da modernidade, sobretudo, no aspecto político. Ele revela que a noção de democracia operaria a partir da noção de igualdade em uma realidade onde a experiência sensível nos mostra sempre diversidade. Na visão de Nietzsche, a igualdade não existe de fato no mundo a não ser enquanto ideal da razão, ou seja, um fato interior, particular, projetado para o mundo como verdade universal.

Para Nietzsche, o ser humano livre é o guerreiro, aquele que está disposto a não se entregar a estranhos ideais. Nietzsche se pergunta quanto custa ser livre: ele mesmo responde que o preço da liberdade é sempre correr o risco de morrer. Paga-se pela liberdade com o esforço que se faz para conquistá-la. A liberdade não é absoluta, muito menos definitiva. A liberdade se relaciona com o grau de dificuldade para consegui-la. É mais livre quem teve que fazer mais força e é mais forte quem teve que vencer os piores obstáculos. Por isso, na visão de Nietzsche, o que não te mata, te fortalece. O espírito livre vive no limiar entre a tirania e a servidão. Ele tem que fazer muita força para se manter onde está e mais ainda para se superar. Ele quer sempre ir além de si mesmo e por isso não pode jamais se apaziguar, já que é na guerra que ele tem a chance de provar sua força e provando sua força ele se fortalece e se fortalecendo em relação a si mesmo, ele evolui e se supera. O sujeito livre Nietzscheano não se sujeita às leis externas à vontade de poder. Ele é livre na medida em que está disposto a lutar pelo seu ponto de vista. Ele não quer reivindicar seus direitos, mas deseja impô-los, a princípio, a si mesmo. “Isso é psicologicamente verdadeiro se por ‘tiranos’ compreendemos instintos implacáveis e terríveis que provocam o máximo de autoridade e disciplina para consigo” (NIETZSCHE, 2023, p.73).

Nietzsche se coloca como psicólogo do homem moderno, um psicólogo que tenta desvendar as causas de certas tendências nas formas de pensar e de agir desse homem. E ao mesmo tempo, esse psicólogo desvenda a lógica do espírito livre, que é a do guerreiro que busca superar-se, afirmando a vida em suas dificuldades mais terríveis. A liberdade em sentido nietzschiano seria uma espécie de instinto de afirmação da vida e também um meta-valor, que orienta a busca da superação de si mesmo.

Nietzsche faz um elogio à personalidade de Júlio César, opondo-o à figura de Sócrates. Nietzsche entende que o filósofo além de psicólogo da cultura, deve aguçar seu sentido histórico e buscar exemplos, modelos na história. Nietzsche inclusive aponta em sua crítica, como uma das principais características dos filósofos seria justamente a falta de sentido histórico. Segundo ele, é o perigo que nos faz descobrir e desenvolver nossos recursos, a paz apenas nos deixa preguiçosos, por nos confortar com ilusões metafísicas de paraíso. A guerra seria o meio pelo qual o ser humano se superaria, a paz é quando se entrega ao instinto de rebanho. A necessidade de ser forte nos impele a ser fortes, fazendo força, ficamos mais fortes, este é um princípio da filosofia nietzschiana. O valor de um povo ou de um indivíduo, na perspectiva nietzschiana, está na sua força e na sua capacidade de se superar, seja resistindo ou submetendo.

Nietzsche entende que as sociedades que formaram mais indivíduos livres não se basearam na noção de igualdade e democracia, mas na noção de diferença e aristocracia, tendo a guerra como meio para promover a liberdade. Nietzsche finaliza a sessão 38 com a sentença que afirma que o seu ideal de liberdade é aristocrático, ao modo da Roma de Júlio César, entendendo a liberdade “como algo que se tem e *não* se tem, que se *quer*, que se conquista” (NIETZSCHE, 2023, p.74).

Liberdade para Nietzsche, não é uma condição absoluta dada, mas pode ter diversas perspectivas: estética, política, ética. Sobretudo, a liberdade nietzschiana pode ser interpretada de uma perspectiva fisiopsicológica. A fisiopsicologia nietzschiana, estuda a origem dos traumas que motivaram as crenças em ideais da razão como sintoma de uma grave patologia cultural. Nietzsche, como psicólogo, diagnostica que a crença nos ideais da razão adoeceu o homem moderno e essa crise patológica que criou e matou Deus, instaurando a ciência em seu lugar é também uma oportunidade para uma profunda transformação no modo de conceber o mundo e o ser humano.

Para Nietzsche, é livre aquele que, por um lado, é capaz de negar a tradição e, por outro, é capaz de afirmar sua própria existência, assumindo uma postura criativa diante da

vida. A psicologia do orgiástico é a psicologia da liberdade, da possibilidade de criar um destino, de cultivar uma vida, esteticamente, politicamente e filosoficamente em um lugar fora da moral, imoral, extra-moral.

A tresvaloração de todos os valores seria, nesse sentido, um experimento de inversão da moral, cujo objetivo seria a abertura para se pensar os valores humanos em outros termos. Em nossa visão, é a crítica radical de Nietzsche à cultura europeia, que abre caminho para pensar a vida a partir de outras cosmovisões. Nietzsche não cria uma fórmula para se atingir a liberdade, mas indica que ela não é absoluta nem definitiva, não é uma condição ideal, mas uma disposição pulsional para a guerra por afirmar as próprias perspectivas.

K - Dívida nietzschiana com os antigos e a psicologia do orgiástico

Para Nietzsche a vontade de poder seria o poderoso instinto helênico. A arte do orgiástico é inspirada pelos mistérios dionisíacos. Dionísio é o símbolo da afirmação radical da vida. Ele representa na filosofia nietzschiana a vontade de vida. Vida como símbolo sexual. Os mistérios da sexualidade seriam para Nietzsche a expressão máxima do autêntico sentimento de profunda religiosidade. Na doutrina nietzschiana dos mistérios dionisíacos a dor é santificada no ato da procriação. As profundas dores do parto são necessárias para a criação do novo. Nietzsche compreende a procriação como o caminho mais autêntico para o sagrado. Por sua vez, o cristianismo, com todo seu ressentimento, condenou a sexualidade como pecado. Por isso, Nietzsche elege o cristianismo como o seu principal inimigo. Ele diz: o cristianismo, que desprezava o corpo, foi até agora a maior desgraça da humanidade (NIETZSCHE, 2023, p. 81) . -

Nietzsche compreende que o principal instinto grego é a vontade de vida, instinto esse que ele julga ter sido reprimido a partir de uma visão racionalista e niilista da vida, sendo que tal visão ganhou expressão e se disseminou através de Sócrates e Platão para toda a cultura europeia, que desde então está em decadência. Nesse contexto, Nietzsche entende que esse instinto de vida grego pode ser explicado a partir da interpretação do mito dionisíaco. Dionísio representa, para Nietzsche, o excesso de força. Segundo ele, os historiadores e filólogos não conseguiram compreender o verdadeiro valor dos rituais orgiásticos dionisíacos. E não entenderam porque, justamente, olham para o mito com um olhar superficial e preconceituoso, captando apenas aspectos descritivos sobre esses rituais, mas sem aprofundar em seus significados.

A arte dionisiaca - que Nietzsche denomina de psicologia do orgiástico é em suas palavras: “O dizer Sim à vida em seus problemas mais duros e estranhos; a vontade de vida, alegrando-se da própria inesgotabilidade no *sacrifício* de seus mais elevados tipos - a isso chamei dionisiaco, nisso vislumbrei a ponte para a psicologia do poeta trágico” (NIETZSCHE, 2023 p.90). Nietzsche faz questão de grifar a palavra *sacrifício* para distinguir sua própria doutrina da doutrina cristã. O sacrifício nietzschiano não se reduz a uma questão moral, mas a uma postura de inventor. Ele distingue a arte dionisiaca da visão aristotélica da tragédia. Se para Aristóteles, a arte cura pela catarse, pela negação do trágico encenado na vida mesma, para Nietzsche a arte potencializa o ser como criador, que se torna capaz de dizer *sim* à vida mesmo na destruição. Não se trata de uma fuga, uma repressão ou um adiamento, mas de uma entrega que faz o indivíduo se projetar para além de sua realidade meramente moral. Adiante, sobre esse dizer *Sim*, ele diz:

Não para livrar-se do pavor e da compaixão, não para purificar-se de um perigoso afeto mediante sua veemente descarga - assim o compreendeu Aristóteles - : mas para, além do pavor e da compaixão, ser em si mesmo o eterno prazer do vir-a-ser - esse prazer que traz em si também o prazer no destruir (NIETZSCHE, 2023, p.90) ...

Nietzsche sugere uma cosmologia distinta da cosmologia judaico-cristã. Para ele, se há um sentido de sagrado está na natureza e a natureza entendida não como razão, mas como vir-a-ser, não como espírito mas como corpo e forças terrestres que agem no corpo. Nietzsche, por um lado, nega as abstrações metafísicas e religiosas que sustentam a moral do Ocidente, por outro, sugere outras perspectivas de conhecimento e de experimentação da vida. A psicologia do orgiástico é a psicologia derivada de um ato de coragem em relação à vida. Assim como a arte dionisiaca que integra o ser a si mesmo no ato de criação, a psicologia do orgiástico seria a psicologia do tornar-se si mesmo, ou a psicológica do tornar-se livre. Nietzsche finaliza o *Crepúsculo dos ídolos* de forma enigmática, indicando que sua filosofia não é um sistema, com fórmulas definidas, mas que caminha tortuosamente para retornar ao seu ponto de partida em um eterno devir:

E com isso toco novamente o ponto do qual uma vez parti - o Nascimento da tragédia foi minha primeira tresvaloração de todos os valores, com isso estou de volta ao terreno em que medra meu querer, meu saber - eu, o último discípulo do filósofo Dionísio - eu, o mestre do eterno retorno (NIETZSCHE, 2023, p.90)...

A crítica nietzschiana à Sócrates e Platão, ao cristianismo e ao judaísmo, à Descartes, Kant, Rousseau e Schopenhauer, entre outros, à modernidade em geral, com suas instituições políticas, científicas e literárias, sobretudo à psicologia de sua época, serve como base para

Nietzsche projetar sua própria filosofia, uma filosofia dionisíaca que faz uso do aforismo como forma de pensar e expressar conteúdos tradicionalmente tratados de maneira sistemática. Sobre sua abordagem pessoal, Nietzsche diz: O aforismo, a sentença, nos quais sou o primeiro a ser mestre entre os alemães, são formas da “eternidade”; minha ambição é dizer em dez frases o que qualquer outro diz em um livro - o que qualquer outro *não* diz em um livro” (NIETZSCHE, 2023, p.84)... Nietzsche quer sintetizar toda a história da filosofia ocidental em sua crítica e propor novas formas de conhecimento, a partir dela. O tempo nietzschiano é um movimento circular sobre si mesmo, um eterno devir, um vir-a-ser, uma transformação infinita do mesmo. Sendo assim, o aforismo seria mais adequado ao entendimento desse tipo de objeto mutável do que um sistema tradicional de filosofia.

Nietzsche condena o pessimismo grego diante da tragédia da vida e procura retomar o mito de Dionísio para compor uma mitologia pessoal de enfrentamento dessa tradição pessimista. Assim como procurou criar uma filosofia dionisíaca, em que a arte toma o lugar da religião e inaugura a psicologia do orgiástico rompendo com a moral cristã de negação do corpo e de sua sensualidade. A afirmação do instinto de vida, isto é, da vontade de poder, passa pela aceitação da tragédia como expressão da vida em suas dimensões de beleza e destruição. O caos é necessário na filosofia nietzschiana como princípio ordenador. Tudo retorna ao caos. E é desse caos que também ressurge uma nova ordem.

Nietzsche entende que para fugir da tragédia, os gregos tentaram maqueá-la, dando-lhe um sentido pedagógico, racional. Esse foi um erro fundamental: querer eliminar da vida seu lado trágico. Nietzsche propõe que afirmemos a vida em sua totalidade, pois tentar apagar alguns de seus aspectos fundamentais de qualquer forma nos custaria caro demais. O filósofo do eterno retorno, parece querer dizer que não há como escapar da dor, sendo assim seria melhor amá-la também como parte da vida, praticar o *amor fati*, amor ao destino trágico.

Por outro lado, o acaso produz coisas belas, admite o filósofo alemão. Entretanto, ele sabe que não é fácil aceitar isso na prática, quando fomos formados em uma tradição racionalista. Buscamos sempre uma causa primeira e isso para Nietzsche é o sintoma de uma perturbação psicológica. A psicologia que se instaurou a partir do medo do desconhecido, atribuindo à vontade à racionalidade. O Nietzsche como psicólogo diz que o corpo é a grande razão. São os instintos do corpo que motivam as ações humanas e, portanto, a vontade não seria racional, mas, pelo contrário, estaria ligada aos impulsos irracionais de busca pelo prazer e de repulsa pela dor.

Para escapar dessa realidade trágica, os gregos criaram realidades ideais negando o corpo e dessa negação surgiu a psicologia tradicional, que atribui à razão o papel de controlar a vontade. A psicologia do orgiástico nietzschiana afirma o corpo, e seus impulsos essenciais como a sexualidade, por exemplo. Enquanto a igreja condenou o sexo, relacionando-o ao pecado, imputando sentimentos de culpa aos indivíduos e demonizando certas práticas culturais, Nietzsche entende que esses impulsos, sobretudo, o impulso sexual são essências à vida e que, como tal, deveriam ser valorizados positivamente. Psicologia do orgiástico, nesse sentido, significa a afirmação dos impulsos sexuais vitais, retirando deles a culpa e a noção de pecado, tomando o ato sexual a título de experiência de prazer e afirmação de si mesmo e da própria vida. A psicologia do orgiástico é uma forma de afirmação da vida em seu aspecto sensual, como afirmação dos sentidos e dos impulsos vitais, afirmação do corpo e dos instintos que nele agem. Essa afirmação seria em última instância a afirmação da própria vida. A liberdade sexual nietzschiana ou a sua psicologia do orgiástico é a negação da noção de pecado e de culpa cristã e a afirmação do corpo como fonte de prazer e de vida.

Em Nietzsche, a natureza é um vir-a-ser, um caos que produz a diversidade em abundância, um caos que produz beleza em meio à destruição. O sentido de necessário em Nietzsche abarca a lógica desse caos, que para criar precisa destruir. Sendo assim, o sexo é necessário para a vida e por ser necessário, às vezes produz beleza e por produzir beleza deveria ser sagrado para nós que amamos a vida. Por ódio ao vir-a-ser, o cristianismo condenou o corpo e, conseqüentemente, tudo o que deriva dele, o sexo, por exemplo. Nietzsche em seu projeto de reavaliação de todos os valores, buscou restaurar o sexo como fonte sagrada de prazer de vida. Estando a orgia relacionada ao culto de um deus antigo, isso lhe serviu como mote para atacar a base psicológica cristã e ao mesmo tempo instaurar uma outra cosmologia em que o sexo seria não mais pecado, mas natural e sagrado. Essa operação de inversão de valores é essencial na lógica do projeto nietzschiano contra a moral tradicional. Por isso, estrategicamente, Nietzsche termina o *Crepúsculo dos ídolos*, em que ele ataca o conceito de livre-arbítrio e cria seu próprio conceito de liberdade, falando de sua psicologia da orgia, isto é, resgatando o sexo como fonte de vida, afirmando sua importância para a nossa existência, para além de uma visão utilitarista da vida, propondo uma visão estética da vida. Uma visão dividida em diversas perspectivas, mas que se unem de forma inesperada a partir de uma lógica de vir-a-ser, que atravessa tudo o que é vivo. A psicologia do orgiástico, segundo Nietzsche, toca no ponto em que ele iniciou: *O nascimento da tragédia*. Em sua primeira obra, Nietzsche busca compreender a lógica do pensamento grego

a partir de uma análise estética do mito de Dionísio, o deus do vinho e da orgia. Ele entende o sexo como um impulso positivo. No aforismo 8, sobre a psicologia do artista, Nietzsche diz:

Para haver arte, para haver alguma atividade ou contemplação estética, é indispensável uma condição fisiológica: a *embriaguez*. A suscetibilidade de toda máquina tem de ser primeiramente intensificada pela embriaguez: antes não se chega a nenhuma arte. Todos os tipos de embriaguez têm força para isso por mais diversamente ocasionados que sejam; sobretudo a embriaguez da excitação sexual, a mais antiga e primordial forma de embriaguez (NIETZSCHE, 2023, p.54).

A liberdade criativa se dá a partir da entrega sem culpa e sem ressentimento aos impulsos primordiais da vida. O sexo representa nesse sentido um estimulante para a criação. A arte simboliza a expressão do ato radical de procriação que gera a vida. A embriaguez é essencial porque em estado de embriaguez o poder das regras morais enfraquece e isso abre a oportunidade para a criação de novas possibilidades de valoração, fora do campo da moral tradicional europeia.

Quando condena os ideais europeus, Nietzsche não elimina a necessidade de idealizar, porém, ele compreende que idealizar não é subtrair algo da vida, mas reforçar seus traços essenciais. Se foi útil ao cristianismo negar o corpo em nome de um Deus transcendental, parece mais bonito, para Nietzsche, que saibamos cultivar esse corpo como dançarinos, que valorizemos a experiência de existir na terra mesmo na incerteza. Nietzsche nos convida para que sejamos íntegros e honestos conosco, sejamos capazes de gozar de um corpo saudável, apto para o prazer e o desprazer, vivo, livre para querer e decidir, sem recorrer a explicações metafísicas das quais não temos nenhuma garantia de validade.

A liberdade nesse sentido se assenta sobre um fundo psicológico, uma disposição para aceitar o corpo e a totalidade de seus impulsos, sua transitoriedade, sua fragilidade, mas também sua força e poder criador. Ser livre, para Nietzsche, é ser capaz de negar o que nega o corpo. A negação nietzschiiana é afirmativa, no sentido em que abre caminho para uma inversão de valores, para a afirmação de novos valores. Há em Nietzsche um convite para alimentarmos uma tendência a amar a vida como ela é, a despeito da doença e da morte. Para isso, não nos serve mais a metafísica, muito menos a religião, mesmo a ciência necessita da arte para manter-se alegre. A psicologia nietzschiiana é uma preparação para interpretar a vida como um jogo criativo em que a destruição é necessária para a criação. Em que a arte desempenha um papel fundamental na representação da vida para o ser humano. Da perspectiva nietzschiiana, dependendo da forma como essa representação é elaborada, ou o tipo de arte que se faz, afirma-se ou nega-se a vida em sua totalidade. A arte dionisiaca

afirma a vida a partir de um estado de embriaguez que liberta o ser humano da dimensão puramente moral e nos coloca diretamente ligados com nossos instintos e com o mundo. Por outro lado, Nietzsche identifica na arte cristã, uma espécie de negação generalizada da vida. No trecho que segue, Nietzsche fala sobre a condição primordial de embriaguez para a arte e o papel da arte na vida humana, distinguindo a arte dionisiaca da arte cristã:

Assim também a embriaguez que sucede todos os grandes desejos, todos os afetos poderosos, a embriaguez da festa, da competição, do ato de bravura, da vitória, de todo movimento extremo; a embriaguez da crueldade; a embriaguez da destruição (...) O essencial na embriaguez é o sentimento de acréscimo de energia e de plenitude. (...) Nesse estado o ser humano transforma as coisas até espelharem seu poder - até serem reflexos de sua perfeição. Esse ter de transformar no que é perfeito é - arte. Mesmo tudo o que ele não é se torna para ele, no entanto, prazer em si; na arte, o ser humano frui a si mesmo enquanto perfeição - Seria lícito imaginar um estado oposto, uma específica natureza antiartística do instinto - um modo de ser que empobrecesse, diluísse, debilitando todas as coisas. (...) Este é, por exemplo, o caso do genuíno cristão, de Pascal, por exemplo: um cristão que, ao mesmo tempo, fosse artista não existe(NIETZSCHE, 2023, p.54, 55)...

A liberdade exercida pelo artista em estado de embriaguez, é a libertação do julgamento moral, que impele ao sujeito a culpa e a noção de pecado, para adentrar em amplo terreno de possibilidades, que envolvem o corpo e suas forças. Nietzsche finaliza sua obra resumindo-a em *Crepúsculo dos ídolos*, que termina tocando o mesmo ponto em que ele iniciou seu percurso filosófico guiado pela suspeita e por um apurado senso crítico em *O Nascimento da tragédia*. Sobre o significado de apolíneo e dionisiaco na interpretação nietzschiana ele diz:

A embriaguez apolínea mantém sobretudo o olhar excitado, de modo que ele adquira a força da visão. O pintor, o escultor, o poeta épico são visionários *par excellence*. Já no estado dionisiaco todo o sistema afetivo é excitado e intensificado: de modo que ele descarrega de uma vez todos os seus meios de expressão e, ao mesmo tempo, põe para fora a força de representação, imitação, transfiguração, transformação, toda espécie de mímica e atuação (NIETZSCHE, 2023, p. 55).

A psicologia do orgiástico é a psicologia do artista dionisiaco, o poeta trágico, personagem que realiza a liberdade, não como mero ideal, mas como experimentações com o corpo, num jogo criativo de interpretação das próprias experiências. O ideal nietzschiano de artista e de ser humano livre é o poeta dionisiaco, aquele que assume a postura de afirmador da vida mesmo em seus aspectos negativos. O poeta dionisiaco é o espírito livre, que vive a tensão entre o antigo e novo, aquele que afirma a vida em sua tragicidade e o faz por coragem e honestidade intelectual, procurando na embriaguez a superação dos próprios limites e na superação de si mesmo lançando-se atento em um mundo perigoso e em grande parte desconhecido, um mundo que se transforma constantemente sem finalidade determinada.

Para viver neste mundo é necessário evitar ilusões metafísicas e alucinações religiosas. Nietzsche nos indica a arte dionisíaca como um caminho para si mesmo, um si mesmo no mundo, um si mesmo em constante mudança em mundo que é puro devir. A postura do artista dionisíaco é consequência da psicologia orgiástica, que liberta o corpo do pecado e da culpa para gozar dos prazeres da sexualidade e da procriação.

Nietzsche sabe que viver envolve dúvida, risco, e de qualquer forma a agonia da morte. Diante de tanta incerteza e dor, os gregos recuaram covardemente projetando um mundo perfeito fora deste. Nietzsche nos alerta para o fato de que é somente neste mundo que podemos experimentar algum tipo de liberdade. O corpo sendo a fonte de nossos afetos e esses, por sua vez, o motivo da criação artística, pode-se dizer que a psicologia do orgiástico é o terreno para a realização da liberdade nietzschiana, uma liberdade instintiva, que se expressa como vontade de beleza, vontade de vida, vontade de perfeição. A perfeição nietzschiana engloba o erro e a dúvida. A perfeição está no fato de poder-se idealizar em um universo caótico, de poder impor uma cosmovisão, uma perspectiva de mundo, de poder-se criar diferentes formas de ser e estar neste mundo movido pela vontade de poder.

Nietzsche é, a nosso ver, um advogado da terra contra os sacerdotes que pregam em favor do paraíso. Ele quer preparar o mundo para um novo ser humano, um ser humano que sobreviveu à morte de Deus e agora necessita ser a ponte para o além-humano, em uma perspectiva de que tudo é um vir-a-ser e que a superação natural das coisas como estão será inevitável. Nesse sentido, o homem livre nietzschiano é aquele que se abre com o corpo todo para o conhecimento do mundo, buscando se atentar para tudo, sem cultivar preconceitos. Nietzsche indica que: “Para o homem dionisíaco é impossível não entender alguma sugestão, ele não ignora nenhum indício de afeto, possui o instinto para a compreensão e adivinhação no grau mais elevado. Ele entra em toda pele, em todo afeto: transforma-se continuamente” (NIETZSCHE, 2023, p. 55). A liberdade nietzschiana de um ponto de vista fisiopsicológico é encarnada na figura do poeta dionisíaco, isto é, daquele que é capaz de metamorfosear-se impondo-se a si mesmo um estilo, no impulso de compreender-se enquanto devir, em um mundo em constante transformação.

Algumas considerações

A- Genealogia

Gilles Deleuze deu atenção para a maneira como Nietzsche introduziu na filosofia os conceitos de sentido e de valor com o intuito de elaborar sua crítica. Kant não soube colocar o problema da crítica em termos de valores. Para Deleuze, o conformismo moderno frequentemente distorce a filosofia nietzschiana. A filosofia dos valores seria a verdadeira realização da crítica. A filosofia dos valores seria, de acordo com Deleuze, a única maneira de realizar a crítica total - de fazer filosofia a marteladas.

Nietzsche coloca o problema da criação de valores como ponto de virada de sua crítica. Deleuze identifica como o verdadeiro problema crítico da avaliação em geral, sua ambivalência de ser ao mesmo tempo crítica e criação. Toda avaliação é um modo de ser. Avaliações são maneiras de viver daqueles que julgam. Forte e fraco não são exatamente valores, mas modos de existir dos quais deriva o valor dos valores.

Nietzsche trava uma dupla batalha com sua crítica: “A filosofia crítica tem dois movimentos inseparáveis: referir todas as coisas e toda origem de alguma coisa a valores; mas também referir esses valores a algo que seja sua origem e que decida sobre seu valor” (DELEUZE, 1976, p. 4). Nietzsche se contrapõe aos operários da filosofia (Kant e Schopenhauer): “Nietzsche se dirige ao mesmo tempo contra a elevada ideia de fundamento, que deixa valores indiferentes à própria origem, e contra a ideia de uma simples derivação causal ou de começo insípido que coloca uma origem indiferente aos valores” (DELEUZE, 1976, p. 4).

Deleuze entende que Nietzsche cria um novo modo de filosofar valendo-se de um novo conceito filosófico de método. Fazer filosofia com martelo é fazer uma pesquisa genealógica. A genealogia é a forma da crítica nietzschiana, aspecto original que a caracteriza como força ativa e não reativa. “Nietzsche forma o conceito de genealogia. O filósofo é o genealogista, não um juiz de um tribunal à maneira de Kant, nem mecânico à maneira utilitarista” (DELEUZE, 1976, p. 4).

Deleuze nota na filosofia de Nietzsche, um elemento diferencial que seria o próprio sentimento de diferença ou de distância, que substitui a pretensão por universalidade. A genealogia é para Deleuze a forma da crítica nietzschiana, porque ela busca a origem do valor

dos valores, busca um sentido histórico da geração de valores e toma esses valores em termos de distância.

Genealogia quer dizer ao mesmo tempo valor da origem e origem dos valores. Genealogia se opõe ao caráter absoluto dos valores tanto quanto ao seu caráter relativo ou utilitário. Genealogia significa o elemento diferencial dos valores do qual decorre o valor destes. Genealogia quer dizer, portanto, origem ou nascimento, mas também diferença ou distância na origem (DELEUZE, 1976, p.4).

Deleuze conclui que a crítica nietzschiana é uma força ativa, criativa e não um impulso provocado pelo ressentimento ou pelo sentimento de vingança. Não é uma crítica no sentido tradicional. “Por isso crítica por Nietzsche nunca é concebida como uma *reação*, mas sim como uma *ação*. Nietzsche opõe a atividade da crítica à vingança, ao rancor ou ao ressentimento” (DELEUZE, 1976, p. 4).

Deleuze aposta que o filósofo na concepção nietzschiana seria o genealogista e a genealogia, por sua vez, seria uma forma de crítica no sentido de ataque e não de vingança. O filósofo no sentido nietzschiano é um crítico-criador de novos valores. O papel da crítica é destruir para construir, essa é a função do martelo e a genealogia seria o martelo.

B - Filosofia da suspeita

O empreendimento nietzschiano tem por objetivo a criação de novos valores, de uma nova cultura. Nietzsche compreende que a cultura ocidental produziu um ser humano que é um animal doente. Trata-se, portanto, de retomar o controle do destino da humanidade e transformar o ser humano, através da educação, em um animal saudável.

Nietzsche escreve uma filosofia de valores, que visa suprir a necessidade urgente de se criar novos valores, que vão concorrer para a transformação radical da civilização ocidental. Ele coloca sob suspeita a nossa maneira de sentir, de pensar e de agir. Nietzsche irá convidar o leitor a se questionar. Essa é uma de suas maiores preocupações. Diferente da grande maioria dos filósofos, ele não está em busca da verdade, pois para ele a verdade nada mais é do que um valor como todos os outros que orientam a conduta humana. Nessa perspectiva, a busca pela verdade teria nos conduzido tanto a erros como a atitudes cínicas e hipócritas, que não contribuem para o aprimoramento humano. Portanto, encontraremos no texto de Nietzsche, formas de relacionamento com o leitor muito diferentes das formas aplicadas por outros filósofos. Nietzsche não se prende a longas demonstrações, ao contrário, ele procura fazer com que os seus leitores incorporem de algum modo essa sua proposta de grande reviravolta cultural.

Em *Ecce Homo* Nietzsche diz que seus leitores ainda estariam por vir. Ele não esperou ser entendido por seus contemporâneos. Ouvidos finos são necessários para receber a filosofia nietzschiana. Não à toa ele refere-se a si mesmo como a um extemporâneo, isto é, alguém fora de seu tempo. O presunçoso filósofo alemão pretendia trazer algo totalmente novo em sua filosofia. Uma filosofia, segundo Scarlett Marton, da suspeita. Uma filosofia que, todavia, traz no bojo de sua crítica mordaz, um projeto de futuro.

C - Eterno retorno e liberdade

O eterno retorno desempenha um papel argumentativo fundamental na obra de Nietzsche. Muitos se perguntam como Nietzsche concilia a ideia de necessidade e liberdade. O eterno retorno é uma imagem que tem por finalidade justamente isso. No trecho que segue, Gilles Deleuze, em seu livro *Nietzsche e a filosofia*, busca esclarecer esse enigma: “Abolir o acaso pegando-o com a pinça da causalidade; em lugar de afirmar o acaso, contar com a repetição dos lances; em lugar de afirmar a necessidade, contar com uma *finalidade*; todas essas são operações do mau jogador” (DELEUZE, 1976, p. 15). Para Deleuze, Nietzsche compreende a vida como um jogo do acaso, sem qualquer finalidade preestabelecida e nesse jogo a razão desempenha um papel secundário, o que coloca Nietzsche contra toda a tradição racionalista da filosofia. Para ele, noções como causalidade são meras abstrações que não tem a ver com a realidade do devir. Quem dita as regras do jogo é o devir, ele tem suas próprias regras e elas são contrastantes com as regras da razão idealizada. Deus é uma ideia da razão, mas o caos é a expressão do devir. Segundo Deleuze o jogo se daria da seguinte forma:

Os dados lançados uma só vez são a afirmação do acaso, a combinação que formam ao cair é a afirmação da necessidade. A necessidade se afirma com o acaso no sentido exato em que o ser se afirma no devir e o um no múltiplo. (...) Isto porque, do mesmo modo que o um não suprime ou nega o múltiplo, a necessidade não suprime ou abole o acaso. Nietzsche identifica o acaso ao múltiplo, aos fragmentos, aos membros, ao caos; caos dos dados que sacudimos e que lançamos. *Nietzsche faz do acaso uma afirmação* (DELEUZE, 1976, p. 15).

Nietzsche restitui todas as coisas, libertando-as da servidão da causalidade e da finalidade. As coisas preferem dançar ao sabor do acaso ao se arrastarem em linha reta. A razão restaurada por Nietzsche, afirma o caos como necessidade, afirmando assim a vida e as regras do devir, pois, “Saber afirmar o acaso é saber jogar” (DELEUZE, 1976, p. 15). Não há causas nem finalidade no universo, essas são suas regras e é preciso conhecê-las e aceitá-las para ser um bom jogador. O ressentido e o vingativo são negadores do acaso e por isso se

fiam na razão com sua causalidade e finalidade. Quais seriam as consequências disso para o eterno retorno e para a liberdade?

Num texto mais obscuro, carregado de significação histórica, Nietzsche escreve: “O caos universal, que exclui toda atividade de caráter finalista, não é contraditória com a ideia de ciclo, pois essa ideia é apenas uma necessidade irracional.” Isso quer dizer: frequentemente o caos e o ciclo, o devir e o eterno retorno foram combinados, mas como se pusessem em jogo dois termos opostos. Assim, para Platão, o devir é ele próprio um devir ilimitado, um devir louco, um devir híbrido e culpado que, para ser colocado em círculo, precisa sofrer a ação de um demiurgo que o envergue pela força, que lhe imponha o limite ou o modelo da ideia; (...) Heráclito era talvez o único, mesmo entre os pré-socráticos, que sabia que o devir não é ‘julgado’, que não pode ser julgado e não é para ser julgado, que ele não recebe sua lei de fora, que é ‘justo’ e possui em si mesmo sua própria lei. Só Heráclito pressentiu que o caos e o ciclo em nada se opunham (DELEUZE, 1976, p. 16).

Para Deleuze, o *eterno retorno* é uma imagem nietzschiana que visa representar a lógica interna do devir, que concilia indeterminação e ciclo. A lei do caos é a não - causalidade e a não - finalidade predeterminadas. Seria preciso afirmar essa lei para afirmar a vida em sua totalidade. O devir é justo, porque é impessoal e é livre porque não é determinado. Cada um de nós, sendo parte necessária desse todo caótico, também somos devir, também estamos sujeitos às suas leis, portanto, somos livres na medida em que afirmamos a nós mesmos como centros de força e vontade, isto é, como partes interessadas na vida. Nietzsche compreende que sua solução é original e que não há equivalente na história, talvez com exceção de Heráclito, que tenha interpretado o devir como ele, de modo positivo. Sobre isso Deleuze escreve:

Compreende-se que Nietzsche não reconheça de modo algum sua ideia do eterno retorno em seus predecessores antigos. Estes não viam no eterno retorno o ser do devir enquanto tal, o um do múltiplo, isto é, o número necessário, saído necessariamente de todo o acaso. Eles aí viam até mesmo o oposto: uma submissão do devir, uma confissão de sua injustiça. Com exceção de Heráclito, talvez, eles não tinham visto a “presença da lei no devir e a presença do jogo na necessidade” (DELEUZE, 1976, p. 16).

Deleuze compreende o eterno retorno como doutrina cosmológica e física. Ele diz:

A exposição do eterno retorno, tal como Nietzsche o concebe, supõe a crítica do estado terminal ou estado de equilíbrio, diz Nietzsche, se o devir tivesse um objetivo ou um estado final ele já o teria atingido. (...) o tempo sendo infinito, o devir teria atingido seu estado final se tivesse um estado final. (...) Se o universo fosse capaz de permanência e fixidez e se houvesse em todo seu curso um só instante de ser no sentido estrito, não poderia mais haver devir, portanto, não se poderia mais *pensar* nem observar um devir qualquer (DELEUZE, 1976, p. 24).

Deleuze entende que a noção nietzschiana de devir é a chave para a compreensão de sua crítica à cosmologia judaico-cristã e à tradição metafísica socrática-platônica, por sua forma original de interpretar o devir, afirmando-o tal qual suas leis necessárias, contrariando as leis racionais de causalidade e finalidade. Para Nietzsche, o tempo não é linear, mas circular, e cada ciclo não faz simplesmente voltar o mesmo, mas a possibilidade de que o mesmo se repita e também a possibilidade de criação do novo. O eterno retorno não é a permanência do mesmo, o estado do equilíbrio, nem a morada do idêntico. “No eterno retorno, não é o mesmo ou o um que retornam, mas o próprio retorno é o um que se diz somente do diverso e do que difere”(DELEUZE, 1976, p. 24).

O eterno retorno não deve ser lido pelo crivo do olhar mecanicista. Segundo Deleuze:

(...) só podemos compreender o próprio eterno retorno como a expressão de um princípio que é a razão do diverso e de sua reprodução, da diferença e de sua repetição. Tal princípio é apresentado por Nietzsche como uma das descobertas mais importantes de sua filosofia. Ele lhe dá o nome: vontade de potência. Por vontade de potência “exprimo o caráter que não pode ser eliminado da ordem mecânica sem eliminar essa própria ordem”(DELEUZE, 1976, p. 25).

O que é a vontade de potência⁴? Qual sua relação com a liberdade?

D - Vontade de Potência e liberdade

A vontade de potência opera em dois sentidos. Opera por um lado no registro dos valores (axiológico) afirmando a identificação entre a vida e a vontade de potência. A vida sendo tomada como critério para avaliar as avaliações. A criação de valores, nesse sentido, ou qualquer tipo de apreciação deve necessariamente passar pelo crivo da vida. Não se trata, por óbvio, de perguntar se esta apreciação é verdadeira ou falsa, mas de se perguntar se esta apreciação de qualquer ordem contribui para a expansão da vida ou para a sua ruína - Isso intensifica ou arrefece a vida? - esta é a pergunta nietzschiana. A partir daí, Nietzsche vai fazer um diagnóstico da cultura ocidental e constatar que tal civilização está produzindo indivíduos doentes.

A *vontade de potência* atua por outro lado também no sentido cosmológico. Nietzsche concebe o mundo como um todo finito onde atuam forças que disputam entre si para expandirem-se ao máximo. Essas forças irradiam uma vontade de potência. Essa vontade de

⁴ Mais um caso em que optamos por manter o termo *vontade de potência*, para sermos fiéis à tradução do texto de Deleuze, adotada nesta pesquisa como literatura de apoio.

potência, além de ser um critério na esfera dos valores, seria também um elemento constitutivo do mundo. Tudo o que existe e é vivo seria constituído de vontade de potência. Essa vontade de potência tem a ver com o efetivar-se das forças. As forças que querem expandir-se sempre mais e mais. Nesse registro a própria vida seria vontade de potência, pois, a vontade de potência sendo uma propriedade de tudo que é vivo, é também a norma que orienta a criação de valores que regem a conduta humana.

Vejamos o que Deleuze tem a nos dizer sobre vontade de potência:

A vontade de potência é, então, o elemento genealógico da força, ao mesmo tempo diferencial e genético. A vontade de potência é o elemento do qual decorrem, ao mesmo tempo, a diferença de quantidade das forças postas em relação e a quantidade que, nessa relação, cabe a cada força. A vontade de potência revela aqui sua natureza: ela é princípio para a síntese das forças. É nessa síntese que se relaciona com o tempo, que as forças repassam pelas mesmas diferenças ou que o diverso se reproduz. A síntese é a das forças, de sua diferença e de sua reprodução; o eterno retorno é a síntese da qual a vontade de potência é o princípio (DELEUZE, 1976, p. 25).

A vontade de potência é um princípio plástico, flexível, que se transforma e se reproduz produzindo o diverso. Não deve ser confundido com um ideal da razão, como uma espécie de essência ou causa, mas como uma lei do devir. A vontade de potência não se distingue das forças. “A vontade de potência não pode ser separada da força sem cair na abstração metafísica” (DELEUZE, 1976, p. 26). Na relação entre as forças sempre ocorre de uma força exercer domínio sobre outra. Quando nos referimos ao conceito de força, segundo Deleuze, seria pensando na força vitoriosa, naquela que predomina. Essa força necessita de um complemento interno, um acréscimo que seja capaz de determiná-la em dupla perspectiva.

As forças relacionadas remetem a uma dupla gênese simultânea: gênese recíproca de sua diferença de quantidade, gênese absoluta de sua qualidade respectiva. A vontade de potência acrescenta-se portanto à força, mas como elemento diferencial e genético, como o elemento interno de sua produção. Ela nada tem de antropomórfico em sua natureza (DELEUZE, 1976, p. 26).

Onde há vida, há vontade de potência, um princípio interno que ordena as forças em relação, fazendo com que umas dominem e outras se submetam. Esse princípio não é racional, mas um instinto vital que ordena as forças terrestres. A vontade de potência que intensifica as forças terrestres, os instintos vitais, no caso do ser humano, nos leva para além da mera sobrevivência, nos impulsiona a criar nossos próprios objetivos e finalidades. A vontade de potência é livre e aquele que a realiza enquanto parte de um devir inocente e justo, goza da liberdade criativa. A vontade de potência impulsiona o ser humano a criar seus próprios

valores e expandir as forças vitais ao máximo possível. Nesse sentido, a liberdade nietzschiana se identifica com a vontade de potência, pois ela nunca é absoluta, sempre algo que exige embate entre forças e que se realiza na medida em que uma força vital se impõem, exercendo o domínio sobre as outras. A liberdade nietzschiana é um instinto criativo de desimpedimento moral e de valores e interpretações originais da vida, um ato corajoso de determinação de si mesmo. Vontade de potência é instinto de vida e vida é devir, caos impessoal, que cria e destrói, que produz ao acaso a utilidade, a beleza e a morte. O tipo livre nietzschiano, o poeta trágico, o dionisíaco, o artista do próprio destino é aquele que com coragem diz um grande *Sim* a tudo isso, simplesmente motivado pelo amor como expressão de força - *Amor fati* - amor ao trágico e belo destino humano e *além-humano*.

E - Natureza e liberdade

Pode-se dizer que a filosofia de Nietzsche tem um aspecto naturalista, baseada nas noções de instinto e afeto. A natureza é devir, inocente, impessoal, caótico, imprevisível, ilógico, sem finalidade e o ser humano seria apenas uma das partes necessárias dessa natureza. O naturalismo nietzschiano não deve ser confundido com o materialismo, trata-se mais de uma rejeição radical aos transcendentalistas. A moral tradicional no Ocidente, considerada por Nietzsche como antinatural, afastou o ser humano da natureza, isto é, de si mesmo. Contrapondo sua visão de natureza, como impulso ilógico, à visão ocidental que concebe a natureza como razão e esta como oposição ao corpo, Nietzsche propõe a reconciliação entre o ser humano e a natureza, buscando através de um compromisso com a honestidade intelectual e o instinto de liberdade, um consórcio alegre entre a razão restaurada e as forças caóticas da natureza, o devir ou o vir-a-ser.

Em Nietzsche, não há oposição entre cultura e natureza ou entre alma e corpo, entre necessidade e liberdade. Assim, não seria possível alterar totalmente a natureza de um animal, mas poderia-se comprovadamente enfraquecê-la através de castigos e privações. Segundo Nietzsche, foi isso que os sacerdotes fizeram com os alemães. A moral tornou o homem infeliz e sempre insatisfeito consigo, preso a um ideal de perfeição inatingível. A igreja adoece o ser humano no intuito de curá-lo. A religião enfraqueceu no povo europeu sua vontade de potência, tornando os seus fiéis, animais de rebanho. A moral, segundo Nietzsche, tornou os alemães doentes em nome de seu melhoramento, os aprisionando em conceitos ideais que negaram sua verdadeira natureza: o corpo e as forças terrestres.

F- Corpo e liberdade

Em Nietzsche, o corpo é o referencial para pensar a vida. Deleuze entende que o corpo tão desprezado e condenado pela igreja foi restaurado por Spinoza em sua Ética, que abriu caminho para que se pensasse a vida não mais pela lente do idealismo transcendental. Deleuze indica que Nietzsche aproveitou o ensejo para questionar o posto de comando racional, a consciência e a própria ideia de sujeito ou unidade. Deleuze nota que Nietzsche foi perspicaz ao indicar que o corpo teria muito mais a nos dizer do que a consciência.

O que é a consciência? Como em Freud, Nietzsche pensa que a consciência é a região do eu afetada pelo mundo exterior. (...) O que é o corpo? Nós não o definimos dizendo que é um campo de forças, um meio provedor disputado por uma pluralidade de forças. Com efeito, não há “meio”, não há campo de forças ou de batalha. O que define um corpo é essa relação entre forças dominantes e forças dominadas. Toda relação de forças constitui um corpo: químico, biológico, social, político. (...) O corpo é um fenômeno múltiplo, sendo composto por uma pluralidade de forças irreduzíveis; sua unidade é a de um fenômeno múltiplo, “unidade de dominação” (DELEUZE, 1976, p. 21).

Em Nietzsche, o corpo é um mistério palpável, que tem muito a nos ensinar sobre a vida. O corpo é produto de um singular encontro entre forças ativas e reativas. Essas forças não são consideradas em si, mas sempre em relação a outras forças. A força superior é ativa, dominante, a inferior, reativa, dominada. O encontro entre as forças é obra do acaso e sua qualidade, isto é, sua diferença, é baseada na quantidade, ou na intensidade com que uma força se sobrepõe a outra.

Giacchia em Nietzsche como psicólogo escreve:

O corpo pode servir de paradigma para a constituição de uma hipótese sobre a unidade do sujeito, muito mais rica e plausível que o atomismo psíquico. O psicólogo Nietzsche desconstitui, pois, as evidências até então assentes, sobre as quais se fundamentava o edifício teórico da psicologia racional; ao fazê-lo, ele provoca a destruição da crença imemorial na unidade do sujeito, na unidade da consciência, que, para Nietzsche, é inconscientemente induzida pela função gramatical do sujeito (GIACCHIA, 2001, p. 59).

O corpo em Nietzsche é um dado concreto que confere uma unidade provisória à multiplicidade do devir. Sendo o corpo, ele mesmo, uma multiplicidade de forças, guiadas pela vontade de potência, como princípio vital e parte do todo (devir).

G - Solidão e liberdade

A liberdade em sentido nietzschiano não é meramente um ideal da razão, mas a capacidade objetiva de ser fiel a si mesmo, ainda quando o mundo inteiro se opõe. Pode-se dizer que a solidão, por vezes, abominada, é uma experiência positiva na filosofia de Nietzsche. Parece que em meio à pluralidade de vozes no mundo, quanto mais nos afastamos da solidão mais nos afastamos de nós mesmos. Nietzsche nos faz pensar que talvez a solidão não seja um monstro terrível a ser temido, mas uma oportunidade de ouvirmos a nossa própria voz. Mais que um momento de isolamento, a solidão pode ser uma porta para a liberdade, um espaço onde pensamentos independentes podem acontecer. Talvez seja a ausência de barulho externo um momento para poder questionar certas crenças.

A solidão nietzschiana é o resultado do enfrentamento contra a moralidade do rebanho. Ela não é confortável, exige coragem para enfrentar a falta de respostas definitivas. A solidão dói. Mas é preciso amar a dor como parte essencial da vida. A superação da dor, assim como a disposição para a guerra, educam para a liberdade. Uma guerra interior contra as crenças limitantes. Uma guerra entre os impulsos e os valores.

A solidão seria uma condição necessária para quem busca superar os limites impostos pela moralidade. A solidão é um espaço para a criação. A solidão é essencial para Zaratustra enfrentar os próprios preconceitos morais. A solidão é o preço da liberdade do animal que se desgarrar do rebanho. Nela somos forçados a pensar por nós mesmos, a questionar nossas crenças. A solidão não é um fim, mas um meio de libertação.

Na modernidade, o avanço da técnica reduziu o espaço da solidão pela lógica do trabalho coletivo. Na atualidade, as redes sociais são a personificação da moralidade de rebanho, onde todos buscam aprovação do grupo. A obrigação de estar conectado o tempo inteiro como uma evasão da solidão, se traduz na realidade como uma fuga de nós mesmos. Na contemporaneidade, enfrentamos o perigo de viver sob o olhar constante do rebanho. A busca por afirmação e validação constante, a vontade de pertencimento, o medo crônico da solidão, isto é, do enfrentamento dos próprios limites, tem adoecido as pessoas, o que em termos sociológicos tem resultado em polarização política e no avanço de correntes totalitaristas como o crescimento de comunidades neonazistas na internet.

O enfrentamento da solidão nesse contexto torna-se um ato de rebeldia. Desconectar-se por algumas horas para exercitar o silêncio e o ócio solitário é saudável em uma sociedade patologicamente hiperconectada, uma sociedade de desempenho, onde a capacidade de socializar-se é supervalorizada e a solidão vista como expressão de fracasso

pessoal. O próprio Nietzsche em sua vida foi muito solitário. Mas ele sugere que isso seria prova de força e não o contrário. Pois é na solidão que o ser se encontra consigo mesmo. Isso não significa abandonar definitivamente o mundo e as outras pessoas, mas encontrar um equilíbrio entre a interação e a introspecção. Para Nietzsche, longe de ser um castigo, a solidão é a oportunidade de criarmos nossos próprios valores, cultivando a coragem de sermos independentes, conquistando a liberdade de ser quem somos, sem envergonhar-se de nós mesmos, mantendo a saudável distância que nos separa. Nietzsche aposta na singularidade como forma de liberdade e a solidão seria o terreno para a descoberta e a conquista dessa singularidade ou do legítimo direito de ser único.

Na visão nietzschiana, a liberdade não é um ideal, mas um instinto de afirmação de si mesmo e da vida, a despeito dos seus percalços. O espírito livre experimenta a tensão entre o velho e o novo e aposta no novo ainda que isso lhe custe a solidão daquele que contraria o rebanho. Em última instância, o ato de afirmação da vida é sempre um ato solitário de coragem.

H - Imoralismo

O termo “imoralismo”, que ocorre no título da tese de Alice Medrado, encontra-se no texto de Nietzsche nas principais traduções brasileiras. Mas o que seria afinal o imoralismo? Muitos autores indicam que Nietzsche adota uma perspectiva extra-moral, isto é, ele propõe pensar a agência humana fora da dimensão moral (tanto Alice, quanto Miguel, apontam nesse sentido). Todavia, o termo imoralismo é adotado por Nietzsche em sentido distinto do extra-moral. Enquanto o sentido extra-moral seria uma consequência da crítica nietzschiana, um estágio de superação da moral, o imoralismo seria um ponto de partida para esse estágio, um experimento de inversão de valores, que tem a função de abrir caminho para uma moral naturalista do cultivo de si, numa perspectiva artística, em contraste com a moral religiosa cristã, antinatural e teológica.

No primeiro momento de sua crítica, Nietzsche procura identificar os afetos que sustentam a crença cega nas ideias da razão. Posteriormente, ele identifica os ideais correspondentes aos afetos do medo e da ambição, da fraqueza e do ressentimento. No caso da liberdade, Nietzsche identifica que os instintos de julgar e punir sustentaram o argumento do livre arbítrio, como uma condição natural, entendendo a natureza como um princípio racional superior que determina o critério universal dos valores morais. Contra essa visão,

Nietzsche propõe uma reviravolta de valores, entendendo a natureza como devir e não como princípio racional. Na visão de Nietzsche, a natureza não produz universalidade, mas perspectivas, diversidade, mudança e inconstância. O imoralismo nietzschiano seria uma proposta de inversão dos valores tradicionais, a partir de uma distinção entre uma moral que distorce e nega a natureza e outra que a aceita mesmo em seus aspectos mais misteriosos e trágicos. Sobre isso Nietzsche diz:

A moral do cultivo e a moral da domesticação são inteiramente dignas uma da outra nos meios de se imporem: podemos colocar como princípio máximo que, para fazer moral, é preciso ter vontade incondicional do oposto. Este é o grande problema, o inquietante problema que persegui mais longamente: a psicologia dos “melhoradores” da humanidade.(...) Nem Manu, nem Platão, nem Confúcio, nem os mestres judeus e cristãos duvidaram jamais de seu direito à mentira. (...) Expresso numa fórmula, pode-se dizer: todos os meios pelos quais, até hoje, quis-se tornar moral a humanidade foram fundamentalmente imorais (NIETZSCHE, 2023, p. 43). -

O imoralismo nietzschiano é uma estratégia de combate ao moralismo tradicional, um experimento de inversão de valores, que tem como objetivo uma reparação histórica do desenvolvimento da moral como antinatureza. No dicionário de Filosofia de Nicola Abbagnano, o termo imoralismo aparece como: “Expressão adotada por Nietzsche para expressar sua posição de antagonismo à moral tradicional e sua tentativa de efetuar uma “reviravolta de valores”. Nietzsche dizia: “Sabe-se qual a palavra que preparei para esta luta, a palavra *imoralista*; minha fórmula também é conhecida: além do bem e do mal (Wille zur Macht, 1901, §167, c.)

Em *Crepúsculo dos ídolos*, Nietzsche se posiciona como *imoralista* para distinguir-se dos moralistas, que desejam impor aos indivíduos padrões de comportamentos estranhos à sua natureza: “Nós, imoralistas, pelo contrário, abrimos nosso coração a toda espécie de entendimento, compreensão, *abonação*. Nós não negamos facilmente, buscamos nossa distinção em sermos *afirmadores*” (NIETZSCHE, 2023, p. 31). O imoralismo nietzschiano não é mera negação da moral tradicional, mas a afirmação da natureza, ou seja, a afirmação de um vir-a-ser imprevisível, necessário e sem finalidade. Se a moral tradicional baseou-se em abstrações racionais universais e absolutas para orientar a conduta humana, como uma manifestação humana antinatural, o imoralismo nega essa moral contra a natureza para afirmar, em última instância, a própria natureza. Os moralistas são negadores da vida e os *imoralistas* negadores dos negadores da vida e, portanto, afirmadores dela.

Em *Ecce Homo*, Nietzsche escreve:

No fundo, são duas as negações que encerram em si a minha palavra imoralidade. De um lado, eu nego um tipo de homem que até agora tem sido considerado como superior: o dos bons, dos benévolos, dos caridosos, de outro, contradigo uma espécie de moral que chegou a adquirir certa preponderância, chamada mais claramente a moral decadente, a moral cristã (NIETZSCHE, 2000, p. 119).

I - Perspectivismo

O que seria o perspectivismo nietzschiano? O dicionário de filosofia de Nicola Abbagnano, na página 886, da edição de 2007, pela editora Martins Fontes, indica que para Nietzsche o perspectivismo é uma decorrência da própria condição natural humana: “Nietzsche fala, porém, de uma necessária perspectiva, derivada da multiplicidade perséptica dos centros de vontade e de interpretação, ou seja, do fato de que cada centro de força, não só o homem, constrói todo o resto do mundo a partir de si mesmo.”

O perspectivismo nietzschiano é fisiopsicológico e deriva da condição corporal, dos instintos e da necessidade de interpretar a vida psicologicamente. O perspectivismo nietzschiano é uma resposta contrária ao universalismo europeu, que baseia sua epistemologia na noção de sujeito racional universal.

Giacóia em sua recente obra *Perspectivismo e interculturalidade*, diz: “ (...) o perspectivismo de Nietzsche enseja não apenas as condições necessárias a uma ampliação de horizontes para uma filosofia intercultural, mas também libera o pensamento para uma autêntica filosofia da interculturalidade” (GIACOIA, 2025, p. 9). Para Giacóia, o perspectivismo nietzschiano abre caminho para pensarmos com outras culturas. A crítica nietzschiana à cultura europeia, descentraliza o poder do discurso racional universalista, dando oportunidade a outros pontos de vista, oriundos de outras culturas, outras mitologias e cosmovisões. Porém, o perspectivismo nietzschiano não deve ser confundido com o relativismo. O que acontece com o perspectivismo não é afirmar que não haja universalidade, mas questionar a universalidade europeia.

A pretensão inalienável da razão à universalidade como valor epistêmico e normativo deixa de ser identificada com sua tradicional formulação eurocêntrica para asseverar-se como prerrogativa justa e possível unicamente no diálogo plural com a multiplicidade dos mundos culturais e históricos (GIACOIA, 2025, p. 9).

O perspectivismo nietzschiano seria uma oportunidade de abertura para a interpretação de outras formas de pensar. Apenas no diálogo entre as diferentes perspectivas culturais poderemos criar uma filosofia intercultural e com pretensão legítima de universalidade. De acordo com Giacóia:

Nesse panorama de crise permanente, a Europa e todas as formações sócio-histórico-culturais dela originárias são levadas a encontrar e se medir com a potência da alteridade, com as figuras do Outro, num diálogo firmado em novas bases e sob novas condições (GIACOIA, 2025, p. 9).

Giacoia entende que os dias atuais exigem uma abertura franca para o diálogo entre diferentes culturas, ressaltando a necessidade e a importância de se levar a sério a filosofia de povos não-europeus. Obviamente, os europeus assimilaram elementos de outras culturas em sua tradição filosófica, todavia, de forma a não reconhecer o outro em pé de igualdade. Giacoia compreende o perspectivismo nietzschiano como uma base para ler filosoficamente o trabalho de antropólogos que estudaram a formação cultural do povo brasileiro, com ênfase em sua forma de pensar e de viver. Segundo Giacoia:

O perspectivismo nietzschiano fornece uma chave de leitura original para a antropologia de Darcy Ribeiro e de Eduardo Viveiros de Castro (...) Abre-se, assim, espaço para o tratamento, a partir de ângulos teóricos inusitados, de temas de grande relevância e atualidade, como aqueles de identidade sociocultural e decolonização (GIACOIA, 2025, pp. 10/11).

J - O futuro da ciência

Para Nietzsche, “(...) tudo evoluiu⁵; não há realidades eternas; tal como não há verdades absolutas. Por conseguinte, a filosofia histórica é doravante uma necessidade e, com ela, a virtude da modéstia (NIETZSCHE, 2001, p. 31). Nietzsche nota que

Somente seres por demais ingênuos podem acreditar que a natureza humana poderia ser transformada numa natureza puramente lógica; (...) Até o homem mais racional necessita, de vez em quando, retornar à natureza, isto é, à sua relação fundamental ilógica com todas as coisas (NIETZSCHE, 2001, p. 55).

Nietzsche compreende a necessidade de realizar uma dissecação psicológica da cultura, pois, segundo ele, caberia à psicologia o papel de fornecer uma base interpretativa para outros fenômenos sociais, “(...) esse é o domínio dessa ciência que pesquisa a origem e a história dos chamados sentimentos morais e que com seu avanço deve pôr e resolver o complexos problemas sociológicos” (NIETZSCHE, 2001, p. 55). A observação psicológica, para Nietzsche, significou buscar a origem do erro que fundou a moral e causou a decadência

⁵ O termo evoluir é empregado por Nietzsche em sentido próprio, distinguindo-se tanto da perspectiva darwinista, no sentido de adaptação ao meio, quanto no sentido de melhoramento moral, mas o verbo evoluir é empregado por Nietzsche no sentido de um movimento de transformação, de devir, de vir-a-ser.

da cultura Ocidental desde Sócrates até a modernidade. Nietzsche determina em que medida a observação psicológica deve ser útil à ciência e como estas devem imitar a natureza em sua inocência e irresponsabilidade, sem objetivos predeterminados, nem finalidades últimas: :

Assim: se a observação psicológica traz aos homens mais proveito ou mais dano, isso tem de ficar sempre sem resposta; mas é certo que ela é necessária, porque a ciência não pode prescindir dela. A ciência, porém, não leva em consideração aos fins últimos como a natureza tampouco; entretanto, da mesma forma que esta ocasionalmente realiza coisas da mais alta conveniência sem tê-las querido, assim também a verdadeira ciência, enquanto imitação da natureza em conceitos, promoverá ocasionalmente e de diversos modos a utilidade e o bem estar dos homens, encontrando os meios oportunos para tanto, mas igualmente sem tê-lo querido (NIETZSCHE, 2001, p. 65).

Da perspectiva de Nietzsche, “Tudo é necessidade - é o que diz o novo conhecimento: esse conhecimento é ele próprio necessidade. Tudo é inocência: e o conhecimento é o caminho para chegar à compreensão dessa inocência” (NIETZSCHE, 2001, p. 106).

Em *Humano, demasiado humano* (1788), no aforismo 251 - intitulado *Futuro da ciência*, Nietzsche deixa uma provocação para as próximas gerações, fornecendo-nos não um modelo de como pensar e agir, mas apresentando-nos a problemática de uma perspectiva crítica e ao mesmo tempo criativa. Se por um lado, Nietzsche critica o racionalismo e o positivismo presentes na ideia moderna de ciência, por outro, ele reconhece a necessidade de desenvolver um conhecimento científico sólido e em constante evolução e harmonia com a natureza ilógica do ser humano:

A ciência dá muita satisfação àquele que a ela consagra seu trabalho e suas pesquisas, muito pouco àquele que aprende seus resultados, mas quando pouco a pouco todas as verdades importantes da ciência se tornarem cotidianas e comuns, também esse pouco de satisfação desaparece: da mesma forma como nós há muito deixamos de sentir prazer ao aprender a tabuada (NIETZSCHE, 2001, pp. 209/210).

O elemento psicológico do princípio de prazer determina a nossa relação com o conhecimento. Nietzsche observa que a ciência na medida que evolui estaria deixando de ser uma fonte de satisfação das exigências ilógicas.

Ora, se a ciência por si proporciona cada vez menos satisfação e cada vez mais, tornando suspeitas a metafísica, a religião e a arte consoladoras, então empobrece aquela máxima fonte do prazer a que o gênero humano deve quase toda a sua humanidade. Por isso, uma civilização superior deve dar ao homem um cérebro duplo, algo como dois compartimentos do cérebro, para sentir a ciência de um lado e, do outro, o que não é ciência; colocadas uma ao lado da outra, sem confusão, separáveis, isoladas; trata-se de fonte de energia, na outra o regulador: as ilusões, os preconceitos, as paixões devem servir para aquecer; com a ajuda da ciência

discernente devem ser evitadas as consequências más e perigosas de um superaquecimento (NIETZSCHE, 2001, p. 210).

Da perspectiva de Nietzsche, o problema é que a ciência está proporcionando cada vez menos prazer, sobretudo, por seu aspecto lógico de desmistificação da religião e da arte, ilusões compensadoras que atendem às necessidades naturais ilógicas, isto é, àquilo que tornou o ser humano o que ele é. Logo, para Nietzsche, uma civilização superior necessitaria de uma harmonização entre o pensamento lógico e o sentimento baseado no aspecto ilógico da nossa natureza. Isto seria uma questão de saúde. O ser humano precisa equilibrar-se entre forças opostas que se completam.

Se não for satisfeito esse requisito da civilização superior, então pode-se prever quase com segurança o decurso ulterior da evolução humana: o interesse pelo verdadeiro cessará, quanto menos prazer ele assegurar; a ilusão, o erro, o fantástico, porque estão ligados ao prazer, reconquistarão, lutando passo a passo, o terreno que outrora ocupavam; a ruína das ciências, a recaída na barbárie serão a consequência imediata; de novo, a humanidade terá de recomeçar a tecer o tecido, depois de tê-lo, como penélope, destruído durante a noite. Mas quem nos garante que ela voltará sempre a encontrar forças para isso (NIETZSCHE, 2001, p. 210)?

Nietzsche indica que a ciência se quiser elevar a humanidade a um patamar superior deverá levar em consideração as exigências fisiológicas do ser humano. Deveríamos ter um cérebro duplo: de um lado a ciência e de outro a arte, pois o ser humano necessita equilibrar-se entre lógica e imaginação. Para o filósofo alemão, buscar esse equilíbrio entre a razão e a desrazão seria para nós uma questão de saúde.

Por fim, Nietzsche nos alerta para o caminho decadente da evolução humana se não cumprirmos o requisito básico para manter uma vida saudável: as pessoas perderão o amor pela verdade, quanto menos prazer ela proporcionar. A ilusão, a mentira, a calúnia poderão tomar conta do imaginário popular, que irá se expressar como negacionismo científico e consequente queda na barbárie.

Parece que Nietzsche, com sua análise psicológica da cultura europeia, conseguiu prever os fatores que influenciaram posteriormente o surgimento do nazismo e do fascismo na Europa. Suspeitamos que a crítica nietzschiana da ciência moderna continua válida para o nosso tempo, em que a ideia de progresso se situa como discurso que privilegia a padronização técnica em detrimento da diversidade humana. Um tempo em que os internautas naufragam nas redes sociais virtuais em busca de um prazer imediato que a realidade desencantada lhes nega.

O perspectivismo psicológico de Nietzsche alerta os cientistas para o fato de que eles devem manter uma postura oposta à moralidade vigente. Sem se prender aos padrões predeterminados, o cientista que quiser elevar a humanidade a um estágio superior de civilização e proporcionar saúde para a humanidade

(...) se proporá a observar bem e a manter os olhos abertos para tudo o que se passa realmente no mundo; é por isso que não pode apegar muito intensamente seu coração a nada em particular, é preciso que tenha sempre nele alguma coisa do viajante que tem prazer pelas mudanças e pela passagem (NIETZSCHE, 2001, p. 354).

Sabemos que esta não é uma tarefa fácil, e que quem desejar enfrentá-la terá de se preparar para afirmar a vida mesmo em suas piores condições. Pois, ao passo que a dificuldade é grande, o prazer da vitória nesses casos é ainda maior, sobre isso Nietzsche sentenciava:

Quando teu olhar se tiver tornado suficientemente forte para ver o fundo do poço tenebroso de teu ser e de teus conhecimentos, então talvez se tornem também visíveis nesse espelho as constelações longínquas de futuras civilizações. Crês que uma vida semelhante, com esse objetivo, é demasiado penosa, demasiado despida de todas as amenidades? Então é porque ainda não aprendeste que não há mel mais doce que o do conhecimento e que as nuvens suspensas da aflição ainda te devem servir de úbere, do qual mungirás o leite para teu refrigério (NIETZSCHE, 2001, p. 236).

Sabendo da complexidade do tema, não pretendemos esgotar o debate sobre liberdade da perspectiva nietzschiana, mas apenas oferecer aos pesquisadores da obra de Nietzsche, nossa humilde contribuição, com o intuito de manter viva uma discussão urgente em torno da obra nietzschiana, que consideramos muito atual e relevante para pensarmos nossa condição na contemporaneidade. Nietzsche não fornece fórmulas acabadas, mas levanta questões fundamentais para pensarmos a condição humana de diversas perspectivas, em qualquer tempo.

Nietzsche, apesar de ser um crítico radical da cultura europeia é também de certo modo um produto dessa cultura e por isso vive a tensão do espírito livre, vivenciando a inconstância de uma cultura em plena decadência. Para Nietzsche, a modernidade é o auge dessa decadência, é o tempo histórico especialista em destruir as subjetividades, impondo através da violência uma perspectiva particular como se fosse universal. De certo modo, é essa pretensão de universalidade dos conceitos metafísicos, o que o filósofo alemão percebe como uma auto-ilusão provocada por um exagero da razão, razão esta que Nietzsche entende como um impulso irracional, como uma vontade exacerbada, um instinto tirânico de dominação de um povo vaidoso, que se julgou especial e superior aos outros povos.

A lógica do nazi-fascismo é a mesma lógica do colonialismo sem máscaras, que produz identidades a partir da noção de verdade universal absoluta, criando um modelo padrão de comportamento ideal. Na contemporaneidade, o identitarismo se tornou uma forma de socialização própria de um tempo em que o capitalismo se reinventa através do avanço tecnológico, sempre voltado para a guerra, como meio de manutenção do poder, para manter-se enquanto lógica de produção e modo de vida.

Nos parece que, em geral, o povo europeu não sabe pensar em outros termos, que não seja em termos de relações de poder. Por mais que Nietzsche seja crítico dessa cultura, um herdeiro de Heráclito, por exemplo, um psicólogo que teve como mestre Dostoiévski, um artista que teve como referência Goethe e Wagner, um filósofo que pensou com Schopenhauer, um político que, assim como Júlio César, entendeu a guerra como um padrão natural de relação social, como um meio ou instrumento para se conquistar a liberdade, que só pode ser pensada em termos de disputa entre forças ou relações de poder, Nietzsche é também um exemplo dessa cultura, que buscou impor aos outros povos, o seu próprio ponto de vista, criando discursos e identidades.

O filósofo e psicanalista, Douglas Rodrigues Barros frisa a importância do conceito de identidade para compreensão de outras categorias como a de classe social, por exemplo, e problematiza o identitarismo como estratégia do poder capitalista em capturar subjetividades e diluí-las em denominações, que reduz o conceito de identidade à lógica do individualismo, própria do ideário burguês, liberal, que Nietzsche critica no século XIX.

O identitarismo é uma estratégia do colonizador, que impôs através de uma guerra desleal sua forma de gestão da vida social. Na contemporaneidade, nota-se que a estratégia do identitarismo serve ao poder capitalista, como modo de diluir o debate entre esquerda e direita, esvaziando as ideologias de um sentido radical, suprimindo as diferenças básicas entre as ideologias, nos aprisionando ao individualismo.

Nietzsche pensou o sujeito como devir e o Estado como opositor da cultura. Ele enxergou na arte uma possibilidade de romper com as noções tradicionais e de propor novas formas de viver. Essa abertura, nos possibilitou pensar com filósofos da periferia do capitalismo, como Barros, que tem refletido sobre o conceito de identidade como uma chave para se pensar o identitarismo neoliberal, que visa fragmentar a noção de sujeito histórico e diluir o Estado, alimentando o individualismo que divide a classe trabalhadora, nos forçando, inconscientemente, a aderir a noção de que cada indivíduo seja algo em si, uma espécie de mônada independente do meio. Compreender o fenômeno do identitarismo é importante para

o entendimento das lutas históricas por liberdade, mas também tem se firmado na contemporaneidade como uma estratégia de aprisionamento das subjetividades, que funciona como uma forma de padronizar as relações trabalhistas, por exemplo, convencendo o trabalhador de que ele seria um empresário de si mesmo, fazendo-o crer que ele é o responsável pelo próprio destino, enquanto a própria forma de conceber-se a si mesmo está determinada pelas possibilidades culturais que o negam enquanto sujeito histórico.

Esta pesquisa sobre o conceito de liberdade na obra de Nietzsche, nos deu uma base crítica para pensar a liberdade fora da lógica da filosofia greco-romana. Apesar de seus preconceitos de um típico europeu do século XIX, Nietzsche é importante para a contemporaneidade porque sua crítica revela os pontos fracos de uma lógica cultural que teve como consequência a decadência cultural e a crise climática global.

Nossa conclusão é a de que Nietzsche revelou a psicologia da culpa e do pecado, mostrando que a religião judaico-cristã e o seu conceito de Deus, serviu para o poder de homens que desejavam controlar as comunidades, aguçando nas pessoas seu instinto de rebanho, isto é, seu medo de ficar sozinho, seu pavor do desconhecido. Segundo Nietzsche, foi a covardia diante da vida que inspirou Platão a inventar o mundo das ideias, o mundo “verdadeiro” em detrimento do mundo “falso” dos instintos, narrativa que justificou a matança e escravização de africanos e indígenas e é o que ainda está justificando a matança de palestinos nos dias atuais. O mundo assiste a um genocídio de seres humanos em nome de Deus. Do nosso ponto de vista, não resta dúvida de que é necessário pensar nas perspectivas de outros povos. Logo, a consequência desta pesquisa é a busca por outras formas de pensar fora da cultura judaico-cristã ou greco-romana.

Ailton Krenak e Davi Kopenawa são representantes, no Brasil, do pensamento dos povos originários, que aqui nesta terra há mais de 500 anos resistem ao processo colonizador. Resistem segundo Krenak, porque são capazes de manter sua identidade cultural, através de sua própria cosmovisão, de sua ancestralidade. Para Krenak, só faz sentido pensar a identidade individual a partir de uma noção de coletividade, de identidade cultural, de ancestralidade. Krenak e Kopenawa indicam em suas histórias, que há outras formas de saberes ligados às práticas corporais e não aos ideais ou princípios racionais. Nesse sentido, nossa dissertação será concluída com uma pergunta: O que seria a liberdade do ponto de vista do perspectivismo ameríndio?

Se a liberdade, para Nietzsche significa de certo modo romper com a tradição, e o meio inevitável para isso é a guerra, nos parece que para os indígenas se trata justamente do

contrário, é a manutenção de uma certa tradição que possibilita não apenas a liberdade individual, mas que viabiliza a própria existência desses indivíduos, que resistem como componentes de uma cultura própria, radicalmente diversa da cultura europeia, organizando a vida coletivamente, cantando, dançando e adorando a natureza, como uma espécie de mistério sagrado, que se revela a partir da forma como nos relacionamos com a terra. A guerra dos indígenas é em defesa de suas tradições e costumes, sobretudo, em defesa da terra, da natureza e de toda a humanidade, incluindo todos os seres vivos que habitam este planeta, contra a cosmovisão que sustenta o capitalismo. Nos parece bastante razoável fazer da pesquisa do pensamento indígena uma tomada de partido nessa guerra, pela liberdade de viver e pela conservação da vida na terra.

Assim como não nos é possível pensar como Nietzsche, mas pensar com ele, e pensar, de nossa perspectiva, é sinônimo de criar, temos a convicção de que é necessário e urgente pensarmos com os indígenas, para lidar com as crises próprias de nosso tempo, um tempo que dilui as identidades para aprisionar os indivíduos a partir deles mesmos, isto é, da produção de suas subjetividades a partir de fora, um tempo que quer eliminar a diversidade produzindo uma falsa noção de liberdade...

Referências bibliográficas

- ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de filosofia. Martins Fontes, São Paulo, 2007.
- BARRENECHEA, M. A. Nietzsche e a liberdade. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.
- BARRENECHEA, MA Uma perspectiva nietzschiana sobre liberdade e necessidade. Cad. Nietzsche, Guarulhos/Porto Seguro, v.41, n.3, setembro-dezembro 2020.
<https://doi.org/10.1590/2316-82422020v4103mab>
- BARROS, Douglas. O que é identitarismo? Boitempo. São Paulo, 2024.
- DELEUZE, Gilles. Nietzsche e a Filosofia. 1ª edição brasileira, trad. Ruth J. Dias e Edmundo F. Dias. Ed. Rio. Rio de Janeiro, 1976.
- DOSTOIÉVSKI, F. Memórias do subsolo. Penguin- companhia das letras. São Paulo, 2021. Tradução de Rubens Figueiredo,
- GIACOIA JR., Oswaldo. Nietzsche como psicólogo. Ed. UNISINOS, São Leopoldo, 2001..
- GIACOIA JR., Oswaldo. Introdução. In: STEGMAIER, Werner. As linhas fundamentais do pensamento de Nietzsche. Trad. O. Giacoia Jr. et al. Petrópolis: Vozes, 2013.
- GIACOIA JR., O., A autossupressão como catástrofe da consciência moral. Estudos Nietzsche Curitiba, v. 1, n. 1, p. 73- 128, jan./jun. 2010.
<https://doi.org/10.7213/ren.v1i1.22563>
- GIACOIA JR., O., Arte e Filosofia: para uma crítica dos Ideais Ascéticos. Revista Philótopos, Goiânia, v. 21, n. 2, p.197-218, JUL./DEZ. 2016.
<https://doi.org/10.5216/phi.v21i2.43624>
- GIACOIA, JR, O. Perspectivismo de interculturalidade. N1 edições. São Paulo, 2025.
- MARTON, Scarlett. Nietzsche, filósofo da suspeita. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; São Paulo: Casa do Saber, 2010.
<https://doi.org/10.59488/tragica.v3i2.25915>
- MARTON, Scarlett (Org.). Nietzsche hoje? Trad. Milton Nascimento. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 110-139
- MARTON, Scarlett. Da biologia à física: vontade de potência e eterno retorno do mesmo.
- MEDRADO, A., Humano e o devir histórico da Filosofia. Revista Poiésis , v. vol.12 n 2, p. 30-56, 2016.
- MEDRADO, A., Imoralismo - Uma ética nietzschiana?. Cadernos Nietzsche vol. 38 n. 3. São Paulo, Set/Dez, 2017.
<https://doi.org/10.1590/2316-82422017v3803am>

- MEDRADO, A., Tese de Doutorado: Liberdade e imoralismo em Nietzsche, Universidade Federal de Minas Gerais. 18-Fev-2021. <http://hdl.handle.net/1843/35364>
- NIETZSCHE, F., Sobre Verdade e Mentira no Sentido Extramoral. Tradução de Fernando de Moraes Barros. São Paulo: Hedra, 2007.
- NIETZSCHE, F. Humano, demasiado humano - um livro para espíritos livres. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- NIETZSCHE, F., Aurora. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- NIETZSCHE, F., Assim falou Zaratustra. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- NIETZSCHE, F., Além do Bem e do Mal - prelúdio a uma filosofia do futuro. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- NIETZSCHE, F., Genealogia da Moral - Uma polêmica. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- NIETZSCHE, F., Crepúsculo dos Ídolos. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- NIETZSCHE, F., O Anticristo. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- NIETZSCHE, F., Ecce Homo - Como alguém se torna o que é. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- NIETZSCHE, F. Ecce Homo. Martin Claret. São Paulo, 2000. Tradução de Pietro Nasseti.
- PASCHOAL, A. E. Liberdade e natureza em Nietzsche. Revista Philosophica, vol. 29, Semestre I, pp. 255-264, Valparaíso: 2006.